

CADERNOS *abess* nº8

*Associação Brasileira de
Ensino de Serviço Social*



Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social

 CORTEZ
EDITORA

Sumário

<i>Apresentação</i>	3
Diretoria da ABESS/CEDEPSS	5
Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional <i>Mariangela Belfiore Wanderley</i>	7
Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição <i>Ana Celia Bahia Silva</i>	19
A pesquisa na formação profissional do Assistente Social: algumas exigências e desafios <i>Franci Gomes Cardoso</i>	27
A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997) <i>Nobuco Kameyama</i>	33
O tema criança e adolescente nas pesquisas em Serviço Social <i>Myrtes Macêdo</i>	77
Experiências Significativas	
Proposta curricular da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo <i>Rosângela Batistone, Isaura Isoldi de Mello e Oliveira e</i> <i>Mercedes Manchado Cywinski</i>	91

Apresentação

Em sua trajetória de 52 anos construindo um projeto coletivo de formação profissional do assistente social, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social — ABESS — assumiu uma posição de vanguarda na elaboração/reformulação dos currículos mínimos (hoje Diretrizes Curriculares), na capacitação docente, na articulação dos programas de pós-graduação e na produção científica.

A partir de 1987, com a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social — CEDEPSS — como órgão acadêmico da ABESS, a questão da pesquisa veio crescentemente adquirindo centralidade na formação acadêmica, tendo como espaço privilegiado os programas de pós-graduação.

A ABESS/CEDEPSS, com o objetivo de estimular a pesquisa na área de Serviço Social, criou veículos de difusão e intercâmbio de conhecimentos para subsidiar as reflexões e debates nas unidades de ensino de Serviço Social.

Os *Cadernos ABESS* constituem-se em um desses veículos, cujo perfil editorial expressou, nos sete números publicados, a concretização dos objetivos da entidade no direcionamento do ensino e da pesquisa, enfrentando os desafios que se colocaram à profissão em cada conjuntura histórica.

Neste momento em que se consolida a unidade ABESS/CEDEPSS, com a construção de uma entidade com um novo perfil acadêmico-profissional, através da reforma do seu Estatuto que ora se processava, em que também se alteram as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, a pesquisa se fortalece e se consolida como princípio e

condição da formação profissional, garantindo a articulação entre os níveis de graduação e pós-graduação.

Nessa perspectiva de amplas mudanças na esfera da profissão, faz-se necessário repensar o *Cadernos ABESS*, para que ele possa estar à altura desse momento. Criando um novo veículo de divulgação inscrito num projeto editorial mais moderno e ágil, que venha a favorecer maior penetração da produção de conhecimento em Serviço Social nos meios acadêmicos da nossa profissão e fora dela, inclusive em âmbito nacional e internacional. Para isso deve redefinir seu projeto editorial (objetivos, periodicidade, conselho editorial, etc.), buscando estar compatível com as exigências e desafios que se colocam à nova entidade.

O *Cadernos ABESS* n. 8, que ora vem a público, pretende ser um marco nessa transição para uma nova entidade, sinalizando a reorientação desse veículo na definição dos seus eixos temáticos: Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social.

A atual direção da entidade decidiu apresentar nesse número subsídios para o enfrentamento do desafio de construção dos novos currículos plenos dos cursos de graduação em Serviço Social, consciente de que esta se constitui numa difícil tarefa para a comunidade acadêmica de cada curso, principalmente pelos avanços contidos em nossas Diretrizes, os quais exigirão de docentes, pesquisadores e discentes um máximo de empenho, seriedade e compromisso para tornar, efetivamente, a formação profissional dos assistentes sociais à altura do enfrentamento dos desafios postos hoje pela sociedade e dos princípios de nosso projeto ético-político profissional. Nesta questão apresentamos os seguintes textos: *Formação Profissional no Contexto da Reforma do Sistema Educacional*, de Mariângela Belfiore Wanderley; *Das Diretrizes Curriculares à Construção dos Projetos Pedagógicos em cada Instituição*, de Ana Celia Bahia Silva; *A Pesquisa na Formação Profissional do Assistente Social: Algumas Exigências e Desafios*, de Franci Gomes Cardoso. Apresenta ainda a seção chamada *Experiências Significativas* — que introduz experiências de implantação das novas Diretrizes Curriculares nos cursos de Serviço Social —, inaugurada com o texto *Proposta Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP* — Isaura Isoldi de Mello e Oliveira, Rosângela Batistone, Mercedes Manchado Cywinski.

Na questão da pesquisa, os textos apresentados — *A Trajetória da Produção de Conhecimentos em Serviço Social: Avanços e Tendências (1975-1977)*, de Nobuco Kameyama; *O Tema Criança e Adolescente nas Pesquisas em Serviço Social*, de Myrtes Macêdo — demonstram cabalmente ser a pesquisa uma conquista da nossa área de conhecimento, dando indicativos das tendências que a pesquisa assumiu nesse período e das potencialidades a serem desenvolvidas.

Diretoria da ABESS/CEDEPSS gestão 97-98

Diretoria Executiva

Presidente:	Reinaldo Nobre Pontes — UNAMA
Secretária:	Adriana Fonseca de Azevedo — UFPA
Tesoureira:	Zoraide Leitão de Oliveira — UNAMA
Suplentes:	
Presidente:	Helder Boska de Moraes Sarmento — UNAMA
Secretária:	Joana Valente Santana Alves — UFPA
Tesoureiro:	Cláudio Roberto Rodrigues Cruz — UNAMA

Diretoria do CEDEPSS

Diretora Executiva:	Myrtes Aguiar de Macêdo — PUC-RJ
Diretora Adjunta:	Nobuco Kameyama — UFRJ
Diretora Adjunta:	Sueli Bulhões da Silva — PUC-RJ
Conselho Consultivo:	Denise Bomtempo Birche de Carvalho — UnB
	Franci Gomes Cardoso — UFMA
	Rachel Tolosa Jorge — UNESP/FRANCA

Regionais

NORTE

Vice-Presidente:	Aglair Alencar Setúbal — UFPI
Suplente:	Lourdes Maria Leitão Nunes — UFMA
Supervisor:	Lilia Cavalcante — UFPA
Suplente:	Vera Gomes — UFPA
Representante Estudantil:	Rejane Almeida Pimentel — UFPA
Suplente:	Eneida Maia dos Santos Siqueira — UFPA

NORDESTE

Vice-Presidente:	Silvana Mara Moraes Santos — UFRN
Suplente:	Iris Maria de Oliveira — UFRN
Supervisora:	Sâmia Rodrigues Ramos — UERN
Suplente:	Ruth Ribeiro Bitencourt — UECE
Representante Estudantil:	Maria Elaene Rodrigues Alves — UECE
Suplente:	Não indicado

CENTRO-OESTE

Vice-Presidente: Ivanete Salete Boschette Ferreira — UnB
Suplente: Carolina Cássia dos Santos — UnB
Supervisor: Perci Coelho de Souza — UnB
Suplente: Luiza Cardoso Wanderley — UnB
Representante Estudantil: Eliane Resende Martins — UnB
Suplente: Eleine Franco Mariano — UnB

LESTE

Vice-Presidente: Marina Barbosa Pinto — UFF
Suplente: Elizabete Orletti — UFES
Supervisora: Nicilda de Moura Santana
Suplente: Eliana Aparecida Custódio Neto
Representante Estudantil: Tatiane Alves Batista — UFRJ
Suplente: Michele Alves da Silva — PUC-RJ

SUL I

Vice-Presidente: Elivete Cecília de Andrade — UNISUL
Suplente: Edaléa Ribeiro da Silva — UFSC
Supervisora: Juliana Feliz Peruzzo — Univ. Caxias do Sul
Suplente: Vera Herney — Fundação Universidade de Blumenau
Representante Estudantil: Não indicado
Suplente: Não indicado

SUL II

Vice-Presidente: Marlene Merisse — UNITAU
Suplente: Clorinda Maria da Luz Queda — Instituto Toledo de Ensino — Bauru
Supervisora: Egli Muniz — Instituto Toledo de Ensino — Bauru
Suplente: Maria Aparecida Assunção Ribeiro — Univ. Católica Dom Bosco
Representante Estudantil: Não indicado
Suplente: Não indicado

Os Cadernos ABESS são uma edição da ABESS/CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social e da Cortez Editora, os quais aceitam colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviados à redação.

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Edição, Publicação e Comercialização

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Perdizes

Tel.: (011) 864-0111 — Fax: (011) 864-4290

05009-000 — São Paulo - SP

E-mail: cortez@sti.com.br

Impresso no Brasil — novembro de 1998

Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional*

Mariangela Belfiore Wanderley**

Desafios atuais da Universidade

De uma forma bastante sucinta, gostaria de iniciar abordando alguns dos desafios¹ que se apresentam à Universidade hoje e que se constituem em cenário a ser considerado em nossa reflexão sobre a formação profissional.

O primeiro deles diz respeito às diferentes visões de universidade que seguem coexistindo não apenas no Brasil, mas em âmbito internacional, e estão enraizadas no movimento histórico da sociedade e na compreensão das mudanças que acontecem no mundo contemporâneo, impulsionadas pela revolução científica e tecnológica, num contexto de globalização da produção e dos mercados. A afirmação de que compete à universidade “proteger todo o conhecimento, a pesquisa e as descobertas, dos experimentos e das especulações”², é uma concepção secular de universidade,

* Conferência feita no Encontro Regional ABESS — Região Norte, realizado na Universidade Federal do Piauí em 10 de setembro de 1998.

** Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, Diretora do Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, membro do Comitê de Ética na Pesquisa da PUC-SP, membro da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social da SESu/MEC, consultora da ABESS.

1. Tomo como base desta reflexão o documento *Flexibilização Curricular — Pré-proposta*, elaborado pela Câmara de Graduação da UFMG, em novembro de 1997, donde extraí parte dos desafios aqui apresentados.

2. J. H. Newman. *The Economist*, 4 October 1997.

que tem sido confrontada, no outro extremo, pela visão que defende a inserção da universidade na sociedade e preconiza o atendimento às demandas de consumo de produtos com alto padrão tecnológico, impulsionadas pela economia de mercado. Para tanto, e diante das dificuldades de financiamento de suas atividades que são cada vez mais complexas e de elevado custo, a Universidade tem sido impelida a diversificar suas fontes de receita, o que em si não é um problema, se a universidade conseguir preservar sua autonomia científica, resistindo aos modismos e aos autoritarismos do mercado. Não se pode desprezar, no entanto, o risco da produção universitária se tornar dependente da demanda dos financiadores. Como interagir, como realizar parcerias com o setor produtivo sem subalternidade? Como garantir a liberdade de pensamento, valor intrínseco à universidade, de forma a não desvirtuar o compromisso ético e social e a identidade da Universidade?

Desta reflexão emana a questão da ética na pesquisa que vem sendo elaborada no contexto universitário. Não estou me referindo apenas às pesquisas das áreas médicas e biológicas. Com relação a essas áreas existe em nosso país, desde 1988, uma Resolução (1/88) do Conselho Nacional de Saúde, com diretrizes para pesquisas em saúde. Refiro-me a todo conhecimento produzido, em qualquer área. Nesse sentido, esse mesmo órgão, do qual participam não só representantes da área da saúde, mas de outras áreas da comunidade científica, emitiu uma nova Resolução³ sobre pesquisas que "envolvam os seres humanos". Suas diretrizes ensinam orientar todas as pesquisas que englobem, em todos os campos do conhecimento científico, o ser humano, ou seja, extrapolam o campo das biomédicas e da farmacologia, incluindo, também, pesquisas nutricionais, ambientais, sociológicas, terapêuticas, educacionais etc. São, portanto, pesquisas que envolvem a pessoa humana, direta ou indiretamente, individual ou coletivamente, incluindo a manipulação de informações. Ressalta ainda a referida Resolução, que as pesquisas com seres humanos devem ter relevância social e científica, atender aos princípios éticos de respeito à autonomia individual, do direito à informação, do consentimento esclarecido, e ser pautadas pelo princípio da justiça. Comitês de ética na pesquisa (CEPs), multidisciplinares, estão sendo criados nas universidades e vêm fomentando uma importante reflexão sobre a questão ética⁴.

Um segundo desafio que se coloca diz respeito à crescente demanda pela universidade. O aumento da população jovem brasileira e o crescente

3. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde.

4. Um interessante artigo sobre essa questão foi elaborado pelos Professores Paulo Fortes, M. Cristina Massarollo e Elma Lourdes Zoboli, intitulado "As experimentações com seres humanos e a Universidade", publicado no *Jornal da USP*, 22 a 26/6/1998.

acesso ao segundo grau pressionam a Universidade pela abertura de novas vagas. O amplo acesso ao ensino superior não é apenas desejável mas uma conquista pela qual todos nós lutamos. Porém, a massificação do ensino superior não pode significar perda de qualidade. Os investimentos públicos em infra-estrutura e em recursos humanos não vêm sendo realizados de forma a atender à demanda com qualidade. Esta realidade vem abrindo espaço cada vez maior para o setor privado no ensino superior. Aliás, a instalação de novas universidades privadas tem sido a política do governo federal, mesmo à revelia de comissões de especialistas, que trabalham como consultoras para a avaliação de processos de criação de novas universidades, o que vem dando origem a celeumas dentro do próprio Conselho Nacional de Educação. São profundas as implicações para o futuro do ensino superior brasileiro.

Um terceiro desafio recoloca a questão da missão institucional da Universidade, relacionado à sua capacidade de oferecer um ensino diversificado, exigência da complexidade das sociedades modernas e que, simultaneamente, forme profissionais com competências específicas, críticos e eticamente comprometidos com a realidade brasileira. Se no passado a Universidade era a detentora quase que exclusiva do conhecimento, hoje esse conhecimento se encontra disseminado por toda a sociedade e pelos mais diferentes meios de comunicação, por sistemas e redes inclusive internacionais. É inegável, no entanto, que a Universidade é depositária de um patrimônio científico e cultural acumulado ao longo de sua história e que, por ser público, pertence à sociedade como um todo.

As colocações feitas neste preâmbulo conduzem a um outro desafio: a universidade tem que oferecer uma formação profissional em forma e ritmo compatíveis com a realidade cultural, social e econômica de seus alunos, e que lhes permita acompanhar a evolução do conhecimento na velocidade imposta pelos instrumentos de que dispõe a sociedade contemporânea. Isto implica entender o aluno como "um sujeito social cuja condição é atravessada por componentes objetivos originados de sua situação de classe, pela sua subjetividade e, conseqüentemente, por todas as mudanças que afetam o mundo do trabalho".⁵ Para tanto é indispensável a formulação de uma política acadêmica compatível com as exigências contemporâneas, e com os objetivos e as peculiaridades de cada instituição de ensino superior.

Concluindo estas questões introdutórias, gostaria, ainda, de reiterar e deixar para nossa reflexão coletiva, três pontos:

5. Faculdade de Serviço Social — PUC-SP, *Currículo do Curso de Serviço Social*, 1997.

- a complexidade da instituição universidade, voltada para a produção de saberes universais e para o desenvolvimento das competências humanas em áreas especializadas;
- o envolvimento e compromisso da universidade com as políticas públicas, tanto na geração de conhecimento estratégico e na formação competente de recursos humanos para o país, como na contribuição à formação da consciência crítica da sociedade;
- o reconhecimento da universidade como sujeito privilegiado e responsável pelas conquistas na produção científica brasileira⁶, registrada e indexada, o que representa um patrimônio da sociedade brasileira reconhecido e respeitado nacional e internacionalmente e, portanto, passível de investimento público⁷.

O reordenamento do sistema educacional brasileiro: ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB (Lei nº 9394 de 20/12/96)

Não é minha intenção desenvolver aqui uma análise global e profunda da LDB, mas sim levantar alguns pontos para nossa reflexão. Aliás, esta Lei já foi e continua sendo amplamente analisada por especialistas, com grande repercussão na mídia desde a época de sua publicação.

Tomo a liberdade de reproduzir aqui um artigo⁸ recentemente escrito por mim e pelos professores Edison Nunes e Bader Sawaia, da PUC-SP, para a revista de nossa Associação de Professores, ressaltando as oportunidades e os riscos abertos pela Lei para a consecução das finalidades da universidade, contextualizando-os no momento atual do ensino superior em nosso país.

Para tanto, três eixos são destacados:

- a) flexibilidade e avaliação/controle dos produtos;

6. O Professor Sérgio Henrique Ferreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, em entrevista à *PUCviva*, ressalta que apesar da descontinuidade dos investimentos e dos cortes orçamentários, a produção científica no Brasil continua crescendo. Todos os indicadores são favoráveis. Se for considerado o questionável critério do número de publicações e seu impacto na comunidade acadêmica, o Brasil ocupa hoje a 18ª posição no mundo, sendo a única nação em desenvolvimento a estar entre os 20 primeiros colocados. *Revista PUCviva*, nº 2, setembro de 1998, p. 38.

7. Ver a respeito: Protásio Dutra Martins Filho. "Avaliação na Universidade: questão estratégica". *Tempo e Presença*. Publicação de Koinonia. N. 299, maio/junho/98.

8. Bader B. Sawaia. Mariângela Belfiore Wanderley, Edison Nunes. "LDB: oportunidade e risco". *Revista PUCviva*, publicação acadêmica e informativa dos Professores da PUC-SP, nº 2, setembro de 1998.

- b) descentralização administrativa e centralização política;
c) indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

a) Com relação ao primeiro ponto, é relevante ressaltar as amplas possibilidades que a Lei abre para as universidades, quanto à sua organização acadêmica, favorecendo a inovação didático-científica, pedagógica e administrativa. Pela revogação da legislação anterior, o poder público abre mão de normalizar sobre a estrutura e funcionamento das universidades. O fim da obrigatoriedade da estrutura departamental e do vestibular como único processo seletivo de acesso ao ensino superior, a abolição dos currículos mínimos, são exemplos do quanto as universidades poderão criar na busca da obtenção de suas finalidades. Há, pois, um desafio à criatividade, no sentido de um desengessamento dos controles burocráticos e cartoriais há tanto tempo enraizados na universidade brasileira. Assim, não é demais frisar que, para as universidades, e aqui não estamos nos referindo às demais instituições de ensino superior, a flexibilidade está associada à autonomia. Há, portanto, na Lei um contínuo entre flexibilidade, autonomia e universidade.

O contraponto da flexibilidade é dado pela avaliação. A Lei é clara na criação de um sistema nacional de controle de qualidade da educação em todos os seus níveis, em articulação com os sistemas subnacionais de ensino. E aí está claramente incluído o ensino superior, do ponto de vista do rendimento escolar, dos cursos e das instituições. No caso das universidades, haverá avaliações periódicas, de cujo desempenho poderá ocorrer a perda das prerrogativas da autonomia universitária, com a possibilidade até de um descredenciamento da instituição universitária. Assim, usando as palavras do Prof. Cury⁹, "nossa Educação, sob a nova LDB, é extremamente flexível na base e no processo, porém, é extremamente controlada na saída do produto".

As positivities da flexibilização/avaliação aqui apenas esboçadas têm, em contrapartida, perigos que não podem ser ignorados. O mau uso da autonomia universitária poderá levar a pactos de mediocridade também sobejamente conhecidos, favorecendo inclusive a ampliação da mercantilização do ensino superior. No tocante à avaliação, a lógica do sistema que está sendo montado pelo MEC tem suas raízes nos pressupostos construídos no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado¹⁰, que preconiza um novo modelo de administração — de *cultura gerencial* —

9. Carlos Jamil Cury, exposição feita na PUC-SP, em 26/3/97 sobre a Nova LDB.

10. Plano elaborado pelo Ministério da Reforma do Estado — MARE — Governo FHC.

com controles extremamente severos dos resultados. Esta concepção é colocada como a superação do modelo anterior, produto de um estágio inferior da sociedade, muito mais autoritário e classista, que ao enfatizar os processos confessa a incapacidade de avaliar os resultados. Ressalta o referido Plano Diretor que só esse tipo de cultura gerencial permite a parceria, a cooperação. Só através dela será possível viabilizar formas de parceria Estado/Sociedade Civil, objetivando a verdadeira eficiência. Ao explicitar como deve se processar a mudança, o Plano prevê primeiramente a implantação de uma ação de avaliação institucional com o objetivo de identificar a finalidade de cada órgão na administração pública, visando ao seu realinhamento com os objetivos maiores do Estado. Em seguida, será elaborada a sistemática de avaliação, a partir da construção de indicadores de desempenho que permitam mensurar os graus de cooperação dos objetivos. O aparato de controle e avaliação do ensino de graduação da SESu/MEC é um bom exemplo desse modelo: avaliação institucional, provão, comissões de especialistas são instrumentos fundamentais desse processo. Através das comissões de especialistas se estabelecem as parcerias com a comunidade acadêmica. Em princípio, constituem-se numa forma da participação dessa comunidade no processo avaliativo, porém, a consulta às instituições de ensino superior na indicação dos membros das comissões deve ser assegurada, possibilitando inclusive o envolvimento das organizações de ensino por área de conhecimento, muitas delas com longo percurso de reflexão e atuação coletivas nos rumos do ensino nas suas respectivas áreas. Sabemos todos, porém, que a construção de um processo democrático e efetivamente participativo depende em muito da vontade política dos gestores públicos e da força de organização e pressão dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

b) A flexibilidade dos processos com avaliação e controle dos produtos é certamente a grande novidade da Lei e, no entanto, parece adequar, em grande medida, a educação ao antigo projeto dos conservadores do Império: o da descentralização administrativa com a centralização política. De fato, a LDB parece guardar pouca relação com o princípio federativo, estabelecendo até mesmo marcado contraste com o texto constitucional (Cap. III). O Art. 211 da Constituição Brasileira, que prevê o regime de colaboração entre a União, Estados e Municípios na organização de seus sistemas de ensino, é traduzido na LDB (Título IV) numa verdadeira hierarquia funcional, especialmente no que concerne à vida normativa. Aos Estados e Municípios cabe apenas a elaboração de normas complementares. No que diz respeito ao ensino superior, a União deve se incumbir de normas gerais e assegurar o processo nacional de avaliação. Isso quer dizer que o poder central detém a iniciativa normativa

de caráter geral e o controle do processo final: definição política e controle administrativo. Aos Estados e Municípios compete prioritariamente a execução administrativa da política nacional, com liberdade administrativa.

Assim sendo, a mudança do nome do antigo Conselho *Federal* de Educação para Conselho *Nacional* de Educação (criado por medida provisória em 1995) é de extrema propriedade. O que não quer dizer necessariamente que tenha consequências perversas. Tal como os conservadores no Império, busca-se maior efetividade e eficiência administrativas, pela maior coordenação e coerência das decisões, mas sem sufocar as especificidades locais amarrando-as a soluções administrativas inflexíveis. O que a Lei define é a importância do CNE como arena privilegiada de decisão, o que impõe atenção sobre suas atividades e composição. É paradigmático lembrar uma vez mais aqui o episódio de 1997 que resultou na demissão de um de seus conselheiros. Este fato é eloquente dos perigos da concentração de poderes: nele a barganha política, interesses de grupos e falsas polarizações entre representantes de universidades públicas e privadas permitiram uma decisão contrária às definições da LDB. O que se pode depreender dessas colocações é que, na prática, as definições dos dois pilares da Universidade, quais sejam, a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão re-semantizadas no CNE.

c) A nova Lei repõe o art. 207 da Constituição que prega a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, porém com sutil diferença, que pode ser avaliada tanto com otimismo ou com preocupação. A expressão indissociabilidade não está presente no texto da LDB. O ensino, a pesquisa e a extensão são apresentados em separado, mas com igual *status* no art. 43 do cap. IV, referente às finalidades da educação superior. Na definição das competências de cada uma dessas finalidades perpassa a idéia de que são atividades sem fronteiras, que necessariamente se mesclam na realização dos objetivos da Universidade que resumidamente são os seguintes: estimular o pensamento reflexivo e o espírito científico; a criação cultural e sua divulgação; formação do profissional e do pesquisador aptos a participarem do desenvolvimento da sociedade brasileira.

A pesquisa é enfatizada e incentivada, não como atividade em si, mas como recurso de desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da difusão da cultura e, desse modo, do desenvolvimento do homem e do ambiente em que vive. A produção do conhecimento tem como interface a sua divulgação, sem a qual ele fica inócuo. Tornar o conhecimento

acessível é um imperativo da Universidade, tanto quanto sua produção, o que se dá pela extensão e o ensino. A extensão abre a Universidade à participação da população, visando à divulgação do conhecimento e a socialização das conquistas resultantes da pesquisa e da criação cultural geradas na instituição. O ensino tem a função de estimular o conhecimento dos problemas do mundo, especialmente nacionais e regionais, capacitando pesquisadores profissionais para que estejam aptos a prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela relação de reciprocidade.

Na definição das finalidades, está implícita a idéia de que a extensão e o ensino são partes integrantes da idéia de produção do conhecimento, tanto quanto a pesquisa, e esta é essencial à formação do aluno tanto quanto o ensino e a extensão, compondo um sistema auto-alimentador na consecução das finalidades da Universidade. O ensino se fortalece e cumpre sua função em relação ao indivíduo, à sociedade e à ciência, quando articulado à pesquisa e à extensão e vice-versa.

Dessa forma, a LDB amplia o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para o de unitariedade e transfuncionalidade, tratando os três como princípios de formação e estratégias de execução dos objetivos da Universidade e com destinatários comuns: indivíduo, sociedade, ciência. Conforme afirma Botomé¹¹, o objetivo da Universidade não é o ensino, a pesquisa e a extensão. Mas constituem-se em atividades fundamentais para atingir os objetivos da Universidade, que são os de produzir conhecimento e divulgá-lo, tornando-o acessível a todos, bem como de formar agentes capazes de manter vivo esse processo, quer como pesquisadores, quer como profissionais.

No entanto, contraditoriamente às possibilidades abertas à unitariedade, a ausência da expressão indissociabilidade, conforme aponta Cury¹², indica que a nova LDB abre a possibilidade à separação do ensino, pesquisa e extensão, senão como idéia, como ação a ser distribuída por instituições diferentes¹³, ficando a obrigatoriedade das três atividades apenas para as instituições de ensino superior classificadas como universidades, as quais são destacadas no texto da LDB no art. 86: "As

11. S. P. Botomé. "Pesquisa, Ensino e Extensão: superando equívocos em busca das perspectivas para o acesso ao conhecimento", *Educação Brasileira, Revista do CRUB*, Brasília, 19 (39): 21-60, 1º sem. 1998.

12. Cury, op. cit.

13. Esta possibilidade está concretizada no Decreto nº 2207 de 15 de abril de 1997, que no seu art. 4º classifica as instituições de ensino superior em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores. Excetuadas as universidades, as demais instituições se caracterizam por serem prioritariamente de ensino.

instituições de educação superior constituídas como universidades, integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica".

E aí reside um dos perigos. Há no momento atual grande restrição financeira no tocante à atividade de pesquisa no país, que, aliada às definições de prioridades, canaliza os poucos recursos às pesquisas de ponta, que exigem grandes e equipadíssimos laboratórios. Assim, parcerias com o setor privado e refreamento da demanda, principalmente na área das ciências humanas, aparecem como horizontes.

Um outro cuidado a ser considerado, internamente às universidades, é o da mistificação de uma das variáveis da tríade da qual estamos tratando, em detrimento das demais. É o que pode estar ocorrendo com a pesquisa, que por estar sendo colocada pela LDB, como uma exigência de credenciamento e avaliação do ensino superior (art. 1º da Resolução nº 2 de 7/4/98, da Câmara de Educação Superior do CNE), pode sufocar e secundarizar as demais. Ensinar passa a ser uma atividade de somenos importância dentro da Universidade, por mais paradoxal que isso pareça.

O desafio foi lançado pela LDB: fazer com que ensino, pesquisa e extensão deixem de ser atividades em si, que se unem e se organizam em instâncias superiores ou fragmentadas em diferentes setores da universidade. A flexibilidade abre possibilidades à transformação das estruturas e organizações, no sentido de permitir que na prática acadêmica os três sejam gênese e destinatário um dos outros. Não se trata de criar setores alternativos de ação, ou reforçar cada um deles em particular, o que pode fortalecer uma autonomia separatista nada desejável, que no limite se destrói, pois não mantém a relação e o diálogo que lhes dão sentido.

Diretrizes curriculares: nova visão de organização dos currículos dos cursos de formação profissional

Uma das primeiras tarefas das universidades, na vigência da nova lei, é a da definição das diretrizes curriculares para os cursos de graduação, em substituição aos antigos currículos mínimos. Esta tarefa, na nossa área, foi capitaneada pela ABESS, e todos nós dela participamos.

Falar em diretrizes curriculares requer algumas considerações que reputo como importantes e que se encontram em documento elaborado pela Comissão de Ensino da PUC-SP¹⁴.

14. Documento de Trabalho sobre Diretrizes Curriculares elaborado pela Comissão de Ensino do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP, maio de 1998.

A primeira é a compreensão da universidade como lugar de ensino, pesquisa e extensão. A ela cabe responder pela exigência de contemporaneidade através do ensino, pesquisa e extensão que realiza, conforme já foi aqui explicitado. A ela cabe construir respostas acadêmicas expressas em seus projetos curriculares, que se traduzem na necessidade de se articular formação universitária e mercado profissional. Articulação esta que não se confunde com a simples adequação à dinâmica reguladora do mercado, numa perspectiva meramente instrumental. Há necessidade sim de conhecimento e sintonia com mercado profissional e, ao mesmo tempo, um distanciamento crítico deste, que permita a construção de projetos educacionais analíticos e inovadores, que apontem alternativas viáveis coerentes com os compromissos assumidos pela universidade.

A segunda consideração refere-se à necessidade do estabelecimento de princípios e pressupostos para um projeto de formação universitária e profissional norteadores dos projetos universitários, dentre eles:

- exercício do pluralismo e da interdisciplinaridade como condições essenciais da vida acadêmica e profissional;
- qualificação de uma formação generalista e abrangente assegurada pelo rigor teórico, metodológico e técnico na apreensão dos conhecimentos e pelos padrões de competência técnica profissional, através da articulação dos conhecimentos básicos e dos conhecimentos específicos de cada área;
- ensino que assegure elevados padrões de competência profissional pelo domínio do instrumental técnico, operativo e das habilidades de cada área de formação, capacitando para a atuação nas diversas realidades e âmbitos de pesquisa e exercício profissional;
- compromisso ético-social como princípio formativo perpassando o conjunto da formação curricular;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão não apenas como princípio, mas efetiva realidade na condução dos projetos acadêmicos;
- articulação das dimensões investigativas e interventivas próprias das áreas de formação profissional, como expressão da relação teoria, realidade, através da constituição de um espaço de pensar crítico, da dúvida, da autonomia, da investigação e da busca de soluções;
- indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional;
- padrões de desempenho e qualidade idênticos para os cursos diurnos e noturnos (formação universitária com um período mínimo de 4 anos)

- ensino organizado na observância dos Códigos de Ética e na observância das competências e atribuições previstas na Legislação Profissional de cada área específica de formação;
- dinamismo na organização dos currículos plenos de cada curso, possibilitando a definição e organização dos vários componentes curriculares — disciplinas, oficinas, estágios supervisionados, núcleos temáticos, atividades complementares, como forma de garantir o acompanhamento das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas.

As diretrizes curriculares elaboradas pela ABESS têm total consonância com os pressupostos aqui apontados. Como todos sabemos, as *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* foram aprovadas em Assembléia Geral da entidade em novembro de 1996 e, em seguida, encaminhadas ao MEC para apreciação.

Em parecer exarado pela Comissão de Especialistas em Serviço Social da SESu/MEC, em outubro de 1997, há um destaque de algumas diretrizes contidas no documento da ABESS, consideradas rigorosamente dentro do espírito da nova Lei, quais sejam:

a) “flexibilidade na organização dos currículos plenos de cada Unidade de Ensino possibilitando a organicidade entre conteúdos, práticas acadêmicas, distribuição e fluxos das disciplinas e demais atividades programadas. Favorece, também, a adoção de procedimentos e dinâmicas didático-pedagógicas inovadoras e capazes de assegurar uma formação sintonizada com as transformações científicas e tecnológicas da atualidade e novas demandas da qualificação dos profissionais de ensino superior;

b) exercício do pluralismo e da interdisciplinaridade como condições essenciais da vida acadêmica e profissional, assegurando a apropriação da diversidade do conhecimento necessário à formulação de respostas profissionais às complexas demandas da realidade social contemporânea. Este princípio enseja também a descentralização do processo de formação profissional, adequando-o às peculiaridades regionais e locais, contribuindo para a inserção efetiva da instituição de ensino superior à vida comunitária onde se encontra situada;

c) a qualificação da formação profissional assegurada pelo rigor teórico-metodológico no trato da realidade social, pela integração das dimensões investigativas e interventivas do Serviço Social e pela observância dos princípios éticos da profissão”.

Para finalizar, aproveito a oportunidade para informar que as Diretrizes Curriculares continuam em tramitação na SESu/MEC. Em dezembro de 1997, foi publicado pela SESu/MEC o Edital 4/97, convocando as instituições de ensino superior a apresentar propostas para as novas

Diretrizes Curriculares com orientações básicas para tanto. No primeiro semestre de 98 foram nomeadas as novas comissões de especialistas para as diferentes áreas de conhecimento.

No caso específico do Serviço Social, as Diretrizes Curriculares foram remetidas à ABESS para pequenas adequações à vista do Edital 4/97, após o que serão apreciadas pela Comissão de Especialistas de Serviço Social.

Agradeço uma vez mais o honroso convite que me foi feito para participar deste Encontro e fico à disposição para que possamos debater as idéias aqui colocadas.

Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição

Ana Celia Bahia Silva*

Estamos às vésperas da aprovação de novas diretrizes curriculares para os cursos superiores em nosso país, mas é preciso lembrar que a história do planejamento no Brasil é fortemente marcada pela idéia de controle, com os rancos das abordagens sistêmica e funcionalista, e, em termos de planejamento curricular, há forte influência tecnicista de currículos mínimos como padronização nacional. Esta padronização tem estabelecido uma diretiva, de difícil possibilidade de ruptura, tanto é que algumas propostas de diretrizes curriculares que conhecemos não conseguem fugir da tentação de padronizar, fechar, amarrar e quantificar. Isto tudo determina muitas vezes a consolidação da idéia de cópia de projetos pedagógicos, cópias de projetos de curso, chegando-se à situação de encomendar a "consultores", "projetos" que são entregues em disquetes, prontos para uso numa espécie de "clonagem". Às vezes esses "consultores" são até mesmo da própria instituição. Se não são "consultores", são, por vezes, "iluminados" que pretendem ter a melhor proposta de formação e de curso e, assim, escrevem projetos até bem elaborados e concatenados, em termos formais, mas sem nenhuma possibilidade de sustentação, porque são sem legitimidade e concebidos solitariamente.

* Mestre em Educação, professora do Departamento de Educação da Universidade da Amazônia, Belém, Pará. Diretora do Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA, consultora pedagógica da ABESS, gestão 95/96 e 97/98.

Segundo aponta Rezende (1995:62) “a impotência diante dos problemas educacionais tem se constituído no sentimento freqüente entre educadores que, corroídos pelo ‘cansaço pedagógico’ e principalmente por uma grande angústia, anseiam chegar ao como, às receitas ou aos possíveis modelos”.

Talvez isto explique a receptividade a soluções prontas, entregues em pacotes de projetos de cursos, os quais, pelo fato de não terem sido fruto do amadurecimento decorrente da discussão crítica e criativa, de uma trajetória particular de construção, terminam por não ser vividos, porque não internalizados. Definir ou redefinir projetos pedagógicos de cursos de graduação considerando novas diretrizes curriculares envolve transformações substanciais que, sem possibilidades de escolha, de arbítrio sobre tais escolhas de caminhos, têm o veio de gerar projetos engavetados, ou falsos projetos, projetos no papel, porque professores e alunos não desenvolvem identidade com o que não concebem.

A expressão projeto pedagógico tem sido empregada em vários contextos e com grande dispersão semântica. Uma delas é entender como projeto de curso, projeto formal e burocrático, por vezes mera declaração de intenções, redigida sob a forma de objetivos gerais e específicos, agrupamento de dados, organização acadêmica do curso, corpo docente com titulação e produção científica e anexos e mais anexos. Mero agrupamento de dados para elaborar um documento escrito, que rege as exigências burocráticas e formais, em que a quantidade e o cartorial valem mais do que a qualidade e o sentido do que se faz. Aliás, as recentes “planilhas” de avaliação de projetos de curso, utilizadas por algumas comissões verificadoras de autorização e reconhecimento de cursos de graduação em nosso país, ilustram com bastante clareza esse sentido meramente formal, burocratizante e cartorial na análise oficial de um curso de graduação. A visão predominante é a de racionalidade técnica, da previsão de instrumentos de hierarquização, determinando uma ritualização no processo de planejamento de cursos nas instituições, cuja preocupação é demonstrar um “projeto” tecnicamente bem organizado e legalmente amparado.

A idéia de projeto pedagógico na perspectiva de projeto de formação é o conjunto de diretrizes e estratégias que expressam a prática pedagógica de um curso, como seu núcleo catalisador, não se confundindo com currículo, pois vai além dele. Envolve, portanto, clara definição do ponto no qual se pretende chegar, porque busca um rumo, uma direção, dando sentido à ação docente, discente e dos gestores. Não visa simplesmente ao planejamento inicial, nem ao rearranjo formal do curso com vistas às novas diretrizes curriculares. É a definição das ações intencionais de

formação, de como as atividades de professores, de alunos, da administração do curso se organizam, se constroem e acontecem, como um compromisso definido e cumprido coletivamente.

O projeto pedagógico define, portanto, as ações educativas e as características necessárias ao cumprimento dos propósitos e intencionalidades do curso, tendo a ver, assim tanto, com a organização do curso como um todo, como do trabalho pedagógico na sua globalidade. É projeto político porque estabelece e dá sentido ao compromisso com a formação do cidadão e da pessoa humana para um tipo de sociedade, revelando, portanto, a intencionalidade da formação e os compromissos deste profissional com um tipo de sociedade.

Construir um projeto pedagógico de um curso de graduação supõe a superação da fragmentação do curso, pois cada professor vive o seu cotidiano, o seu departamento, a sua sala de aula, a sua disciplina, sem a menor preocupação quanto ao conjunto. Esta superação determina a busca de unidade, de globalidade, opondo-se à idéia de fragmentação. A idéia de projeto pedagógico associa-se, portanto, à idéia do todo orgânico e articulado.

Em termos de formação, o que predomina em nosso país é a fragmentação da estrutura universitária (departamentos como “ilhas” de saber) e dos conteúdos, com currículos reduzidos a um aglomerado de disciplinas, ligadas burocraticamente em séries, blocos ou “núcleos” com seus pré-requisitos. Deste modo, os cursos e seus currículos passam a ser um tabuleiro de xadrez, uma árvore de Natal, um *show* de variedades, em que prevalecem a dispersão, a diversidade e multiplicidade de disciplinas, ainda que sujeitas aos vínculos burocráticos legais dos pré-requisitos.

Conceber a formação com um projeto articulado, rigoroso e consequente, numa nova lógica que supere a fragmentação, não acontece porque diretrizes curriculares foram alteradas, “por decreto” ou por decisão superior, por uma resolução do colegiado do curso ou num passe de mágica, mas sim como fruto de ação paciente, persistente e comprometida com uma nova direção, uma nova lógica. Nesse contexto, não é a aprovação de novas diretrizes curriculares ou as mudanças de currículo que, por si só, vão determinar mudanças qualitativas na formação. É necessário discutir questões como:

- O que é verdadeiramente uma formação universitária?
- Para que e para quem serão formados os profissionais na universidade? (relação universidade e mercado de trabalho, universidade e sociedade, demandas sociais da profissão e empregabilidade).

- Como formar para a compreensão das contradições sociais e como preparar para pensar a realidade e transformá-la?
- Como articular ensino, pesquisa e extensão ao processo de formação em nível de graduação?
- Como superar as idéias distorcidas de currículo?
- Como se dá a articulação teoria/prática no processo de formação? Quais as diretrizes para a realização de estágios?

Deixar de discutir estas e outras questões de fundo é ter uma visão reducionista e limitada do ensino de graduação e uma visão estreita de que é formação profissional.

Rever, portanto, os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social à luz das novas diretrizes curriculares é rever toda a concepção de formação e de formação universitária, é compreender a idéia de currículo como a manifestação deliberada de um processo de formação ou a manifestação do conhecimento produzido, entrelaçada a uma concepção de formação profissional, na área profissional, movimentando-se dinamicamente entre o projetado ou ideal e o real.

Realizar tarefa de tal envergadura implica, pois, um processo dinâmico de ação e reflexão que extrapola a simples confecção de um documento. É um processo dinâmico, contraditório e, mais importante do que chegar a um documento pronto e acabado, é o planejar a organização e a articulação dos meios e processos para o alcance do que o projeto do curso deseja e explicita. É, sem dúvida, importante chegar a delinear um documento como instrumento estratégico básico e documentos orientadores da ação. Todavia, tão importante quanto tê-lo é a manutenção de um constante estado de reflexão e reelaboração, para buscar novos significados.

A construção de um projeto pedagógico é uma prática social coletiva que exige, acima de tudo, a busca de identidade do curso, sua intencionalidade e seus compromissos, a busca de uma linguagem comum. Isto não pode ser uma prática individual, ocasional e desarticulada, mas uma prática social, com intencionalidade e constância. Deve ser fruto da ação de todos os envolvidos com o curso, surgindo como projeto coletivo, fruto do debate e da consistência de propósitos que abrangem as perspectivas e as intenções sociais do conjunto de professores, alunos, envolvendo a discussão com conselhos profissionais e sindicatos, com a sociedade que receberá estes profissionais.

Superar a ação individual em favor da ação coletiva: este é um ponto central. Isto envolve diálogo freqüente, comunicação de idéias. A discussão é, portanto, a estratégia, por excelência, dessa construção coletiva, e a legitimidade do projeto pedagógico estará diretamente ligada

ou será diretamente proporcional ao grau e ao nível de participação no seu processo de construção. É esta participação, elemento político de ação, que poderá vir a garantir a implantação, a continuidade e a vitalidade do projeto.

Não se espere, portanto, um processo harmônico, sem conflitos, sem interesses divergentes ou sem dificuldades. Um projeto pedagógico, é por definição um processo dinâmico e contraditório que avança e recua. Avança mais quando as contradições são explicitadas e trabalhadas, e isso exige trabalho, esforço coletivo e, aparentemente, intermináveis reuniões de planejamento, ajustes no processo, o que não significa trabalhar sem planos, sem um cronograma, pois muitas vezes a academia tende ao devaneio.

Nascer do coletivo não é, por si só, garantia de sobrevivência de um projeto. Ele precisa nascer, se fortalecer, se desenvolver, se renovar, enfim, existir, ser assumido no coletivo pelos gestores, que reconhecendo-o como seu, dele se apropriam em sua ação administrativo-pedagógica. Isso oferece a base de sustentação para a sua concretização, pois o gestor passa a organizar sua ação a serviço da concretização e da consolidação do projeto. As ações da administração do curso passam a ser legitimadas por ele, ou seja, a gestão é administrativo-pedagógica referenciada pelo projeto "entendido como instrumento de gestão estratégica que materializa a definição possível, e adequada ao contexto, do interesse e consenso coletivo" (Canário, 1992:182).

Em todo esse processo, nessa caminhada de construção de projetos pedagógicos, podem ocorrer obstáculos, e vamos, nos limites deste trabalho, elencar alguns possíveis:

1) Um dos principais obstáculos é o imobilismo institucional e a resistência à mudança, ambos bloqueadores da transformação, gerando resistência e comodismo e a opção por permanecer com o que já se tem, apenas com o que já se conhece, em vez de enfrentar o novo.

2) Um outro obstáculo diz respeito aos choques de linhas teóricas, de concepções de formação, de direção teórica e ideológica na condução do curso. Entretanto, é da discussão que emerge a definição de se ter um curso plural ou com uma única linha teórica. As mudanças nos rumos do curso, a direção que ele toma envolvem disputas e podem gerar atritos entre grupos de direções ou linhas diversas. A formulação desse núcleo epistemológico, desse quadro de referência, não é harmônica e despida de conflitos, mas é a base inicial da concepção do projeto de formação, porque é preciso ter clareza dos caminhos na formação.

Procurar entender essas resistências decorrentes de concepções variadas de formação, de diversidade de linhas teóricas, do consenso e do conflito das concepções epistemológicas é vital, e mais ainda é definir, saber fundamentar o que se entende por processo de formação e buscar unidade em torno de elementos consensuais que possibilitem a definição de uma concepção comum, de fundo, como um quadro teórico de referência, que confira unidade e coerência à ação de formação ou como nos afirma Gadotti: "um bom referencial teórico que facilite encontrar os principais conceitos e estrutura do projeto" (1994:580).

3) A descontinuidade administrativo-pedagógica pode comprometer os momentos iniciais de implementação e institucionalização de um projeto, daí a importância de desencadear uma dinâmica de compromisso com a viabilidade e estabilidade do mesmo. Todo processo de mudança exige uma organização interna do trabalho e o estabelecimento de formas de ação que orientem as ações, respeitando-se o individual, mas preservando a essência do projeto pedagógico. A sua construção não pode ser uma fúria que passa ou que muda com a mudança de gestão.

É essencial a abertura de espaço para prosseguir nas discussões, nas reflexões que dão sustentabilidade ao permanente processo de construção, sempre buscando a análise do já realizado, a crítica fundamentada. É importante inclusive que se provoque o debate crítico, fundamentando em avaliações processadas, mudando e mantendo o que for necessário. Todo esse processo precisa ser impulsionado e mantido pelos gestores do curso. É este o seu papel político que evita a transformação do projeto pedagógico em letra morta.¹

Lidar com a descontinuidade administrativo-pedagógica em instituições de ensino superior é um desafio e uma exigência colocada para gestores comprometidos com a vitalidade de projetos pedagógicos.

Conclusão

Preocupamo-nos, neste trabalho, muito mais com a indicação de princípios norteadores da ação de construção de projetos pedagógicos do que com receitas definidoras deste processo. Assim, o importante é que cada curso discuta e defina como vai se apropriar dos fundamentos, do que é inovador, do que vai determinar mudanças em termos das diretrizes

1. Não cabe, nos limites deste artigo, a análise do papel de coordenadores de curso ou chefes de departamentos. Entretanto, esta questão foi abordada na dissertação de mestrado (Silva, 1997).

curriculares, para que se resista à tentação simplista de mudar nomes de disciplinas ou de alterar a grade curricular.

A construção de projetos pedagógicos é um ato deliberado dos sujeitos responsáveis pela formação, não sendo produtivo pensar em projetos pedagógicos por decreto ou por resolução de colegiados superiores.

Não é possível pensar em projeto pedagógico sem partir de uma clara concepção de formação e de seus eixos fundantes. As diretrizes curriculares discutidas pela área de Serviço Social apontam bem esta questão. Resta aos cursos, às escolas de Serviço Social definirem como incorporarão tal concepção em seus projetos pedagógicos, com identidade, originalidade e especificidade local.

O processo de explicitação de um projeto é interminável. Não basta enunciá-lo, produzir um documento estratégico que norteie as ações de formação dos formadores (professores e gestores) e dos formandos. É preciso dar-lhe existência e concretude.

Bibliografia

- CANÁRIO, Rui. "Estabelecimento de ensino: Inovação e a gestão de recursos educativos. In: NÓVOA, António. *Organizações escolares em análise*. Lisboa, Dom Quixote, 1992.
- GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico. In: Conferência Nacional de Educação para Todos. Anais, Brasília, MEC, 1994.
- REZENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. "Paradigma — Relações de poder — Projeto pedagógico: Dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: VEIGA, Ilma Passos A. *Projeto político pedagógico da escola. Uma construção possível*. São Paulo, Papirus, 1995.
- SILVA, Ana Celia Bahia. "Projeto pedagógico: Instrumento de gestão e mudança — limites e possibilidades". Belém, UNAMA, 1997. Dissertação de Mestrado.

A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios

Franci Gomes Cardoso*

A pesquisa se insere no processo de formação profissional do Assistente Social como uma exigência no processo de superação do pragmatismo, o qual foi marcante na história de sua prática profissional e ainda se faz presente na contemporaneidade.

Na proposta curricular de 1982, a pesquisa já é incluída como matéria básica, garantindo a sua inserção no âmbito da graduação. Na proposta curricular atual, configurada nas "Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social", em tramitação no MEC, para aprovação, a pesquisa é exigida não apenas como matéria. Ela se constitui num dos princípios e numa condição da formação profissional. Portanto, a formação de uma postura investigativa permanente é uma exigência fundamental que deve perpassar todo o processo da formação profissional. Mas a pesquisa é, essencialmente, o desenvolvimento de processos globais e sistemáticos de produção de conhecimentos.

Nessa perspectiva, ampliam-se os desafios postos às Unidades de Ensino no Brasil para o cumprimento dessa exigência, bem como aos programas de pós-graduação onde a pesquisa é uma prioridade.

Entretanto, é importante ressaltar que as condições objetivas para o enfrentamento desses desafios e cumprimento dessas exigências tendem

* Professora Doutora, Adjunto IV da Universidade Federal do Maranhão, membro do Conselho Diretivo do CEDEPSS — gestão ABESS/CEDEPSS, 1997/1998 — Professora visitante da UERJ.

a se tornar precárias, considerando as políticas neoliberais do Estado brasileiro e seus impactos nas Universidades. Nestas, a redução dos recursos para as atividades de pesquisa, principalmente nas Instituições de Ensino Superior periféricas, tem comprometido a formação profissional em sua totalidade. Essas políticas têm implicado uma acelerada "privatização interna" das Universidades, o que, por sua vez, compromete sua autonomia e a gestão democrática. Esse processo de privatização interna incentivado pelas políticas públicas governamentais e pelas agências de fomento à pesquisa vem contribuindo para o esfacelamento da vida acadêmica e para o fortalecimento do individualismo e o livre empresariamento, em lugar da luta coletiva da comunidade universitária na busca da organicidade entre ensino, pesquisa e extensão e da melhoria das condições de trabalho para todos.

O mais grave nesse processo é que a infra-estrutura da Universidade Pública passa a ser utilizada para fins privados, cujos resultados não revertem em benefícios da Universidade, além de criarem poderes paralelos no seu interior e de subordinarem as atividades acadêmicas à captação de recursos financeiros. Nessa perspectiva, as políticas de governo têm descaracterizado a Universidade brasileira enquanto instituição pública a serviço da população.

Esse quadro de crise, que é real, não pode, do meu ponto de vista, inibir os sujeitos envolvidos na formação profissional dos Assistentes Sociais, mas, ao contrário, deve impulsioná-los à resistência, através de grupos de professores e profissionais pesquisadores organizados, bem como dos órgãos de representação da categoria — ABESS/CEDEPSS e CFESS — envolvidos na formação profissional.

Entendo a formação profissional do Assistente Social como um processo amplo, determinado socialmente no conjunto das relações mais gerais de uma dada formação social e no contexto contraditório da Universidade enquanto espaço institucional onde se concretiza a formação básica do profissional. É um projeto que abrange na sua estrutura: a formação acadêmica (graduação e pós-graduação); a capacitação permanente de docentes e profissionais não-docentes; a prática profissional, a prática organizativa do Assistente Social e a pesquisa como instrumento na definição e redefinição desse projeto de formação.

Sendo determinado pela estrutura e conjuntura de uma dada formação social, o projeto de formação profissional do Assistente Social, no Brasil, tem como fundamento a realidade social compreendida criticamente em seu movimento contraditório, considerando as demandas sociais dos diferentes grupos e classes sociais.

A partir dessas demandas, a direção social da formação profissional é tratada no sentido de promover um vínculo efetivo com o projeto social das classes subalternas em suas relações com as forças atualmente dominantes.

A esse respeito, evidencia-se no debate no interior da profissão e no processo de revisão curricular, coordenado pela ABESS, uma diversidade de posições quanto aos vínculos do projeto profissional com os projetos societários, mas reafirma-se a dimensão política da prática profissional, em consonância com as diretrizes curriculares da década de 80 e o Código de Ética Profissional de 1986, considerado referência do processo de renovação profissional e cuja direção social defendida vincula-se aos interesses das classes subalternas. Essa direção também é reafirmada pelo Código de Ética Profissional de 1993, no qual o tratamento à dimensão ético-política da profissão se expressa pelo compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de superação da ordem burguesa.

A direção social tem sido construída no processo de formação profissional através do debate e embate entre diferentes projetos societários e projetos profissionais, não sendo, portanto, dados *a priori*, mas definindo-se como hegemônico na processualidade dos confrontos das diferentes vertentes teórico-político-ideológicas presentes na profissão.

Nesse processo de construção, a linha política e teórico-metodológica privilegia conhecimentos, práticas e habilidades que possibilitem a formação de profissionais críticos capazes de desvendar as contradições estruturais e trabalhá-las em apoio às classes subalternas.

Para a formação de profissionais com esse perfil, a pesquisa é um elemento imprescindível, tanto como postura permanente de investigação na dinâmica do conjunto de disciplinas e demais componentes curriculares do curso de Serviço Social, quanto e, sobretudo, no desenvolvimento de processos globais e sistemáticos de pesquisas que garantam a iniciação científica e formação de posturas investigativas do corpo discente, bem como a consolidação do processo de formação de pesquisadores docentes e de profissionais não-docentes envolvidos na formação profissional.

Reafirmando a imprescindibilidade da pesquisa, no processo de formação profissional, é importante destacar alguns princípios que fundamentam esse processo, os quais estão norteando as "Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social", em tramitação no MEC: "rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão

da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condições da formação profissional" (*Cadernos ABESS* nº 7, 1998:61).

Tais princípios, articulados a outros que não se referem especificamente a processos investigativos, definem as diretrizes curriculares da formação profissional que implicam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que possibilitem ao Assistente Social: a apreensão crítica do processo histórico da sociedade brasileira como totalidade; a apreensão do significado social da profissão e das suas demandas consolidadas e emergentes; e o cumprimento da legislação em vigor, no exercício profissional.

Esses princípios e diretrizes exigem uma profunda reflexão sobre as condições indispensáveis ao seu fortalecimento e implementação, de modo a contribuir para a construção do projeto ético-político-profissional e do projeto societário definido como horizonte da profissão.

A construção desses projetos busca respaldo, fundamentalmente, no pensamento marxiano e nas vertentes marxistas, tendo presente o debate crítico no interior do próprio marxismo e entre as demais correntes das ciências sociais e humanas que têm pertinência na construção teórico-prática do Serviço Social.

Aponto como condições básicas para a construção dos referidos projetos, as seguintes:

- garantir uma formação articulada à base da pesquisa e sob a ótica pluralista, permitindo, nesse sentido, a apropriação pelos docentes e demais profissionais responsáveis pela formação profissional dos Assistentes Sociais, das polêmicas existentes no interior da tradição marxista e desta com outras vertentes teóricas das ciências sociais;
- qualificar o corpo docente e outros Assistentes Sociais envolvidos no processo de formação profissional, para o ensino dos conteúdos relativos à tradição marxista, possibilitando o acesso às fontes originais dessa tradição, bem como para o ensino das grandes matrizes teóricas nas ciências sociais e humanas.

Concebendo a pesquisa como um elemento-chave na concretização dos princípios e diretrizes do projeto de formação profissional, em construção, entendo de fundamental importância a indicação de alguns mecanismos operativos, para a implementação das diretrizes gerais desse projeto:

- formação de grupos de estudo e pesquisa sobre temáticas significativas para o Serviço Social, em todas Unidades de Ensino de graduação, articulados aos programas de pós-graduação;
- inserção do alunado em grupos temáticos de pesquisa, garantindo sua iniciação científica e formação de posturas investigativas;
- inserção de Assistentes Sociais não-docentes que participam na formação profissional, em grupos de pesquisa das Unidades de Ensino e de programas de pós-graduação;
- articulação entre os grupos de pesquisa das Unidades de Ensino e as entidades da categoria ligadas ao exercício profissional;
- formação de um grupo de pesquisa em cada regional da ABESS/CEDEPSS na perspectiva de uma construção coletiva do processo de implementação das novas diretrizes curriculares nas regiões, atentando às particularidades locais;
- elaboração de projetos regionais de pesquisa, articulando temáticas e interesses convergentes entre as Unidades de Ensino constitutivas de cada região.

As duas últimas propostas que se situam em âmbito regional são frutos da oficina da ABESS/CEDEPSS, região Norte, realizada em setembro/98, em Teresina (PI) onde foram debatidas e aprovadas para a referida região.

Por fim, é importante salientar a relação reconhecidamente necessária entre a dimensão investigativa e a dimensão interventiva, ambas constituindo-se princípio formativo e condição da formação profissional e da relação teoria e realidade, conforme está explícito em um dos princípios das novas diretrizes curriculares.

A construção dos objetos da ação profissional e a elaboração de propostas de intervenção compatíveis com o projeto ético-político profissional, comprometido com os interesses das classes subalternas, exigem uma postura profissional crítico-analítica. Nessa perspectiva, ultrapassa-se a visão do caráter interventivo da profissão como respostas imediatas orientadas pela intuição do profissional e não por uma reflexão crítica.

A postura investigativa é uma exigência para sistematização teórico-prática do exercício profissional e para definição de estratégias e de instrumental técnico-operativo que potencializam as formas de enfrentamento das diferentes manifestações da questão social.

Desse modo, "a pesquisa das situações concretas é o caminho para a identificação das mediações históricas necessárias à superação da defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade e os fenômenos

singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho” (ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de Formação Profissional, 1996:152).

Bibliografia

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, nº 50, abril 1996.

_____. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS*, nº 7. Formação Profissional: trajetórias e desafios. São Paulo, Cortez, 1997.

CARDOSO, Franci Gomes. *O Processo da Formação Profissional do Assistente Social no Maranhão*. Texto mimeografado s/d.

A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997)

Nobuco Kameyama*

Introdução

A constituição do Serviço Social no Brasil está vinculada à emergência de um novo tipo de sociedade, denominada moderna, ou seja, capitalista que inaugura e legitima uma modalidade de conhecimento “erudito” — o científico, que forja condições específicas para a formação de profissionais, atribuindo-lhes autoridade para explicar e apreender os fenômenos sociais.

É nesse contexto que emerge o Serviço Social, como profissão legitimada na sociedade, para intervir nas seqüelas da “questão social”, que fundamentalmente se vincula ao conflito entre o capital e o trabalho, decorrentes das expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Nesse sentido, a identidade do Serviço Social como profissão foi cunhada pela apropriação de um saber específico, tornando-se uma prática

* Assistente Social, doutora pela École de Hautes Études em Sciences Sociales (Paris, 1978), professora titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

institucionalizada, socialmente legitimada, legalmente sancionada e claramente vinculada à “questão social”. Desta forma, podemos relacionar o surgimento do Serviço Social com as seqüelas próprias da ordem burguesa, em especial àquelas concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como se revela a partir do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo (Netto, 1992:13).

No Brasil, a configuração da “questão social”, no bojo da economia capitalista, deu-se a partir de 1930, refletindo o avanço da divisão social do trabalho, vinculando-se, portanto, à emergência do trabalho assalariado.

É nessa época que surgem as primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo (1936) e Rio de Janeiro (1937). Nos anos posteriores foram criadas outras escolas, isoladas ou vinculadas às universidades públicas ou privadas, perfazendo atualmente 77, das quais apenas dezesseis são públicas.

A formação dos assistentes sociais como profissionais, dado o seu caráter interventivo, privilegiou fundamentalmente o aspecto técnico-operativo, em detrimento da produção de conhecimento. A reforma educacional, instaurada pela ditadura militar, refuncionaliza o sistema educacional, principalmente no que concerne ao ensino superior, adequando-o ao modelo econômico, no que se refere ao Serviço Social. Nesse sentido, a refuncionalização e expansão do ensino superior passa a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social, ocasionando a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário.

A produção de conhecimento na área de Serviço Social iniciou-se a partir dos anos 70, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e, especificamente, em Serviço Social.

De fato, os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimentos, mas não são suficientes, na medida em que grande parte dos projetos de pesquisa é realizada individualmente, e também na medida em que o ensino na pós-graduação (nível mestrado) é concebido antes de tudo para formar recursos humanos para a docência (ensino) e, subsidiariamente, para a pesquisa. No entanto, as atividades de pós-graduação estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica, que têm nas universidades o seu espaço privilegiado, uma vez que no Brasil as instituições de pesquisa são ainda reduzidas.

Se considerarmos que o Serviço Social é uma especificidade das Ciências Sociais, temos que recuperar a história da pesquisa nesta área para compreendermos o Serviço Social neste contexto.

“A fase de expansão e consolidação institucional das Ciências Sociais brasileiras começa no início dos anos 60 e torna-se mais vigorosa a partir de 1966, quando as agências de fomento à pesquisa iniciam as suas operações institucionais junto à comunidade de Ciências Sociais através de convênios, particularmente com a Universidade Federal de Minas Gerais, visando apoiar e desenvolver o ensino e a pesquisa na área de Ciência Política” (Figueiredo, 1988:29).

Além da UFMG, a Fundação Ford realizou convênios com outras instituições, como a Sociedade Brasileira de Instrução, UFRJ, UFPE, visando a criação dos programas de pós-graduação e apoiando os programas de ensino e pesquisa por meio de financiamento. É nessa época também que surge o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP, que contou com forte apoio da Fundação Ford.

A Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, com os recursos da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ciência & Tecnologia, gerenciou alguns programas de financiamento orientados para áreas específicas consideradas prioritárias (genética, doenças endêmicas, catálise, produção animal e vegetal, software etc.), iniciando sua operação de financiamento somente a partir de 1974 e paulatinamente ampliando sua área de atuação, num movimento que representa claramente a continuação da Fundação Ford.

No entanto, a crescente crise fiscal contribuiu para o processo de descentralização das políticas de ciência e tecnologia — C&T, particularmente no que se refere ao financiamento. Por isso, na elaboração da Constituição de 1988 e nos anos imediatamente posteriores, quando foram refeitas as Constituições estaduais, foi criado um grande número de agências de fomento. Em 1992, já existiam 25 em funcionamento no país. Como modelo exemplar, podemos citar a FAPESP, considerada o modelo inspirador e a mais bem-sucedida agência estadual brasileira (Guimarães, 1997:132).

Embora o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq tenha sido criado em 1951, somente nos anos 60 e, sobretudo, em 1968, com o desenvolvimento das pós-graduações na área de Ciências Sociais, é que esta se torna presente nesta área. Antes, o CNPq não apoiava as Ciências Sociais porque a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tinha um perfil mais docente, desempenhava este papel.

A ausência das Ciências Sociais nas décadas anteriores a 70 no âmbito das agências financiadoras pode ser interpretada da seguinte forma:

- 1) caráter recente da pesquisa na área das Ciências Sociais;

2) dificuldade de ordem ideológica por ser frequentemente vinculada às idéias socialistas. A área de Ciências Sociais no Brasil se caracterizava por ser crítica, além de ser analítica;

3) questionamento de sua "cientificidade" por parte dos ramos científicos mais tradicionais;

4) preconceito contra o cientista social, que era considerado mais como professor, e não cientista social. O termo pesquisador e cientista só era aplicado ao pessoal das ciências exatas dentro da concepção: os professores das Ciências Sociais e Humanas ensinam, e os das Ciências Exatas pesquisam.

A "maioridade" das Ciências Sociais se configura ao longo das décadas de 80 e 90 e sua inserção entre as disciplinas apoiadas pelo CNPq institui o reconhecimento, pelos atores científicos, de um campo específico do conhecimento que passa a ser incentivado no sentido de afirmar a sua identidade científica.

No entanto, apesar desse reconhecimento, a sua participação enquanto grande área de conhecimento (Humanidades que inclui Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Letras, Lingüística e Artes) é reduzida. Em 1986, sua participação no número de bolsas era de 21,53% e no número de auxílios à pesquisa 14,7%.

Nessa grande área de conhecimento, o Serviço Social se insere a partir de 1984 e somente em 1986 passa a se inserir no Comitê de Psicologia Social e Serviço Social. Ainda hoje sua participação é pouco significativa no nível de demandas, atingindo, em termos de recursos, em torno de 2%, perdendo apenas para a Demografia, Geografia e Planejamento Urbano.¹

Atualmente o Serviço Social integra, juntamente com as áreas de Direito, Comunicação, Economia, Administração, Arquitetura, Demografia e Economia Doméstica, a grande área de Ciências Sociais Aplicadas de acordo com a classificação da CAPES.

1. Os comitês assessores do CNPq, tanto por ser a mais antiga agência de fomento à ciência como pelo seu papel oficial de coordenador do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, têm uma posição central. Daí a importância de seus mecanismos de avaliação. Até meados dos anos 70, seus métodos iniciais de triagem de projetos diferiam dos que eram usualmente adotados: juízos informais por um grupo limitado de cientistas transformados em administradores. Como resultado de uma reformulação interna, há a criação dos Comitês Assessores (CAs), compostos de um grupo correspondendo a cada área de conhecimento. Desde então, seu funcionamento tem sido muito bem definido em termos de divisões de responsabilidade entre o CNPq e os membros dos CAs (Castro, 1986:32).

A partir da década de 70 os cursos de pós-graduação em Serviço Social passam a receber quotas de bolsas para os alunos dos cursos de mestrado, permitindo a titulação dos primeiros mestres em Serviço Social. Em meados dos anos 80, os pesquisadores da área começam a receber auxílio-pesquisa e bolsas. No entanto, como a partir de 1987 as bolsas passam a privilegiar somente os pesquisadores de nível I e II, ou seja, aqueles com título de doutor, o número de bolsas foi drasticamente reduzido, uma vez que a área contava ainda com poucos doutores. Este fato prejudicou os pesquisadores que já desenvolviam projetos, refletindo sobretudo na investigação dos docentes das unidades de ensino onde não havia ainda constituído uma tradição de pesquisa. Essa situação só foi superada na medida em que foram se titulando novos doutores na área, contando atualmente com cerca de noventa, que passaram a investir fortemente na formulação e execução de projetos de pesquisa, tanto individualmente quanto integrada ou interinstitucionalmente. Atualmente, na maioria dos cursos de pós-graduação existem grupos ou núcleos de pesquisa que integram os pesquisadores docentes, doutorandos, mestrands, graduados e alunos dos cursos de graduação, respectivamente bolsistas de Aperfeiçoamento e de Iniciação Científica.

I. Balanço da Produção de Conhecimentos da Área de Serviço Social

A avaliação crítica da pesquisa na área de Serviço Social, em termos de "estado das artes" ou estado de conhecimentos alcançados, apóia-se nas dissertações de mestrado produzidas a partir de 1975 e nas teses de doutorado elaboradas a partir de 1984, no âmbito dos programas de pós-graduação da PUC/SP, PUC/RJ, UFRJ, UFPB, UFPE, UnB, e UNESP-Franca.²

As dissertações de mestrado e as teses de doutorado serão analisadas seguindo os seguintes critérios:

1) considerações quanto à relevância do conteúdo, que se refere aos temas virtual e/ou potencialmente vinculados à área de conhecimento;

2) características de referências que incluam noções sobre construção do objeto, formulação de hipóteses e quadro teórico, ou seja, os fundamentos teórico-metodológicos utilizados nas pesquisas, por meio de identificação de categorias substantivas;

2. Deixo registrado aqui um agradecimento especial aos programas de pós-graduação, pelo acesso aos resumos das dissertações de mestrado e teses de doutorado.

3) procedimento da pesquisa, ou seja, identificar a tipologia de estudos.

Para a nossa análise, utilizamos os resumos das teses de doutorado e dissertações de mestrado, classificando-os por área temática.

Quadro 1

Dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período de 1975 e 1997 nos programas de pós-graduação em Serviço Social

Áreas Temáticas	PUC/SP		PUC/RJ	UF RJ	PUC/RS		UF PB	UF PE	UnB	UNESP Franca	TOTAL
	Me	D			Me	Ext					
Prática Profissional	58	8	52	9	14	0	6	8	0	3	158
Formação Profissional	37	5	31	10	22	2	4	1	0	0	112
Teoria e Método em Serviço Social	14	14	33	16	6	0	3	2	0	0	88
História do Serviço Social	7	6	14	8	3	0	0	1	0	0	39
Criança e Adolescente	22	3	22	5	12	1	5	5	1	3	79
Gênero e Família	20	3	17	11	4	0	4	5	1	3	68
Processo de Trabalho	27	0	10	7	8	0	2	4	1	1	60
Política Social	42	9	11	18	11	0	11	10	8	3	123
Movimentos Sociais	27	7	2	10	4	0	12	19	0	1	82
Realidade Social	11	1	6	0	2	0	8	0	0	0	28
Desenvolvimento de Comunidade	6	3	8	4	2	1	5	2	0	0	31
Processo Sociocultural	10	3	5	3	0	0	4	5	0	0	30
Terceira Idade	12	0	5	2	2	0	0	0	0	0	21
Instrumentos e Técnicas	3	2	7	2	6	1	2	1	0	0	24
Cidadania, Democracia e Direitos Sociais	3	0	0	3	0	0	0	1	1	0	8
Crime e Violência	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Saúde e Deficiência Físico/Mental	13	3	9	8	1	0	0	1	0	1	36
Análise Institucional	5	1	5	4	4	0	0	3	0	0	22
Questão Urbana e Poder Local	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0	7
Questão Agrária e Meio Ambiente	3	0	0	2	0	0	1	1	2	0	9
Total	323	70	238	125	102	5	67	69	14	15	1028

Fonte: Resumos de dissertação de mestrado e teses de doutorado.

O quadro apresentado demonstra que os temas de maior concentração ainda são: Prática Profissional, Política Social, Formação Profissional, Teoria e Método em Serviço Social, Movimentos Sociais, Gênero e Família. Podemos observar que enquanto a análise desses temas ganham maior densidade e profundidade, as temáticas Criança e Adolescente, Processo de Trabalho, Saúde e Deficiência Física e/ou Mental ganham a centralidade nas investigações dos dois últimos anos. Surge ainda, no horizonte das investigações, temas emergentes, como: Terceira Idade, Cidadania, Democracia e Direitos Sociais que são analisadas de forma acoplada aos movimentos sociais ou políticas sociais; Crime e Violência, Questão Urbana e Poder Local, Questão Agrária e Meio Ambiente, conforme quadro e gráfico 1.³

No período de 1975 a 1997 foram produzidas em torno de 958 dissertações de mestrado e 70 teses de doutorado, perfazendo aproximadamente mais de mil trabalhos, 10% dos quais foram publicados.

Este conjunto de produções foi classificado segundo as temáticas e os períodos: de 1974 a 1980 e de 1981 a 1997, considerando que muitas produções sofreram uma inflexão em termos de escolha de temáticas emergentes e novas formas de abordagem, fundamentadas em novos paradigmas introduzidos na área de Ciências Sociais, e, particularmente, na área de Serviço Social com o Movimento de Reconceituação. Nesse período o interesse dos pesquisadores se articulou em torno de alguns eixos temáticos que não apareceram em seu estado puro, mas, ao contrário, desenvolveram-se sempre de forma acoplada ou matizada.

As linhas centrais que orientaram a produção científica do Serviço Social não sofreram alterações substanciais durante os dois períodos. Houve, no entanto, alterações nas formas de abordagem e nas referências teórico-metodológicas.

1. Prática profissional

Na classificação das temáticas a prática profissional constitui um dos temas recorrentes. Trata-se de análises de experiências vivenciadas em campos específicos que vêm sendo resgatadas e submetidas a uma reflexão crítica no sentido de contribuir na construção do objeto, da teoria e da metodologia do Serviço Social.

3. A inclusão da pesquisa em determinada área temática não dependeu do título do trabalho, que nem sempre tinha vinculação direta com o conteúdo, mas da identificação do objeto da pesquisa. Dessa forma, uma temática pode estar incluída na área temática, prática profissional na execução de uma política social setorial, mas na medida em que o pesquisador privilegia a análise do processo de formulação e implementação dessa política, o tema será inserido na temática Política Social.

Quadro 2
Classificação das Produções segundo Área Temática

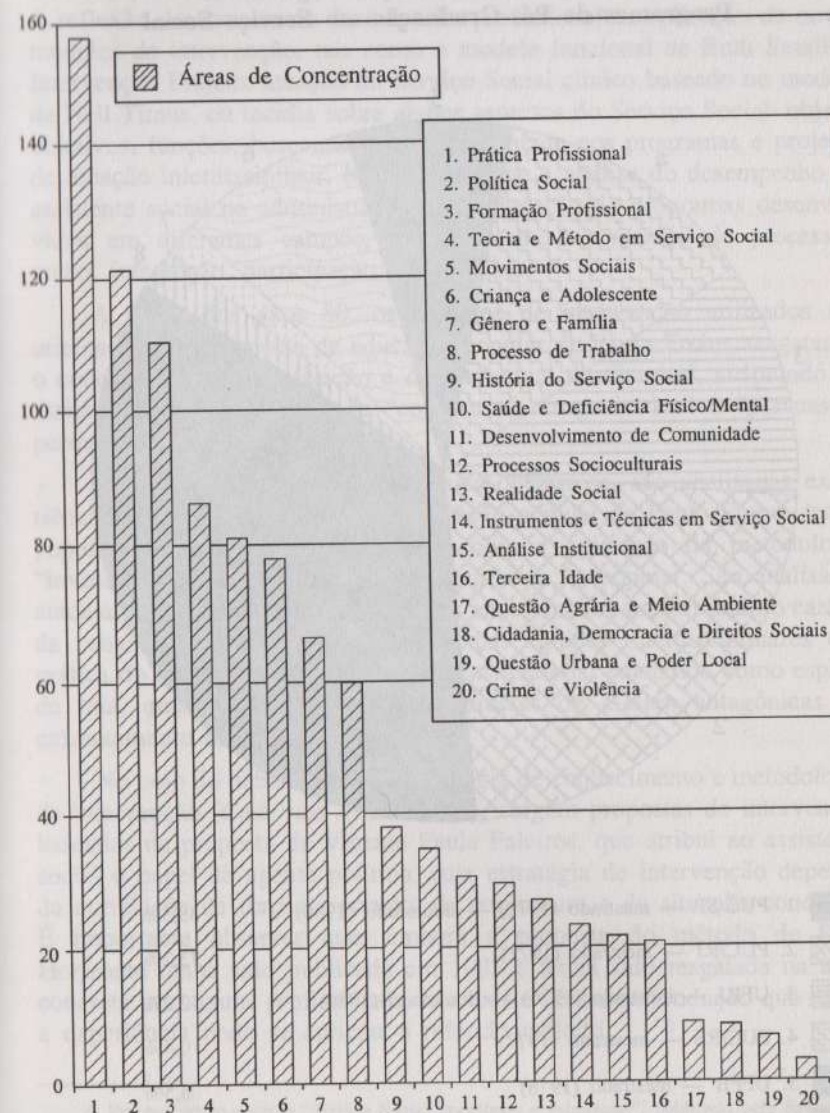
Áreas Temáticas	Nº	%
Prática Profissional	158	15,0
Política Social	123	12,0
Formação Profissional	112	10,9
Teoria e Método em Serviço Social	88	8,6
Movimentos Sociais	82	8,0
Criança e Adolescente	79	7,7
Gênero e Família	68	6,6
Processo de Trabalho	60	5,8
História do Serviço Social	39	3,8
Saúde e Deficiência Físico/Mental	36	3,5
Desenvolvimento de Comunidade	31	3,0
Processos Socioculturais	30	2,9
Realidade Social	28	2,7
Instrumentos e Técnicas em Serviço Social	24	2,3
Análise Institucional	22	2,1
Terceira Idade	21	2,0
Questão Agrária e Meio Ambiente	9	0,8
Cidadania, Democracia e Direitos Sociais	8	0,7
Questão Urbana e Poder Local	7	0,6
Crime e Violência	3	0,3
Total	1028	100,0

Fonte: Resumos de dissertação de mestrado e teses de doutorado.

As produções que integram a área temática de prática profissional perfazem 15% das produções, concentrando-se nos programas de pós-graduação de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

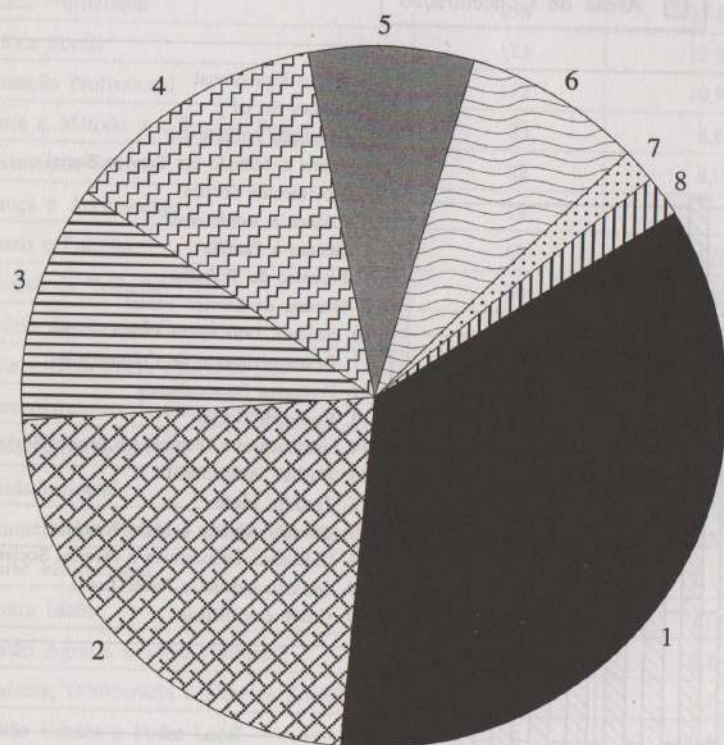
Durante o período de 1975 a 1980, a maioria das dissertações foi elaborada por docentes de Serviço Social, que transformaram suas experiências em objetos de investigação e reflexão. Elas recuperam a ação

Gráfico 1



Fonte: Resumos de dissertação de mestrado e teses de doutorado.

Gráfico 2
Distribuição das Produções segundo os
Programas de Pós-Graduação em Serviço Social



1. PUC/SP — mestrado (1972) — doutorado (1980)	38,3%
2. PUC/RJ — mestrado (1972)	23,2%
3. UFRJ — mestrado (1976) — doutorado (1980)	12,2%
4. PUC/RS — mestrado (1977)	10,4%
5. UFPB — mestrado (1978)	6,5%
6. UFPE — mestrado (1979)	6,7%
7. UnB — mestrado (1991)	1,3%
8. UNESP/Franca — mestrado (1993)	1,4%

profissional junto a campos tradicionalmente considerados típicos da área: família, menor, saúde, saúde mental, reabilitação física, assistência etc. A reflexão centrava-se no desempenho profissional na aplicação de novos modelos de intervenção, tais como o modelo funcional de Ruth Smalley, Intervenção Projeto, atuação do Serviço Social clínico baseado no modelo de Neil Timus, ou incidia sobre alguns aspectos do Serviço Social: objeto, objetivos, funções, buscando sua especificidade nos programas e projetos de atuação interdisciplinar. Merece destaque a análise do desempenho do assistente social na administração e coordenação de programas desenvolvidos em diferentes campos, principalmente no manejo de processos, como, integração, participação, conflito etc.

A partir dos anos 80, os modelos de intervenção utilizados são orientados pela proposta de educação popular de Paulo Freire, resgatando o conceito de conscientização e de intelectual de Gramsci, atribuindo ao assistente social a função de “construtor”, “organizador” e “persuasor” permanente.

Quanto aos procedimentos técnico-operativos, são analisadas experiências baseadas no método de educação popular de Paulo Freire, teatro popular, além de estudo reflexivo sobre a aplicação da metodologia “investigação-ação” na dinâmica de participação popular. São analisadas ainda algumas categorias presentes nas experiências, sobressaindo o caráter da subalternidade do Serviço Social nas equipes interdisciplinares e a prática do assistente social no espaço institucional entendido como espaço de luta, onde se confrontam os interesses de classes antagônicas no enfrentamento da “questão social”.

No bojo do debate sobre metodologia de conhecimento e metodologia de intervenção (*Cadernos ABESS* nº 3), surgem propostas de intervenção baseadas na proposta de Vicente Paula Faleiros, que atribui ao assistente social o papel de agente político, cuja estratégia de intervenção depende da correlação de forças, portanto, da conjuntura e da situação concreta.⁴ É importante observar que, embora a proposta do método de Belo Horizonte tenha sido publicada em 1982 e tenha sido resgatada na ação concreta por alguns profissionais, não existe nenhuma produção que relate a experiência onde se aplicou o referido método.

4. Em seu artigo recente “Serviço Social: trajetórias e estratégias”, publicado pela *Revista do Instituto de Serviço Social de Lisboa*, ano IV, nº 9, 1994, Vicente de Paula Faleiros avança na sua proposta quando afirma: “Minha preocupação central ao analisar o Serviço Social é de situar na dinâmica relacional de poder e saber a tal ponto de propor um novo paradigma de intervenção que considera ao mesmo tempo as forças em presença para enfrentar os problemas e recursos e não recursos e problemas de forma neutra”.

A análise sobre o espaço institucional, principalmente a partir de 1985, resgata de certa forma a prática do Serviço Social nas instituições, que havia sido negada, no período pós-Movimento de Reconceitualização, considerando a instituição como espaço ou “aparelho” de reprodução da ideologia dominante, concepção assumida pela grande maioria dos assistentes sociais que buscaram sua inserção nos movimentos sociais como alternativa à prática institucional, assumindo, na maioria das vezes, o papel de agente político/partidário.

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo também se investiga a categoria de intelectual orgânico na perspectiva gramsciana, na articulação do Serviço Social na execução de políticas sociais. Alguns trabalhos abordam a questão da socialização do saber e deste como competência técnica, baseados na premissa de que quanto mais o assistente social é competente, mais se orienta pelos padrões profissionais, e quanto menos competente, mais se orienta pelos padrões institucionais. A “assistência” também mereceu uma análise aprofundada, que constituindo um dos temas centrais em torno do qual se aglutinaram os doutorandos/docentes do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, dando origem a várias teses e textos que foram publicados, resgatando a concepção, o significado e as perspectivas da assistência. Estes textos contribuíram para subsidiar os debates que precederam a formulação da Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS (Lei nº 8.742), promulgada em 1994.

Nos anos 90 sinaliza-se uma reestruturação dos programas sociais, cujos princípios norteadores podem ser caracterizados como descentralização, focalização e privatização. Neste cenário, a descentralização é concebida como um modo de aumentar a eficiência e a eficácia do gasto, já que aproxima problemas e gestão. Isto significa que a gestão das políticas sociais desloca-se para os municípios. Por outro lado, em prefeituras municipais assumidas por prefeitos do Partido dos Trabalhadores, a proposta de participação popular cria novas demandas para o Serviço Social. Algumas pesquisas resgatam essas experiências e outras procuram aprofundar os estudos para compreender o significado da descentralização, municipalização e poder local, articulado com movimentos sociais urbanos.

Quanto às referências teórico-metodológicas que subsidiam as produções, não foi possível identificar, uma vez que a maioria das investigações sobre prática profissional caracteriza-se como estudos exploratórios-descriptivos. No entanto, *grosso modo*, podemos afirmar que até os anos 80 prevalecem o funcionalismo e a fenomenologia, tanto na PUC/RJ como

na PUC/SP, mas a partir desse período outras correntes teóricas passam a ser utilizadas pelos alunos dos cursos de mestrado.

Na PUC/RJ, a fenomenologia é predominante, pois a maioria dos autores adota a metodologia dialógica construída pela professora Ana Augusta Almeida, com fundamentação filosófica em Husserl e Merleau Ponty, seguida do estruturalismo genético de Lucien Goldmann, com a influência da professora Myriam Veras Baptista e o materialismo dialético baseado em Henri Lefebvre e Gramsci, resgatado pela professora Miriam Limoeiro.

Na PUC/SP, a fenomenologia entra em decadência, ganhando certa relevância a corrente marxista (Marx, Gramsci e Lukács), além do estruturalismo genético.

Enquanto que na PUC/RJ a temática “prática profissional” emerge a partir de experiências vivenciadas pelos pesquisadores, a sua abordagem nas dissertações da PUC/SP parte de outro enfoque: o relato ou a descrição da ação profissional constitui uma das determinações do objeto analisado. Assim, alguns objetos são destacados: recuperação da identidade dos menores, estudo e diagnóstico psicossocial, relacionamento assistente social/cliente, função do Serviço Social na equipe interdisciplinar, prática do Serviço Social no planejamento etc.

Uma das características dos estudos exploratórios-descriptivos é refinar conceitos e enunciar questões e hipóteses para investigações subseqüentes. Nessa perspectiva, grande parte das investigações busca analisar alguns conceitos, como bem-estar social, participação social, marginalização, demonstrando como eles foram apropriados das Ciências Sociais sem salientar o contexto da reflexão. Por outro lado, ultrapassando o nível teórico, a opção por uma das abordagens poderá acarretar implicações de ordem prática, sobretudo em termos de propostas de políticas concernentes às populações-alvos.

Outra diferença é que as investigações da PUC/RJ têm como objetivo a intervenção na esfera de microestrutura, enquanto que a PUC/SP procura analisar a ação do Serviço Social em âmbito macroestrutural, isto é, em nível de formulação, implementação, execução das políticas sociais e seus impactos sobre a população.

A partir dos anos 80 podemos identificar diferentes categorias substantivas que aparecem nas produções, tais como transformação social, libertação, emancipação, compromisso do assistente social com a “classe” trabalhadora ou subalterna, processo de contra-hegemonia, formação do sujeito coletivo, participação representativa/participação de base, negociação, direitos sociais, cidadania e democracia.

Estas categorias aparecem sobretudo nas investigações que focalizam “práticas alternativas” nos diferentes campos, principalmente nos da habitação e saúde, onde foi possível criar embriões de organização popular que se articulam com movimentos sociais mais amplos.

Como já informamos, a maioria de investigações sobre “prática profissional” se concentra na PUC/SP. As investigações do período de 76 a 80 são reduzidas (apenas cinco dissertações) e resgatam as experiências na perspectiva de avaliação.

A temática “prática profissional” aparece nas produções dos cursos de pós-graduação da UFRJ, PUC/RS e UFPB somente a partir da década de 80.

Na UFPE, as investigações se relacionam à crítica do Serviço Social tradicional, ao compromisso do assistente social com o cliente e análise do processo de constituição do Serviço Social penitenciário.

Surge no cenário da pesquisa em Serviço Social, a partir de 1988, um tema emergente: direitos sociais e cidadania, que resgata os discursos presentes na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no que se refere à ordem social, como elementos constitutivos da ação do Serviço Social junto às organizações populares. Tema presente também na UnB.

Na UFPB, as experiências relatadas e analisadas referem-se aos campos da educação, trabalho e rural, das quais os autores procuram apreender o caráter educativo das práticas do Serviço Social.

A maioria das pesquisas sobre propostas de “práticas alternativas” não é passível de generalizações empíricas, pois trata-se de estudos exploratórios que ainda permanecem no nível de apontar objetivos que prefiguram idealmente o resultado real do que se pretende obter, isto é, ao mesmo tempo que analisa a realidade presente da prática, aponta para uma realidade futura (relação da atividade cognoscitiva e teleologia).⁵

5. A reflexão sobre essas propostas e/ou práticas nesse período se conecta com dois aspectos: 1) a implantação das Políticas Sociais no campo da nutrição, habitação, saúde, centros sociais urbanos abre possibilidades para a organização da população na execução dos projetos, levando-a a formular propostas alternativas para que os mesmos se adequem às suas necessidades e interesses; 2) a conjuntura política que possibilita a emergência de práticas associativas de diferentes tipos e graus de organização e que a literatura da época englobou sob o rótulo de movimentos sociais urbanos. Deve-se considerar também os espaços políticos conquistados com a mobilização da opinião pública, a visibilidade que o movimento alcança e sua articulação com outros segmentos organizados da sociedade civil; 3) o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e particularmente no Brasil. Nessa perspectiva surgem produções de cunho crítico ao Serviço Social tradicional, de caráter disciplinador e normatizador dos indivíduos, baseadas nas obras de Foucault, de integração, fundamentadas na teoria da marginalidade, desenvolvidas nas décadas de 50/60, no

Nos dois últimos anos emerge a tendência de resgatar a abordagem individual, priorizando a relação de “ajuda” como um das formas de atendimento às demandas reais dos usuários. Os assistentes sociais buscam compreender a prática cotidiana no plantão, na terapia familiar, na relação com os doentes e seus familiares, ou seja, nas áreas onde a intervenção se caracteriza como sendo de aspecto psicossocial.

No cenário final da década de 90 surge ainda uma multiplicidade de experiências dos assistentes sociais junto às prefeituras municipais, participando nos processos de descentralização: na formação de conselhos municipais de saúde, de assistência, da criança etc. Nessas experiências os assistentes sociais participam na construção de novas relações entre o governo local e a sociedade civil.

2. Formação profissional

A análise da formação profissional do Assistente Social adquiriu especial relevância, a partir da década de 80, no debate da categoria profissional, especialmente ao defrontar-se com o novo currículo mínimo para o curso de Serviço Social, aprovado pelo Conselho Federal de Educação por meio do parecer nº 412/82, cujo prazo máximo para implantação estava previsto para agosto de 1984.

A formação profissional ou a qualificação técnico-científica de profissionais no âmbito de Serviço Social tem sido objeto de estudos parciais e localizados, especialmente quanto às dissertações de mestrado, salientando aspectos particulares da questão, que, no entanto, necessitam de uma abordagem mais globalizante a respeito da realidade nacional de formação profissional de assistente social.

Ao longo da história, particularmente a partir da década de 70, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social — ABESS vem assumindo uma posição de vanguarda na tarefa de pensar a formação profissional, no que diz respeito à elaboração/reformulação do currículo dos cursos de Serviço Social, à capacitação docente, à implantação da pós-graduação e à produção científica, particularmente a partir de 1987, com a criação do Centro de Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social — CEDEPSS como órgão acadêmico, com o objetivo de estimular a produção de conhecimentos na área de Serviço Social e ao mesmo tempo criar espaços para a divulgação das pesquisas, além de outras

contexto dos trabalhos empíricos centrados na América Latina e de reprodução da ideologia dominante baseadas em Althusser.

iniciativas que atestam a sua preocupação com o avanço da formação e da prática profissional do assistente social.

Subjacente a esse esforço no sentido de ampliar o debate em torno da formação profissional, no âmbito nacional, coloca-se o entendimento de que a revisão curricular não se faz apenas por um ato legal, na medida em que se concebe que o currículo não se limita a uma grade de disciplinas, mas engloba, de forma articulada, as três dimensões de um projeto educacional: docência teórico-prática, pesquisa e extensão, orientadas por diretrizes básicas norteadoras da formação profissional.

Neste sentido, a revisão curricular foi realizada por meio de um amplo debate que implicou a mobilização e a participação de professores, alunos e profissionais, bem como a discussão crítica, onde os compromissos, as posturas e as divergências teóricas foram explicitadas e discutidas.

No que diz respeito às produções sobre a temática “formação profissional”, grande parte das investigações consiste no resgate do debate vivenciado pelos docentes na elaboração do currículo mínimo nas suas unidades de ensino.

As dissertações produzidas no período 1975-80 concentraram suas análises no ensino de disciplinas — sobretudo aquelas voltadas para a intervenção —, nos processos e procedimentos pedagógicos, bem como na instrumentalização técnica, como planejamento, administração e supervisão. As investigações do período de 1980-95 caracterizam-se pela ampliação da temática “formação profissional”, diversificam-se as abordagens no sentido de particularizar alguns aspectos da formação profissional.

A nossa análise objetiva privilegiar as produções dos cursos de pós-graduação da PUC/RJ e PUC/SP, onde se concentram cerca de três quartos das investigações sobre a área temática.

É interessante notar que as primeiras investigações sobre a formação profissional referem-se à dicotomia entre teoria e prática, que se articula com a prática dos estágios. Nesta perspectiva, os objetos de pesquisa são os que se vinculam com a prática do Serviço Social e/ou estágio.

Na realidade, a matéria “estágio supervisionado”, além das indicações formais em relação à carga horária, ementa, conteúdo programático, estruturação, requer uma discussão de caráter mais substantivo, considerando que a questão do estágio continua sendo um impasse no quadro da formação profissional, que consiste, antes de tudo, numa das expressões de uma velha e sempre atual questão: a relação teoria/prática.

Nas produções da PUC/SP, a atividade supervisão, enquanto objeto de investigação, aparece com mais frequência. Essas investigações procuram definir o papel da supervisão como forma de articulação do conhecimento teórico com a prática. Outros aspectos que constituem objetos de investigação foram as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso — TCCs, planejamento, teoria do Serviço Social, extensão e mais especificamente a prática de diagnóstico social.

Já na PUC/RJ, além da preocupação com a relação teoria/prática, as investigações se concentram tanto na análise de técnicas de ensino e aprendizagem, quanto na elaboração de propostas de modelos orientadores da ação profissional.

É preciso salientar que as produções sobre formação profissional nas décadas de 70 e 80 aparecem na PUC/RJ, PUC/SP e PUC/RS com apenas duas dissertações.

A partir dos anos 80, quando se questiona a formação do assistente social de caráter formalista e instrumentalizador, voltado apenas para o desenvolvimento de habilidades técnicas, a preocupação desloca-se para o estudo de outros aspectos da formação profissional.

Nessa perspectiva, encontramos, na PUC/SP, dissertações que investigam a abordagem individual em diferentes tipos de prática do Serviço Social, o conteúdo da disciplina Desenvolvimento de Comunidade e sua relação com os movimentos sociais; o perfil dos alunos de Serviço Social, o problema da evasão, a competência profissional chegando a identificar a competência “cativa” (instituída) e a “criativa” (pessoal, que vai além do limite), o significado do mestre etc.

No final dos anos 80 surge a preocupação com a disciplina Pesquisa. As investigações sobre este objeto procuraram apreender as tendências do ensino da pesquisa bem como sua contribuição na produção de conhecimentos científicos na área de Serviço Social.

Na PUC/RJ, as investigações se centralizam nos processos ideológicos que envolvem a formação profissional, a visão de mundo do assistente social, os problemas teórico-práticos da consciência e a atuação desse profissional no processo de conscientização na perspectiva gramsciana.

No final dos anos 90, a preocupação dos pesquisadores volta-se para a análise do papel do Serviço Social nas equipes multidisciplinares, pois diante das novas requisições, competências e condições de trabalho profissional, o assistente social tende a inserir-se, e ao mesmo tempo dissolver-se, em equipes multidisciplinares em diversas áreas: saúde,

recursos humanos, programas de qualidade total, treinamento, comunicação social, planejamento estratégico.

3. Teoria e método em Serviço Social

Resgatando a análise realizada pela professora Safira B. Ammann (1983), podemos afirmar que, no processo de produção de conhecimentos, predominou historicamente a tendência que postula a definição apriorística de um objeto exclusivo para cada ciência. Fundado no corte positivista que separa os que pensam dos que agem, os que produzem conhecimentos dos que os aplicam (tendência que orienta a classificação das áreas pelas agências de fomento à pesquisa — CAPES e CNPq —, o Serviço Social, assim como Administração, Direito, Economia, Comunicação Social, Planejamento Urbano, Arquitetura e Economia Doméstica, é classificado como integrante da grande área de Ciências Sociais Aplicadas).

No bojo do processo de produção de conhecimentos, emerge, entretanto, uma outra corrente, que parte da visão da totalidade social, que não postula a exclusão recíproca dos campos nem a propriedade da área de saber, embora cada uma destas preserve e desenvolva suas especificidades próprias. Sob tal orientação, nas últimas décadas o Serviço Social vem colocando como exigência fundamental a tarefa de pensar os objetos ou fenômenos sobre os quais atua e de participar no processo de produção científica sobre a totalidade social.

Por isso, decidir se um objeto de pesquisa é potencialmente relevante para o Serviço Social é uma questão de julgamento e imaginação. Em algumas instâncias, o tema de estudo é facilmente reconhecido como pertinente e relevante para a área, mesmo se pertencer a outros ramos das Ciências Sociais. Assim, estudos sobre processos socioculturais, políticos e outros são prontamente reconhecidos como relevantes para o Serviço Social, mesmo que os resultados da pesquisa não sejam utilizados pelos assistentes sociais no momento. Estudos de relações industriais, globalização são pertinentes à área de Serviço Social na medida em que os assistentes sociais possam compreender as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, metamorfoseando a “questão social” para cujas seqüelas o Estado apresenta propostas na forma de políticas sociais que têm nos assistentes sociais executores privilegiados. A sensibilidade em perceber a relevância dependerá da amplitude de perspectiva. Na perspectiva de totalidade, toda a produção do Serviço Social, enquanto especificidade da Ciências Sociais, contribuirá para o enriquecimento do acervo da produção científica na área de Ciências Sociais.

Na área específica do Serviço Social, trata-se de construir um saber que se situe não só como fator explicativo e unificador da transformação social, mas que contribua efetivamente para o processo de mudança.

Nesse sentido, as investigações que se enquadram na temática “teoria e método em Serviço Social” são aquelas que não só procuram resgatar os postulados teórico-metodológicos que influenciaram o Serviço Social, mas de pesquisar objetos atuais e potenciais.

Na temática “teoria e método em Serviço Social”, as investigações no período 1975-80 centravam-se no estudo das categorias presentes na ação profissional, como o conceito de dominação em Ezequiel Ander-Egg e Boris Alexis Lima, objetivos e especificidades do Serviço Social, o contrato na relação assistente social/cliente, a perspectiva teórica-metodológica e ideopolítica do Movimento de Reconceituação, estudos explicativos sobre alguns conceitos, como voluntário, sociabilidade fundamentada na abordagem compreensiva, interdisciplinaridade, relação sujeito/objeto etc.

A partir dos anos 80, as investigações revestiram-se de uma postura crítica, valendo-se de categorias analíticas mais amplas que articulam as teorias básicas da área dentro do contexto global. Outras buscam resgatar os fundamentos teórico-metodológicos que influenciaram o Serviço Social tradicional e procuram realimentar, revigorar e modernizar a profissão por meio de novos aportes das Ciências Sociais.

Algumas dissertações elegeram como objeto de investigação as formas de aproximação ao pensamento marxista, determinando que o denominado processo de “intenção de ruptura” fundamentou-se não apenas no pensamento de Marx, mas também nos de Gramsci e Lukács. Nos anos 90 surgem investigações que apresentam abordagens sobre as principais categorias marxistas, como mediação, indústria cultural, reificação ideológica, cotidiano, indivíduo etc.

Um dos temas emergentes na área de Serviço Social é “representações sociais”, que é analisado sob duas perspectivas: a marxista e a de Moscovici. Na primeira as representações sociais constituem um dos aspectos da ideologia.

Segundo Marx, em estruturas sociais e modos de produção determinados, as práxis sociais produzem representações. Estas representações aumentam ou diminuem a falta de transparência de uma sociedade, esclarecem ou obscurecem essa sociedade. A realidade social, isto é, os homens e os grupos humanos em suas interações, produz aparências que são algo além e diverso das ilusões sem consistência. Essas aparências, que são o modo de manifestar-se das atividades humanas no seu conjunto,

em determinado momento conformam as modalidades da consciência. Elas têm, pois, mais consistência ou, pelo menos, mais coerência que as simples ilusões ou mentiras vulgares (Lefebvre, 1983).

Já na perspectiva de Moscovici, a mais utilizada pelos pesquisadores, as representações sociais constituem uma forma de conhecimento específica da nossa sociedade e não redutível a outra forma de conhecimento. Dessa maneira, salienta o seu caráter de irredutibilidade e a diferença em relação a outras formas de pensamento social, como os mitos, as ideologias, a ciência ou as visões do mundo. As representações sociais estão ligadas aos sistemas de pensamento mais amplos (ideológicos ou culturais), aos estados dos conhecimentos científicos, à condição social e à experiência privada e afetiva dos indivíduos. São fenômenos complexos e sempre atuantes na vida social. Circulam nos diversos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens, cristalizadas nos condutos e agenciamentos materiais e espaciais (Moscovici, 1976).

No final dos anos 90 surgiram algumas reflexões teórico-políticas da relação entre intencionalidade e a realização do compromisso profissional posto pela perspectiva de "intenção de ruptura", fundamentando-se na ontologia do ser social de Lukács.

4. História do Serviço Social

Várias dissertações de mestrado investigam a história do Serviço Social no mundo, na América Latina e, particularmente, no Brasil. Tais dissertações, embora em número reduzido, buscam a construção histórica do Serviço Social nas diferentes conjunturas, resgatando as idéias sociais que marcaram a profissão, algumas em sua configuração metodológica e outras em seus fundamentos teórico-metodológicos.

As abordagens salientam a história do Serviço Social como objeto, enquanto que outras resgatam a história, na medida em que tratam de objetos particulares. Por exemplo, a presença de valores tomistas advindos da influência franco-belga, estudo da história por meio da influência norte-americana. Existem também estudos que buscam, na história do Serviço Social, evidências da presença de categorias de reforma e assistência como elementos estruturadores do discurso do Serviço Social.

A maioria dessas investigações procura apreender a história por meio de re-leitura que incorpore estudos recentes levados a efeito no âmbito das Ciências Sociais, marcados por uma nova interpretação da historiografia brasileira. Esta abordagem procura entender a emergência do Serviço Social enquanto instrumento de controle social que participa

do processo de reprodução do modo de vida burguês junto à classe trabalhadora. Tem como suposto que o discurso (re)produzido pelo Serviço Social bem como sua prática profissional se articulam com outros discursos e com outras práticas que também visam à construção da figura social de um trabalhador subordinado à lógica do capital.

A construção da história do Serviço Social, tendo como ponto de partida a discussão sobre família, surge como crítica às análises que evidenciam a temática destacando o caráter controlador da profissão, deixando de observar as questões materiais que contribuem na gênese das problemáticas da clientela, sua subordinação política ideológica ao pensamento das classes dominantes e uma prática com famílias voltada unicamente para a reprodução da força de trabalho e para a inculcação de valores familiares burgueses.

Este tipo de abordagem relativiza esse enfoque, enfatizando facetas pouco exploradas no ideário profissional, utilizando critérios de análise que não são os morais; privilegia a busca e a preocupação frequente quanto ao usufruto e ampliação dos direitos sociais da população e a identificação da família como estrutura de proteção social.

Finalmente, existem abordagens que privilegiam o aspecto da evolução do ensino, as funções que o Serviço Social exerceu através dos tempos, o desenvolvimento da prática, a relação do Serviço Social com a "questão social" etc.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa, alguns orientaram-se pela perspectiva teórico-metodológica da nova história e história de mentalidades, e outros utilizaram a síntese de recomposição segundo Lincoln de Abreu Penna ou análise historiográfico-descritiva. As técnicas utilizadas foram a análise de textos e documentos, história oral, entrevistas com as pioneiras do Serviço Social.

No conjunto das investigações sobre o Serviço Social nas suas particularidades regionais, sua história é resgatada no estudo da criação das escolas de Serviço Social das universidades: UFPE, UFSC, UFMT-Cuiabá, UFRJ, UFMA, PUC/SP, PUC/RJ, UFPB, UFAL e UFJF, Tubarão etc.

No final dos anos 90 são elaboradas quatro dissertações de mestrado. Uma faz o resgate da gênese do Serviço Social, particularmente nos Estados Unidos, entre as últimas décadas do século XIX e princípios deste. A autora busca destacar os contornos da "questão social" e as diversas formas de enfrentamento pela classe trabalhadora, bem como pela sociedade em geral. A segunda procura analisar a trajetória do Serviço Social no Uruguai a partir da análise de políticas sociais e a

terceira e quarta, analisam respectivamente, a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social no Paraguai e na Argentina.

5. Política social

Embora política social constitua um tema central da área e tenha sido colocada como campo prioritário de atuação e pesquisa, principalmente a partir de 1978,⁶ as primeiras dissertações sobre o tema surgem em 1983, no Programa de Pós-Graduação da UFPB, que tem como área de concentração "Política Social e Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social". Posteriormente foram feitas dissertações sobre o tema na PUC/SP em 1984, na UFPE em 1986, na PUC/RJ em 1987, na PUC/RS em 1988 e UnB em 1993. Este fato nos mostra que os temas emergentes na área de Ciências Sociais têm um rebatimento tardio na área de Serviço Social.

É preciso salientar ainda que a disciplina Política Social foi inserida nos cursos de graduação e pós-graduação a partir dos anos 80, com a implantação do novo currículo mínimo.

Nas dissertações de mestrado observamos que, no início, privilegiava-se a análise das políticas sociais setoriais e/ou específicas, abordando de forma particular o processo de implantação e execução de programas e projetos. Enfatizava-se a análise do impacto e repercussão dos projetos e programas implantados sobre a população usuária e a resposta que essa população elaborava, no sentido de mudar o caráter e a natureza das políticas sociais para que atendessem de forma efetiva as necessidades sociais. Trata-se de "práticas de distorção do sistema", que representa, antes de tudo, uma forma de luta pela sobrevivência da classe trabalhadora nas condições do Brasil de hoje. A luta pela sobrevivência, nessa condição, assume o caráter de protesto organizado, articulando-se com os movimentos sociais.

A partir dos anos 90, as investigações deslocam-se para o estudo das articulações da política social com as determinações macroestruturais da sociedade, razões e alcance das políticas sociais no contexto do desenvolvimento capitalista e da correlação de forças no quadro nacional,

6. O simpósio sobre Trabajo Social y Política Social, realizado em Prayas (Guayaquil), Equador, 1978. No IX Seminário Latino-Americano de Trabajo Social, o tema de debate foi o "Campo de ação da política social e a formação profissional", Caracas, Venezuela, 1979. Em junho de 1980 o CELATS promoveu um curso sobre política social, por ocasião da realização do X Seminário Latino-Americano de Serviço Social, São Paulo, 1980. Os artigos discutidos pelos participantes do curso foram publicados na revista *Acción Crítica*, nº 5, abril de 1979, e nº 6, dezembro de 1979.

seu impacto e suas repercussões sobre a população e problemas específicos no campo da habitação, saúde, educação, trabalho, assistência e previdência. Nos cursos de pós-graduação da UFPB e UFPE, prevalecem o estudo das políticas agrícolas e seu impacto sobre os pequenos produtores.

Neste período, na análise da política social prevalece o enfoque superestrutural, isto é, como prática política e ideológica da qual o Estado se vale para exercer sua função de controle social e legitimação política.

Nos últimos anos, surgem produções cujas análises são orientadas dentro de uma perspectiva marxista, propondo um debate crítico no plano da construção teórica e no confronto da referida produção com a particularidade do desenvolvimento econômico, político e social brasileiro. Neste contexto, a política social passa a ser analisada enquanto instrumento que o Estado utiliza para limitar a dilapidação da força de trabalho favorecendo sua reprodução e subsidiando a expansão e a acumulação do capital.

Estuda-se, ainda, a inserção diferenciada do Estado brasileiro em relação ao Estado capitalista avançado no processo de reprodução da força de trabalho, o seu papel como agente econômico e sua participação na universalização dos direitos sociais no contexto da exclusão social e política.

No que se refere ao debate sobre a "crise do *Welfare State*", significa, na nossa opinião, mais uma reestruturação do Estado de Bem-Estar Social nos países avançados. Algumas investigações voltam-se para a análise da política social na sua particularidade, pois a maioria das produções apoiava-se na literatura internacional. Este deslocamento se evidencia em alguns projetos de pesquisa que assumem o propósito de examinar as principais tendências de evolução e alterações da política social no contexto do neoliberalismo que preconiza a tese do Estado mínimo. Na agenda dos neoliberais, na reestruturação dos programas sociais aparecem três propostas: a descentralização, a privatização e a focalização dos programas, além da renda mínima.

Vale destacar que no contexto das produções dos anos 80 houve um privilegiamento de estudos sobre política de assistência, principalmente nos cursos de pós-graduação da PUC/SP, UFRJ e UnB.⁷

7. Nos últimos anos têm surgido investigações que realizam um balanço das produções da área de política social, particularmente de assistência. Podemos destacar as produções de Maria Thereza Gomes e Menezes (1993); Selma Maria Schoons (1994) e Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida (1996).

Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, em 1994, as investigações recentes examinam os processos de implementação da política de assistência no contexto de municipalização.

Nos últimos anos têm aumentado significativamente as produções que procuram refletir sobre as políticas sociais, principalmente na implementação das políticas de seguridade social, saúde e assistência social no processo de municipalização. As reflexões mostram que a efetivação das políticas sociais pelos governos municipais, apesar de serem formuladas a nível nacional, apresentam um perfil diferenciado devido à forma como o governo local se relaciona com a sociedade civil, especificamente com a população excluída. A atuação do Serviço Social na implementação e execução das políticas sociais apresenta maior visibilidade na medida em que o governo municipal assume uma prática calcada na cultura dos direitos.

6. Movimentos sociais

Os primeiros estudos sobre movimentos sociais na área de Serviço Social, surgem na década de 80. O Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP inicia a investigação sobre a temática em 1984, seguida de outros cursos.

Na temática “movimentos sociais” arrolamos as práticas associativas de diferentes tipos e graus de organização da sociedade civil, que vai desde os clubes de mães, associação de moradores, movimentos populares de reivindicação, até o movimento sindical.

O estudo sobre o papel do Serviço Social no âmbito dos movimentos sociais revelou a preocupação dos profissionais com as relações de poder vigentes em níveis nacionais, regionais ou locais, do papel do Estado, da sociedade política e da sociedade civil, da função dos intelectuais enquanto veiculadores de ideologias no seio da sociedade.

As primeiras dissertações focalizam mais o processo de participação social ou participação popular e o papel do Serviço Social no âmbito da educação e organização popular.

As investigações sobre as associações de moradores, enquanto organização dos trabalhadores em locais de moradia, foi um dos objetos de pesquisa, visando elucidar o processo de constituição, organização e participação popular e seu papel no encaminhamento de ações reivindicativas. A participação foi uma das categorias mais analisadas: o significado da participação sob o ponto de vista de integração e de transformação,

a participação representativa e a participação de base, a participação e a construção da democracia.

Outro ângulo de investigação procurou analisar os processos socio-culturais forjados pelos movimentos sociais, enquanto instrumentos de mudança cultural, possibilitando o surgimento de novas representações sociais e novas formas de práticas sociais, criando condições de desalienação.

Com a crise da ditadura militar, a sociedade civil se articula, dando lugar à emergência de vários movimentos sociais. Dentre os analisados, sobressaem as investigações sobre a organização da classe trabalhadora e de categorias profissionais, particularmente a de assistentes sociais, como fórum de luta por um poder popular na trama das relações sociais. Busca ainda explicitar sua relação com os processos de rearticulação da sociedade civil, seu papel enquanto bloco de poder de resistência, como potencial de luta e contestação e espaços para construir novas formas de participação política e articulação com os trabalhadores.⁸

Nos anos 90, as investigações privilegiaram a análise dos atores ou sujeitos coletivos, buscando apreender os padrões de relacionamento com os diversos atores e forças sociais presentes no processo de construção do poder popular, particularmente com o Estado.

As dissertações de mestrado sobre movimentos sociais visam resgatar alguns aspectos importantes, como a condição de emergência, a dinâmica das práticas populares, seus avanços e recuos, a resposta popular às diversas políticas oficiais, o saber e o poder popular nas relações sociais, as práticas de participação e negociação, a democracia interna, os mecanismos de cooptação utilizados nos chamados movimentos sociais urbanos.

Nos dois últimos anos, a abordagem dos movimentos sociais recai sobretudo na análise do movimento sindical pós-anos 80, com o despertar

8. Nas eleições municipais de 1982, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, procurando modernizar e enraizar sua atuação nos municípios, apresentou a proposta de “Prefeitura Alternativa”, abrindo espaço para a participação popular. Após as eleições, alguns prefeitos tentaram implementar tal proposta, criando secretarias para o desenvolvimento de ações comunitárias, demandando equipes interdisciplinares para assessorar o processo de formulação e implementação de política municipal. Esta proposta criou um espaço para atuação profissional, e alguns pesquisadores que participaram desta experiência definiram como objetivo da investigação apreender a ideologia participacionista como estratégia para a construção da hegemonia do poder local, resgatando alguns processos que se gestam nesta prática, como a cooptação, o clientelismo e o fisiologismo. Estes estudos articulam-se, portanto, com os do processo de organização da classe trabalhadora, de grupos e categorias profissionais dentro de uma perspectiva de fortalecimento das organizações populares, na conquista de direitos básicos de cidadania.

de um novo sindicalismo. Neste contexto, são analisados o processo organizativo das mulheres na Central Única dos Trabalhadores — CUT, a criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, engendrados pela entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, a emergência do Movimento de Mulheres e Feminista, e surgimento do novo sindicalismo. Estes estudos, por sua vez, se deslocaram para analisar o grau de aceitação da participação e integração das mulheres na conformação das diretorias sindicais, mostrando que ainda persistem diferentes formas de discriminação a que as mulheres são submetidas, tanto nas fábricas como nos sindicatos, onde são consideradas dirigentes de segunda classe.

Surgem, ainda, produções sobre o Movimento Negro, analisado na dimensão das relações raciais, isto é, no combate ao racismo.

A maioria das produções, no entanto, analisa a nova configuração que os movimentos sociais assumem na contemporaneidade. A relação entre os intelectuais e os movimentos populares na perspectiva de construção de hegemonia das classes subalternas, por meio de participação popular nos mecanismos de gestão; abertura de novos canais de participação; relação com o poder público; participação popular criando espaço de negociação e os avanços no processo democrático. Estas análises são subsidiadas pelas teorias de Gramsci e Habermas (ação comunicativa como prática pedagógica).⁹

7. Gênero e família

A prática do Serviço Social vincula-se, desde a sua gênese, com a prática familiar por meio de uma ação de cunho socioeducativo, ou ressocializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, dentro de uma perspectiva de integração à sociedade burguesa. A família constitui, assim, a unidade de assistência, bem como de estrutura de proteção social. Basta afirmar que a primeira política social pública se refere às medidas de atenção à família no primeiro governo de Vargas, que pelo Decreto nº 3.200 apresenta a síntese da perspectiva da Organização e Proteção à Família. Nesse sentido, o pano de fundo para se pensar o Serviço Social está centrado na questão da família.

É preciso lembrar ainda que a clientela privilegiada da ação do Serviço Social é constituída majoritariamente por mulheres enquanto

9. O balanço das produções da área temática de "movimentos sociais" foi realizada por Maria Lúcia Duriguetto (1996).

objeto/sujeito. Elas apresentam problemas relacionados com a gestação, maternidade, educação e saúde dos filhos, habitação, enfim, todos aqueles relacionados com a reprodução da força de trabalho.

As primeiras investigações abordam a questão da família enquanto participante no tratamento social nos programas de pediatria, educação especial de deficientes físicos e mentais, acompanhamento médico social dos pacientes diabéticos, aidéticos, alcoólatras etc.

A partir dos anos 80, a questão familiar passa a ser abordada no sentido de compreender o seu significado. De um lado, analisa-se a concepção do Serviço Social sobre a família, o seu caráter social e histórico e sua atuação, que se caracterizou pela manutenção do *status* que existe nas chamadas sociedades capitalistas. Por outro lado, as investigações procuram examinar a articulação entre as relações familiares para compreender como o modo de produção capitalista as influencia.

Em meados dos anos 80, o objeto "família" deixa de ser predominante nas investigações, sendo substituída por "mulher", que é analisada quanto ao gênero e classe social.

A primeira linha de investigação procura analisar a condição feminina na escolha de profissões, como assistente social, empregada doméstica etc., mostrando que os estereótipos sociais referentes ao papel da mulher na sociedade condiciona a escolha profissional.

A segunda linha de investigação aborda a situação da mulher na família, principalmente as relações de violência conjugal. Trata-se de estudos que buscam apreender o significado da violência para a mulher das classes trabalhadoras, bem como as relações estabelecidas entre os membros de uma família vítima de violência doméstica e os mecanismos estabelecidos por ela para a sobrevivência frente a esta realidade. Algumas pesquisas objetivam confirmar a hipótese de que a violência que se explicita nas relações familiares a partir do relacionamento microestrutural são decorrentes da violência que se amplia na sociedade global. Destacam ainda um aspecto de importância capital: a posição da mulher em determinada divisão social de trabalho na sociedade e as consequências para ela em termos de sujeição. A mulher é encarregada da reprodução privada da força de trabalho, papel este que é imposto, e ao mesmo tempo ocultado, com a ajuda de uma ideologia que impregna todos os níveis da existência da pessoa e de sua formação.

A terceira linha de pesquisa volta-se para investigar o processo de socialização das famílias empobrecidas, as estratégias de sobrevivência, o cotidiano das famílias de rua, os vínculos afetivos e familiares dos homens de rua.

A última perspectiva de investigação busca identificar e analisar o processo de organização das mulheres, suas lutas, suas reivindicações tanto na esfera de reprodução quanto na esfera de produção, ou seja, no mundo do trabalho. A partir de questões sentidas particularmente no seu cotidiano, muitas mulheres têm participado no processo social e político.

Atualmente, as investigações sobre a mulher se centralizam na análise dos aspectos políticos e ideológicos subjacentes à prática de esterilização feminina, que é legitimada pela ausência de uma política pública, aumentando as desigualdades sociais e étnicas.

8. Criança e adolescente

O problema do menor, não do menor em geral, mas dessa categoria que denominamos "marginalizado" ou "carente", está sendo, de algum tempo para cá, assunto de destaque na imprensa falada e escrita do país, bem como matéria de diversos estudos, cujos objetivos, revelados nas formas de abordagem do problema e nos tipos de soluções preconizadas, nem sempre respondem os reais interesses desse tipo de população.

Alguns dos fatores que concorrem para inusitada repercussão que tal tipo de problema está tendo na opinião pública são de conhecimento geral: o número crescente desses menores abandonados à sua própria sorte constitui um problema quase insolúvel das grandes cidades; o aumento de incidências delituosas praticadas por menores e sua participação direta ou instrumental em atividades criminosas de adultos (tráfico de drogas, roubos, seqüestros); as freqüentes denúncias de sevícias, maus-tratos, torturas e extermínios (como, por exemplo, dos menores da Candelária) de que eles são vítimas por parte de agentes da polícia etc. Este quadro que se apresenta no cotidiano das grandes cidades leva muita gente a se preocupar com o problema do menor mais como uma reação de defesa, exigindo medidas repressivas mais enérgicas em nome da segurança social.

Embora o problema do "menor marginalizado" tenha se tornado tema de destaque na imprensa nas últimas décadas, o trabalho do Serviço Social junto aos menores está vinculado à sua própria emergência. Ele diz respeito à atuação profissional junto aos campos tradicionalmente considerados típicos da área, quais sejam o trabalho individual, grupal ou comunitário com menores institucionalizados ou não.

As diretrizes que nortearam a atuação do Serviço Social foram definidas pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor — FUNABEM,

criada em 1964 e extinta em 1990, quando a assistência ao menor passa a ser normatizada pela Lei nº 9.069, de 13 de julho de 1990 —, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A mudança do paradigma "menor" (sujeito de códigos) a "criança e adolescente" (sujeito de direitos) demanda a construção de uma rede de proteção. O que muda, portanto, é a política do menor, que, de certa forma, vai influenciar a ação do Serviço Social.

Neste sentido, a investigação e a reflexão sobre a problemática do menor antecede a própria criação dos cursos de pós-graduação.

No que se refere à pós-graduação, as primeiras produções datam de 1974. As investigações da primeira década geralmente se centravam na descrição da atuação do Serviço Social junto a crianças e adolescentes nos processos de ressocialização e adoção e no desenvolvimento de programas de profissionalização.

Nos anos 80, as investigações passam a privilegiar a questão da violência dos pais em relação aos filhos, buscando elucidar as diversas variáveis que contribuem para a sua ocorrência. Este tipo de investigação objetiva caracterizar o sistema familiar no qual perpassa a problemática.

As investigações desse período se preocupam em conhecer a situação de vida e de trabalho das crianças e adolescentes, buscando a compreensão da problemática do menor carente, as causas que os conduzem a se inserirem precocemente no mercado de trabalho, os tipos de atividades laborativas que exercem, seja no mercado formal ou informal, as várias formas de exploração a que são submetidos, a compreensão que eles têm da realidade e seus projetos de vida.

Algumas pesquisas se direcionam para o estudo dos menores infratores institucionalizados, buscando revelar as suas representações sociais, isto é, interpretação que o menor infrator institucionalizado atribui às normas sociais que ele transgride e/ou incorpora. Outras submetem a prática institucional a uma reflexão crítica.

Existem, ainda, estudos sobre a concepção de creches, relação entre a família e a creche, proposta de criação de creches pelas empresas etc.

A partir dos anos 90, as investigações se voltam para o estudo dos meninos e meninas de rua: a concepção que se tem dos(as) meninos(as) de rua, o cotidiano, a visão do mundo, elementos relacionados com os seus níveis de consciência, formas de resistência ou conformismo com a realidade. Buscam ainda revelar como se processa a relação entre os(as) meninos(as) de rua e suas famílias, para compreender os seus atores e os significados e representações que atribuem às suas vivências. O estudo

sobre a problemática se complementa com a análise crítica das propostas de atendimento formuladas pelas instituições públicas e privadas, particularmente as Organizações Não-Governamentais — ONGs.

Os estudos atuais orientam-se para a análise do processo de formação da criança e do adolescente de rua, propondo alternativas que favoreçam a luta que está sendo desenvolvida, mudando a relação de poder/saber com as instituições, com a polícia civil, o Juizado de Infância e Juventude e as obras institucionais. Há estudos que apontam a dificuldade de dar um enfoque integrado às políticas sociais para a criança e o adolescente que se efetive, na prática, em uma verdadeira rede de proteção conforme consta no ECA, devido às divergências entre a política nacional e política municipal. Esta última tem como objetivo a integração das ações, de descentralização e de participação da sociedade civil organizada.

Finalmente, há estudos que analisam a violência sexual contra crianças e adolescentes e o atendimento de vítimas de violência sexual a partir da denúncia do caso, bem como aponta algumas representações surgidas ao longo do processo e a sua repercussão na prática dos profissionais e dos pais das crianças.

9. Desenvolvimento de comunidade

O desenvolvimento de comunidade como abordagem ou instrumento de ação do Serviço Social foi introduzido na década de 50.

Na noção de comunidade encontra-se a ênfase na questão da integração que decorre de fatores como a base geográfica, a proximidade espacial, levando ao estabelecimento dos laços de vizinhança, homogeneidade da população e identidade natural de interesses, tudo isso configurando uma subcultura coesa que perpassa todas as dimensões da vida social.

A chamada perspectiva de desenvolvimento de comunidade fundamenta-se numa visão das populações de baixa renda que — para não mencionar o caráter francamente assistencial que a caracteriza — confere à natureza da vida em comum um papel central na melhoria de suas condições de vida, a partir de vários expedientes comportamentais de cunho experimental (Kowarick, 1983).

A abordagem de desenvolvimento de comunidade foi amplamente utilizada pelo Serviço Social, principalmente nas décadas de 50 e 60, no trabalho com as populações ditas “marginais”, desde as rurais até os

favelados, focalizando-se na problemática da integração, nas esferas da economia, da política e da própria cultura urbano-industrial.

Na década de 70, essa abordagem teve um recuo devido à conjuntura econômica/política de caráter excludente. Nesse sentido, a própria prática do Serviço Social junto aos grupos sociais e populações ficou congelada nesse período de ditadura militar. A atuação do Serviço Social limitou-se ao espaço institucional, por intermédio de abordagens individual e grupal, caracterizadas como métodos de intervenção denominados Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, ou Desenvolvimento de Comunidade.¹⁰

Na reforma curricular de 1982 manteve-se a disciplina Desenvolvimento de Comunidade como uma abordagem específica do Serviço Social, como forma de levar as unidades de ensino a resgatar o saber e a prática e possibilitar a articulação com os movimentos sociais. Nesta época, não se questionou os pressupostos teórico-metodológicos que norteariam a ação concreta dos assistentes sociais. De fato, o Desenvolvimento de Comunidade tinha uma visão marcadamente mecanicista, sendo que a expectativa, neste tipo de abordagem, é a de que, com determinada estruturação do espaço social aliada a certa dose de espontaneísmo contida no âmbito das relações primárias, dar-se-ia conta dos problemas básicos de sobrevivência das populações pobres.

O problema central a ser enfocado era o da oposição entre noções de comunidade e de ação coletiva no marco de uma discussão informada pela problemática da atuação estatal frente às camadas populares, em cujo âmbito emergiam práticas associativas.

Nesse sentido, as pesquisas sobre a temática, até meados dos anos 80, caracterizavam-se como resgate de experiências vivenciadas pelos profissionais ou docentes na implementação das políticas sociais, adotando-

10. Em 1979, a XXII Convenção da ABESS, realizada em Natal — RN, no bojo do debate realizado entre os representantes das unidades de ensino de Serviço Social, para a elaboração do currículo mínimo para a formação do assistente social, foi suprimida a matéria Métodos, integradas pelas disciplinas de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade. Manteve-se apenas a matéria Método, conservando-se, no entanto, a disciplina Desenvolvimento de Comunidade pelas seguintes razões: 1) no final dos anos 70 assiste-se à crise da ditadura e ao processo de redemocratização do país; 2) a emergência do processo de rearticulação da sociedade civil, possibilitando o surgimento de lutas sociais caracterizadas como movimentos populares e sindical; 3) a formulação de políticas sociais de caráter antecipatório, nos setores de habitação, saúde, educação, nutrição e assistência social, além dos centros sociais urbanos, possibilitando a criação de embriões de organização popular; 4) Movimento de Reconceituação que, na sua perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, apontava para uma prática de superação.

do-se o “método”, denominado também como ação comunitária ou mobilização comunitária.

No entanto, a partir de 1985 surge nas produções de mestrado, particularmente dos cursos de pós-graduação da PUC/SP, UFRJ e UFPE, que direcionam a reflexão crítica sobre o desenvolvimento de comunidade, focalizando a necessidade de se inserir na dinâmica de Desenvolvimento de Comunidade a participação popular e estabelecer um intercâmbio com as instituições de reivindicação de direitos humanos. As produções mais recentes aprofundam a crítica partindo da análise das categorias substantivas presentes no Desenvolvimento de Comunidade, tais como o conceito de comunidade, de desenvolvimento, resgatando sua historicidade e os pressupostos teórico-metodológicos subjacentes.¹¹

10. Processo de trabalho

Embora a temática “processo de trabalho” comece a surgir no âmbito das Ciências Sociais em meados dos anos 80, o Serviço Social, desde os seus primórdios, a tem abordado no aspecto de intervenção. A empresa sempre se constituiu em um dos campos de intervenção do Serviço Social — Serviço Social de empresa.

As primeiras investigações sobre empresa são realizadas pelo Gessot — Grupo de Estudos de Serviço Social do Trabalho —, baseadas na experiência de seis anos.

Outros estudos se seguiram abordando os conceitos, princípios, parâmetros, diretrizes e objetivos definidos na formulação de políticas de recursos humanos e o papel do Serviço Social.

As investigações iniciais dessa temática abordam questões relacionadas à prática profissional no campo da empresa, como:

- estudos da inserção das questões relativas à segurança do trabalho no processo de produção. Nesta perspectiva, o acidente de trabalho é apreendido por meio de análise do processo de trabalho na produção capitalista, baseado no consumo da força de trabalho. Assim, os acidentes são decorrentes principalmente das condições de trabalho: horas excessivas de serviço, condições de conservação e manutenção de maquinários, geralmente obso-

11. Maria Angela Belfiori Wanderley (1993) realiza pesquisa e análise sobre as concepções de desenvolvimento de comunidade, elaboradas e/ou utilizadas pelo Serviço Social.

letos, rotinização e monotonia, falta de equipamentos de proteção, além de problemas de alcoolismo e desnutrição. Em relação aos acidentes de trabalho, há estudos que focalizam o papel desempenhado pelo Serviço Social, no sentido de orientar os acidentados a procurarem seus direitos junto à empresa ou instituições de previdência.

- estudos que analisam a formalização de operacionalização das políticas de recursos humanos e de benefícios sociais em empresas mistas e privadas.

Enquanto os estudos da década de 80 privilegiam a temática de acidentes de trabalho e implementação das políticas de recursos humanos e de benefícios sociais, as investigações dos anos 90 voltam-se mais para uma análise crítica.

Neste sentido, há estudos que procuram desvelar, na política de recursos humanos, o movimento de coerção e consenso existentes nas relações de trabalho, norteadas para a reprodução material e ideológica da força de trabalho na lógica das relações de trabalho capitalista. Mostra, ainda, os nexos existentes na articulação entre o processo produtivo e a valorização da força de trabalho na produção capitalista.

Existem ainda investigações que procuraram apreender o exercício do poder disciplinador na organização do processo de trabalho industrial. Discutem a prática de poder nas relações entre diretores, gerentes, supervisores, chefes e encarregados da indústria, que penetra o espaço privado do trabalhador e as formas de resistência criados pelos mesmos.

Os estudos mais recentes estão voltados para a análise das transformações no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva. Os temas de pesquisa estão centrados no estudo do novo *ethos* que permeia as empresas, na qualidade total, exclusão como nova forma de pobreza, o processo de desqualificação/qualificação, as políticas empresariais de benefícios, as novas demandas que se colocam para o Serviço Social etc.

Nos últimos anos, os estudos sobre processo de trabalho centram-se no processo de reestruturação produtiva e suas inflexões no mundo do trabalho, que configuram o cenário de atuação do Serviço Social. Os estudos buscam analisar as transformações ocorridas no processo de trabalho, explicitadas pela flexibilização, precarização, fragmentação e terceirização/externalização do trabalho. Essas temáticas estão intrinsecamente conectadas com o Serviço Social, na medida em que permitem apreender as novas requisições, competências e condições de trabalho profissional do Serviço Social. Na apreensão do processo de reestruturação

produtiva na sua totalidade e particularidade, são subsidiadas pelas pesquisas que buscam desvelar, nas singularidades da realidade, as configurações que assumem na sociedade brasileira, seja sua base material, seja no campo das idéias.¹² A maioria dessas pesquisas caracteriza-se como “estudos de casos” que permitiram aos pesquisadores coletar dados e informações no campo empírico. O conjunto dos estudos não pode ser generalizado, mas pode sinalizar as tendências de mudanças (Kameyama, 1998:8).

11. Realidade social

Agrupamos nesta área os estudos realizados sobre a situação socioeconômica de determinadas categorias sociais ou profissionais. Assim, sobre este tema existem estudos a respeito das condições socioeconômicas das populações de bairros periféricos, favelas e cortiços; condições de vida e demandas dos usuários de serviços sociais; caracterização de categorias profissionais: trabalhador rural, bordadeiras, pescadores etc.

12. Processos socioculturais

Os estudos sobre processos culturais surgem a partir dos anos 80, intensificando-se no final da década. Os primeiros incidem mais sobre a cultura popular, quando os pesquisadores procuraram analisar a correlação entre cultura espontânea e lazer, e certas práticas folclóricas como expressão da cultura popular e ao mesmo tempo de lazer.

Nesta perspectiva, existem ainda elaborações que se contrapõem aos estudos anteriores, mostrando a indústria cultural no processo de reificação da ideologia dominante.

No final da década de 80, surgem vários trabalhos sobre representações sociais, alguns fundamentados na teoria marxiana e a maioria nas obras de Jodelet e Moscovici. É preciso lembrar que a bibliografia sobre as representações sociais começa a circular no Brasil em meados dos anos 80, mas ainda em língua estrangeira, particularmente em francês.

Existem vários estudos sobre as representações sociais, como: prática profissional do assistente social, doença mental entre os profissionais de uma instituição psiquiátrica, trabalho alugado na zona rural, liberados da prisão, favelados, sobre a moradia, colonos de uma região de irrigação etc.

12. O resultado dessas pesquisas estão publicadas no livro *A nova fábrica de consensos*, organizado por Ana Elizabeth Mota.

Outro aspecto dos processos socioculturais que emergem nos anos 90 são os estudos sobre identidade e subjetividade.

Existem ainda estudos que resgatam a cultura política na análise da revolução burguesa no Brasil e no surgimento do Serviço Social, cultura da crise etc. Os mais recentes porém, se direcionam para a avaliação da influência da reestruturação produtiva e do pós-modernismo no mundo da cultura.

13. Terceira idade

Os estudos sobre a temática “terceira idade” aparecem nos anos 80, mas com a denominação de “velho” ou “idoso”. As investigações privilegiavam a análise da condição do idoso em diferentes situações: no âmbito familiar, no confinamento asilar ou vivendo sozinho.

Há estudos que buscam apreender o universo feminino da idosa perante a morte, o processo de marginalização social do idoso asilado, o abandono pela família e a solidão, enquanto abordagens mais recentes procuram compreender a situação do idoso enquanto pessoa que tem a característica de ser idoso. Nesta perspectiva, alguns estudos procuram compreender o fenômeno da participação dos idosos em grupos de convivência, a consciência e a vivência da cidadania no envelhecer, as percepções e significados das experiências, a participação política dos aposentados na Constituinte de 1988. É preciso lembrar que a PUC/SP foi a pioneira no estudo da terceira idade, realizando a pesquisa sobre a condição do idoso na cidade de São Paulo, patrocinada pela ONU.

14. Análise institucional

Embora o espaço institucional constitua o campo de mediações da prática do assistente social, ou seja, o espaço de intervenção, existem poucos estudos sobre esta temática. No conjunto das produções, estes perfazem apenas 2%.

Os primeiros trabalhos a esse respeito surgem na segunda metade dos anos 70. As investigações sobre instituições, com exceção de duas, não abordam a instituição enquanto objeto de pesquisa. A abordagem é realizada na contextualização da prática profissional, onde a instituição representa o espaço de demanda institucional.

Os trabalhos da década de 70 abordam a função do assistente social nas instituições de bem-estar, as instituições sociais como espaço de

aprendizagem da participação e análise dos instrumentos legais do Serviço Social. Alguns estudos focalizam a particularidade das instituições fechadas ou "kotais", enquanto outros abordam instituições específicas: de saúde, de assistência etc.

Algumas produções analisam processos presentes na institucionalização, tais como o estigma, a reabilitação, a punição.

Apenas dois trabalhos realizam a análise institucional: "Produção e reprodução do Serviço Social em uma organização institucional de saúde" (Arbex, 1992) e "A prática institucionalizada do Serviço Social" (Serra, 1982).

A maioria dessas produções se fundamentou nas obras de Foucault, Guilhaon de Albuquerque, Lorau e Lapassade.¹³

15. Instrumentos e técnicas do Serviço Social

Os estudos sobre os instrumentos e técnicas do Serviço Social são iniciados em 1976. Nesta primeira fase, a preocupação dos pesquisadores era resgatar os instrumentos técnico-operativos utilizados na prática profissional.

Os primeiros trabalhos procuram analisar o Serviço Social de casos e o Serviço Social de grupo por intermédio de revisão da literatura de tratamento em Serviço Social de casos (enfoque psicossocial, funcionamento social e solução de problemas), de técnicas de tratamento em Serviço Social de casos (Florence Hollis, Gordon Hamilton, Associação Americana de Serviços de Família e Helen Perlman), de técnicas segundo seu conteúdo (adaptativas, comportamentais, situacionais e educativas). Já no Serviço Social de grupo, a preocupação foi de analisar as classificações de suas técnicas, segundo a influência de autores.

Há ainda investigações sobre a construção de instrumentais de análise dos valores socioculturais na prática do Serviço Social.

Algumas produções analisam a entrevista fundamentada no pensamento de Merleau Ponty e Edmund Husserl; o relacionamento enquanto instrumento de ajuda ou objeto de ação profissional e o significado e uso, pelo assistente social, na sua prática concreta; a ajuda técnica fornecida pelo Serviço Social como um dos pontos de apoio relacionados com a vida familiar e religiosa. É analisada também a administração

13. Foi realizado um balanço recente, "Análise Institucional", de autoria de José Augusto Bisneto (1996).

como elemento básico para os assistentes sociais que atuam no nível de chefia ou assessoria e o planejamento como instrumento de democratização e de ação contínua de transformação no nível de relações de poder.

Existem estudos que analisam os impactos desencadeados pelo processo de informatização das organizações prestadoras de serviços e benefícios no comportamento dos assistentes sociais.

A partir dos anos 90, o estudo dos instrumentos técnicos tem outra perspectiva de análise. Trata-se de abordar o instrumental técnico no Serviço Social, seu objeto, sua concepção expressa pela categoria após a eclosão do Movimento de Reconceituação. Uma pesquisa objetiva recuperar para o debate contemporâneo do Serviço Social a dimensão operativa da profissão, centrando a discussão sobre os seus instrumentos e técnicas. A recuperação é realizada a partir de uma fundamentação teórico-metodológica que leva em conta as polêmicas desencadeadas no pós-Reconceituação. Outra pesquisa tem como tema central a instrumentalidade do Serviço Social tomada tanto do ponto de vista das particularidades históricas, que se colocam à profissão, quanto informada por concepções teóricas e visões de mundo diversas. Discute ainda a racionalidade subjacente às formas de ser e pensar o Serviço Social.

Finalmente, os últimos trabalhos produzidos referem-se ao planejamento estratégico e gestão estratégica. Trata-se de uma proposta de gestão estratégica das instituições a partir da análise e redimensionamento da cultura institucional, basicamente expressa em imagem e identidade. Vale-se do método marxiano e aponta as implicações de um projeto político na "gestão".

16. Saúde, deficiência física e/ou mental

As pesquisas sobre saúde estão centradas no estudo sobre os pacientes que demandam os serviços de assistentes sociais. Estas pesquisas procuram resgatar a atuação do Serviço Social junto aos hansenianos, portadores de câncer, alcoólicos, aidéticos, hemofílicos, insuficientes renais crônicos, grupo de obesos portadores de lesões lábio-palatais etc. São pesquisas que buscam caracterizar os pacientes e sua relação com os familiares, os preconceitos em relação à doença, a intervenção terapêutica do assistente social.

Sobre a temática "deficiência mental", as investigações se concentram no estudo das características conceituais da doença mental; trabalhadores deficientes mentais no mercado formal de trabalho; o estigma do deficiente

mental institucionalizado; a política do Estado em relação aos deficientes mentais. Outro aspecto dessa pesquisa é a análise da atuação do Serviço Social junto à família dos deficientes mentais, buscando sua participação na reabilitação.

17. Cidadania, democracia e direitos sociais

Trata-se de uma temática emergente para a área de conhecimento de Serviço Social. Em relação à temática "cidadania", a pesquisa busca contextualizar a cidadania civil, política e social, e explicitar cidadania como conquista do movimento dos trabalhadores. Em relação à pesquisa sobre "democracia", a dissertação busca demonstrá-la como valor estratégico-instrumental para o projeto socialista. A temática "direitos sociais" emerge após a Constituição de 1988, quando estabelece que os serviços e benefícios se constituem em direitos sociais no nível formal. Mas para a sua efetivação, a população deve conquistá-los por intermédio de movimentos sociais. Esta temática está presente nas áreas de movimentos sociais e políticas sociais. Neste espaço surgem apenas os trabalhos teóricos.

18. Crime e violência

Trata-se, também, de um tema emergente para a área do Serviço Social. São estudos que pretendem investigar a violência como componente da prática do Serviço Social na questão penitenciária, que viabiliza o encontro da profissão com as verdadeiras demandas dentro da violência, requerendo uma ação concreta, real, presente no cotidiano da prisão. Outra abordagem discute o crime organizado nas prisões que repercute no cotidiano do Serviço Social no sistema penal do Estado do Rio de Janeiro, modificando as relações de poder entre os assistentes sociais e outros agentes penitenciários e os presos. Estes estudos se fundamentam nas obras de Foucault.

A violência é analisada também no contexto familiar: na relação conjugal e na relação pais/filhos. Nos últimos anos há um deslocamento na análise do fenômeno da violência, mostrando que ele está relacionado com a exclusão social, com o incremento do narcotráfico, bem como com a falta de políticas sociais por parte do poder público no enfrentamento de questões.¹⁴

14. Sirlene Bottoni Barros, Dissertação de mestrado defendida na PUC/SP, 1997.

II. Avanços e desafios da investigação em Serviço Social

Não há dúvida que a área de conhecimento em Serviço Social teve uma expansão significativa nos últimos anos. No levantamento que realizamos em 1988, a produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado atingia 377, enquanto que em 1996 temos 784, e, em 1997, 1028. As áreas temáticas também foram ampliadas passando de nove para vinte.

Os avanços na produção de conhecimentos na área de Serviço Social podem ser demonstrados não apenas em relação ao aspecto quantitativo, mas também em relação ao qualitativo.

O Serviço Social configura-se como uma forma particular de inserção na sociedade. Caracteriza-se pela forma de intervir na vida social, contendo uma dimensão intelectual e uma dimensão interventiva. Enfrenta o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional. Por isso, as investigações apresentam-se, em termos gerais, como movimento de articulação teoria/realidade, de busca de construção de conhecimento, apontando como subjacente um movimento de crítica às dimensões aparentes, fenomênicas ou reificadas do real.

Lúcio Kowarick (1995:46) afirma que no processo de produção de conhecimento não existe uma relação linear entre as realidades de determinada sociedade e a produção de conhecimentos nela existente. Ocorrem muitas mediações nas escolhas temáticas, nos recortes analíticos ou nas posturas metodológicas. Essas são realidades cotidianas, que irão transformar-se em objeto de investigação.

Na área de Serviço Social, no que diz respeito à produção de conhecimento, ela engloba vasta e variada gama de temáticas, na medida em que ocorre cada vez mais uma ampla intersecção com a dinâmica da sociedade. Alguns exemplos: "a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização e a crise econômica, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização dependente, a produção do espaço construído, a violência dos jovens e adultos ou o planejamento e políticas públicas" (Kowarick, 1995:48).

É neste contexto que podemos apontar os avanços e desafios que o Serviço Social enfrenta no processo de produção de conhecimento. Em termos de avanços, podemos citar:

1) O Serviço Social, a partir dos anos 80, não se limita a consumir os conhecimentos produzidos em outras áreas das Ciências Sociais, mas torna-se também produtor de conhecimentos que subsidiam as reflexões dos assistentes sociais na formação e na prática profissionais.

2) As produções do Serviço Social não se diferenciam das outras áreas das Ciências Sociais e Humanas em termos de rigor teórico-metodológico.

3) A interlocução interdisciplinar com o conjunto de saberes das Ciências Sociais (notadamente com a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a Teoria Política, a Economia), incorporando temáticas oriundas desses saberes — movimentos sociais, cidadania, processo de trabalho, identidades culturais, problemáticas de gênero e etnia — e fazendo rebater neles as suas temáticas mais específicas — as novas formas de pobreza, a exclusão social, as políticas assistenciais, processos de mobilização comunitária etc.

4) Criação de fóruns ou espaços para a divulgação das pesquisas produzidas ou em andamento: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (no último Encontro, realizado em julho de 1998, foram apresentadas mais de cem comunicações), Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (no último, realizado em julho de 1988, foram apresentados 422 trabalhos, dos quais cerca de duzentos foram relacionados para apresentação). Além desses espaços, a área de Serviço Social conta, atualmente, com dois periódicos editados no circuito comercial (*Debates Sociais e Serviço Social & Sociedade*) e mais vinte periódicos acadêmicos (cadernos e revistas), todos indexados ou em processo de indexação.

5) Intensificação da pesquisa. Basta dizer que entre 1996 e 1997 houve um aumento de mais de 30% do total das dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas entre 1975 a 1995. Atualmente existem cerca de sessenta grupos de pesquisa (trinta deles nos programas de pós-graduação *stricto sensu*), envolvendo mais de quatrocentos pesquisadores.

Embora a área tenha desenvolvido trabalhos expressivos que abordaram os mais sérios e polêmicos problemas sociais da atualidade, as pesquisas realizadas ao nível de dissertações de mestrado apresentam algumas deficiências próprias da área, de pouca tradição de pesquisa, que estão sendo superadas na medida em que avança a investigação científica.

As deficiências mais frequentes são:

1) Dificuldade de identificar e/ou delimitar o objeto de pesquisa e construí-lo com base nas sucessivas abstrações, que, a partir da realidade, permitem ir gradualmente precisando, delimitando e particularizando o objeto. Em alguns casos os mestrados confundem as determinações com o objeto da pesquisa.

2) Na medida em que o objeto não é delimitado, o pesquisador revela dificuldades para elaborar ou construir seu quadro conceitual, necessário para orientar a análise do seu objeto de estudo, escolher os instrumentos de investigação, realizar a sistematização, analisar os dados para a elaboração de novos conceitos: Esta dificuldade é característica das pesquisas vinculadas às práticas profissionais em instituições ou movimentos sociais. Estas pesquisas frequentemente se baseiam no procedimento técnico da pesquisa-ação ou da observação participante.

Embora seja indiscutível a importância do uso da pesquisa-ação no avanço da prática profissional, na medida em que ela se limita à descrição ou sistematização da prática, corre-se o risco de apreender apenas a aparência dos fenômenos analisados.

A sistematização pode ser configurada como um passo preliminar da pesquisa, sem, no entanto, confundir-se com ela. A sistematização mostra-se, de uma parte, como urgência, para levantar os pontos de estrangulamento da prática profissional, para sugerir a necessidade de novos aportes teóricos e, de outra, para analisar a emergência de fenômenos e processos eventualmente inéditos (Netto, 1989).

3) Dificuldade em realizar a mediação entre a universalidade, singularidade e particularidade, ou seja, dificuldade de passar de categorias abstratas para objetos reais e também de construir novas categorias particulares a partir de genéricas.

Existe uma grande quantidade de pesquisas que elaboram um marco teórico na perspectiva marxista, utilizando categorias de contradição, totalidade, mas no momento da coleta dos dados ou das informações, caem no empirismo. Isto significa que, apesar de utilizar os conceitos e leis gerais do materialismo histórico, na investigação social não aparece a relação dialética entre o sujeito e o objeto, na construção do saber. Trata-se de produções que se caracterizam como formalistas/empiristas. Manifesta-se ainda o problema de substituir o método de exposição pelo de investigação nas redações das dissertações de mestrado.

4) Muitas pesquisas teóricas ficam no nível de sistematização bibliográfica, que pode ser considerado um momento pré-teórico. A pesquisa teórica consiste na elaboração de um marco conceitual dos conhecimentos existentes sobre determinado objeto de estudo, que pode corresponder ao conhecimento que o pesquisador já possui e que o motivou para o aprofundamento, com os conhecimentos que podem ser agregados como fruto de revisão bibliográfica e documental sobre o tema.

5) Tendência ao pragmatismo. Algumas pesquisas buscam avaliar os modelos e/ou procedimentos técnico-operativos, objetivando subsidiar,

direta ou indiretamente, a prática profissional. Embora se fale da utilidade ou função prático-social da ciência, o conhecimento verdadeiro é útil na medida em que, com base nele, o homem pode transformar a realidade. No entanto, é preciso considerar que a investigação social é instrumento para a transformação social, isto é, subsidia ou contribui para a transformação, mas não a realiza, porque não é sua função específica. É preciso estabelecer uma clara distinção entre a ação investigativa e a ação profissional. Por isso, o conhecimento é útil na medida em que é verdadeiro, e não o inverso, verdadeiro porque é útil, como afirma o pragmatismo.

6) Pesquisas de caráter isolado e que abordam universos muito limitados e particulares, cujos resultados não podem ser generalizados, não contribuindo para o aprofundamento e complementação de conhecimentos sobre o tema.

7) Rebatimento tardio de temas na área do Serviço Social, o que leva os pesquisadores a utilizarem a bibliografia dos autores das áreas de Ciências Sociais, sem a preocupação de buscar as fontes em que se basearam estes autores. Este fato traz consequências para a produção do Serviço Social, na medida em que não distingue as diferentes concepções presentes sobre determinada temática e incorpora, indiscriminadamente, as contribuições de autores de diferentes paradigmas, caindo no ecletismo.

8) Tendência à utilização de métodos qualitativos, considerando, falsamente, que o método quantitativo é de caráter positivista, ou porque tem pouco domínio sobre os conhecimentos de estatística.

9) Amplitude das áreas temáticas, ocasionando dispersão e fragmentação dos conhecimentos. Privilegiar a verticalização ao invés de horizontalização, buscando o aprofundamento de uma temática, abordando-a de diferentes ângulos e dentro de uma perspectiva interdisciplinar.

Na medida em que o Serviço Social se volta para o conhecimento da realidade social, política e econômica — contexto onde se gestam as “questões sociais” —, o estudo de seu objeto científico requer o conhecimento substantivo de outras áreas e habilitação em técnicas especializadas. Daí a necessidade de formação de grupos de pesquisa interdisciplinar, que possibilitem uma pluralidade e diversificação de abordagens, no sentido de aprofundar os conhecimentos sobre determinada temática.

Atualmente, as agências de fomento à pesquisa exigem que as produções, tanto do corpo docente como do discente, estejam vinculadas às linhas de pesquisa do curso, e que as pesquisas sejam integradas, com a participação de doutorado, mestrado e graduação.

10) A inexistência de uma política coerente de pesquisa no sentido de definição de prioridades e objetivos, tendo como referência as necessidades da área, acarreta falta de relevância dos temas. É preciso mencionar ainda os “modismos”, que caracterizaram as flutuações dos enfoques de pesquisa na área.

Bibliografia

- ALMEIDA, Patrícia Cristina Pinheiro. “A nova legitimidade do assistencial: O debate da assistência no Serviço Social dos anos 80”. UFRJ, 1996. Dissertação de Mestrado.
- AMMANN, S. B. *Avaliação & Perspectivas*. CNPq, Brasília, 1983.
- ARBEX, S. H. “Produção e reprodução do Serviço Social em organização institucional de saúde.” UFRJ, 1992. Dissertação de Mestrado.
- BARROS, S. B. “Estudo sobre violência em um bairro do município de Campinas – SP. Da subjetividade das ‘causas extremas’ à subjetividade de moradores e profissionais.” PUC-SP, 1997. Dissertação de Mestrado.
- BISNETO, José Augusto. “Serviço Social e análise institucional — Estudo das contribuições ao debate contemporâneo e ao processo de renovação no Brasil”. UFRJ, 1996. Dissertação de Mestrado.
- CASTRO, C. M. *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- DURIGUETO, Maria Lúcia. “A temática dos movimentos sociais e sua incorporação no Serviço Social”. UFRJ, 1996. Dissertação de Mestrado.
- FIGUEIREDO, M. F. “O financiamento das Ciências Sociais”. In: *A estratégia de fomento da Fundação Ford e FINEP — 1966/1985*. São Paulo, ANPOCS, BIB, nº 26, 1988.
- GESSOT/RS. *Empresa: Uma comunidade de trabalho*, 16 p. Publicação patrocinada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.
- GUIMARÃES, R. “Fim de século: fim de ciclo” In: *A Universidade e a pesquisa: o público e o privado*. Rio de Janeiro, Sonda/UFRJ, 1997.
- JODELET, D. (org.) *Les representations sociales*, Paris, PUF, 1989.
- KAMEYAMA, N. “Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e Serviço Social”. In: MOTA, A. E. (org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo, Cortez, 1998.

- KOWARICK, L. "Investigação urbana e sociedade". In: REIS et al. (orgs.). *Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1995.
- _____. "Lutas urbanas e movimentos populares: Alguns pontos para reflexão". In: *Espaço e Debate*, nº 8, São Paulo, Cortez, 1983.
- LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1983.
- MENEZES, Maria Thereza Gomes. *Em busca da teoria: Políticas de assistência pública*. São Paulo, Cortez, 1993.
- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image et son public*. 2ª ed. Paris, PUF, 1976.
- MOTA, A. E. (org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo, Cortez, 1998.
- NETTO, J. P. "Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social". In: *A metodologia no Serviço Social, Cadernos ABESS*, n. 3, São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- RODRIGUES, P. S. et al. (orgs.). *A universidade e a pesquisa: O privado*. Rio de Janeiro, SONDA/UFRJ, 1997.
- SCHOONS, Selma Maria. "Assistência Social entre a ordem e a desordem: Mistificação dos direitos sociais e da cidadania". São Paulo, Dissertação de mestrado. PUC, 1994.
- SERRA, F. M. "A prática institucionalizada do Serviço Social: determinações e limites", PUC-RJ, 1982. Dissertação de Mestrado.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo, Cortez, 1993.

O tema "criança e adolescente" nas pesquisas em Serviço Social

Myrtes Macêdo*

Considerações preliminares

A eclosão da problemática da criança e do adolescente nas pesquisas no âmbito do Serviço Social é o objeto de reflexão deste texto. A escolha de um tema de pesquisa implica a seleção de objetos empíricos e sua transformação em objeto de estudo, o que supõe a existência de um discurso científico construído, adaptado ou mesmo importado de outros campos temáticos, de modo que a investigação tenha "credibilidade intelectual" (Kowarick, 1995:46). Referindo-se a condicionamentos conjunturais nessa escolha, o autor afirma que cada época produz suas próprias preferências temáticas, embora elas não decorram de uma relação linear entre o agravamento das questões sociais e a produção de conhecimento sobre as mesmas. Para que os processos sócio-econômicos, culturais e políticos se transformem em objeto de investigação é preciso que ocorram algumas mediações.

Partindo dessa premissa, tentamos refletir sobre as condições que contribuíram para o Serviço Social lançar a criança e o adolescente como tema de pesquisa nos anos 90. Para tanto, seguimos a trilha dos encontros

* Professora do Departamento de Serviço Social e coordenadora da pesquisa "Trabalho e formação técnico-profissional: Um estudo sobre formas e significados do emprego assistido de adolescentes na cidade do Rio de Janeiro", PUC-Rio.

nacionais de pesquisadores¹ nos últimos dez anos. Esses eventos se constituíram em espaço privilegiado para o intercâmbio entre pesquisadores e divulgação de resultados de pesquisa, contribuindo significativamente para a identificação da ênfase dada à problemática da criança e do adolescente. Isto nos permitiu acompanhar a trajetória do tema, realizando um levantamento das comunicações de pesquisa apresentadas. As informações que subsidiaram esta reflexão foram basicamente extraídas dos resumos dos trabalhos inscritos nesses eventos.

Mesmo considerando que os resumos se constituem numa fonte incompleta, reconhecemos a sua utilidade para o objetivo desta reflexão, que consiste em examinar o lançamento da questão "criança e adolescente" como tema de pesquisa e identificar seus recortes analíticos. Neste sentido, por meio do rastreamento das pesquisas apresentadas pelos assistentes sociais nos ENPESS, procuramos desvelar, além dos condicionamentos históricos para a priorização do tema, os objetos de estudo construídos nesse campo na década de 90.

A literatura internacional mostra que a preocupação da sociedade com a infância pobre data do surgimento da industrialização. "Malgrado diferenças de interpretação e de posição, todos se preocupam com os altos índices de abandono, vadiagem e mendicância constatados nas grandes cidades européias (Alvim e Valladares, 1988:4). No enfrentamento dessa problemática, o universo fabril se apresenta como a alternativa salvadora. Nesse ponto de vista, se associam diferentes organizações da sociedade, entre as quais se destacam representantes da Igreja e dos empresários dando ênfase ao trabalho enquanto mecanismo de afirmação da disciplina e da ordem.

A resenha apresentada por Alvim e Valladares (1988) sobre a literatura internacional referente ao século XIX registra a prevalência dos temas *trabalho*, *família* e *rua* na discussão da problemática da infância pobre. Os dois primeiros correspondendo às instituições básicas responsáveis pela socialização das classes trabalhadoras, e o terceiro representando o mundo da desordem, cuja ordenação se pauta no crime e na ausência de disciplina. Esses temas são norteadores da reflexão de Alvim e Valladares (1988) sobre o contexto brasileiro.

1. A história do CEDEPSS registra a realização de cinco encontros nacionais de pesquisadores, a saber: 1) I ENPESS realizado no período de 21 a 23/8/1989, em Brasília; 2) II ENPESS realizado também em Brasília no período de 28 a 30/11/1990; 3) III ENPESS realizado, na PUC-SP no período de 10 a 13/8/1993; 4) IV ENPESS, também realizado na PUC-SP, no período de 28/11 a 1/12/1994; 5) V ENPESS, realizado na UERJ-RJ, no período de 4 a 7/11/1996.

Seguindo essa linha de argumentos, Kowarick (1994), resgatando a história do trabalho livre no Brasil, registra a mobilização de crianças pobres para compor o mercado de mão-de-obra na virada do século. Nesse período, são criados vários institutos de preparação para o trabalho (Rizzini, 1993). Gradativamente, a infância pobre no Brasil se insere no debate público, tornando-se objeto de respostas institucionais, práticas sociais e instrumentos legais diversos de controle. "Se foram várias as respostas oferecidas ao problema, todas elas basearam-se numa mesma concepção da infância pobre como necessariamente perigosa e consequentemente ameaçadora" (Alvim e Valladares, 1988:11). A história da proteção à infância no Brasil confirma essa concepção (Botelho, 1993; Faleiros, 1995).

Nas Ciências Sociais, a questão do menor começa a ser objeto de investigação na década de 70 (Alvim e Valladares, 1988).² Rastreando a produção brasileira sobre a infância, Alvim e Valladares identificam um total de 212 títulos oriundos das áreas de Sociologia, Psicologia, Antropologia, Serviço Social e Pedagogia. Uma diversidade de recortes analíticos se observa nessa produção, em virtude da ênfase dada por cada uma dessas disciplinas. Neste sentido, as autoras demonstraram que na década de 80 a incidência nos estudos recai sobre o trabalho do menor, a delinquência, violência e criminalidade, seguidos do menor institucionalizado e das características sócio-econômicas da criança pobre. O menino de rua surge também no período como uma nova categoria lançada pelos cientistas sociais.

Após essa panorâmica sobre a produção das Ciências Sociais acerca da infância e da adolescência no Brasil, até a década de 80, nossa atenção se volta, nesse artigo, para o lançamento do tema criança e adolescente pelos assistentes sociais.

Eclosão do tema "criança e adolescente"

É na década de 90 que a problemática da criança e do adolescente ganha destaque nas pesquisas de Serviço Social. As mediações que ocorrem nessa escolha temática e nos recortes analíticos assumidos pelos

2. "Encomendamos respectivamente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e pelo Juizado de Menores da Guanabara, os trabalhos do Cebrap (1973) e de Misse et alii (1973) podem ser considerados como pioneiros, por usarem pela primeira vez instrumentos de pesquisa sociológica para revelar a situação em que se encontravam os menores abandonados das duas grandes cidades." Este comentário é de Rosilene B. Alvim e de Lícia Valladares, no texto: "Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura". In *BIB/ANPOCS* nº 26, 1988, pp. 3-37.

pesquisadores decorrem do paradigma da doutrina de proteção integral à infância e à juventude encarnado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Verifica-se, a partir de então, uma ruptura com as políticas anteriores, cujas grandes linhas giravam em torno de questões trabalhistas, assistenciais e correccionais. Na perspectiva do ECA, as políticas públicas passam a ser fomentadas como principal mecanismo para assegurar os direitos de cidadania previstos, estimulando o lançamento do tema como objeto de investigação, na primeira metade dos anos 90. O Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA) órgão nacional de formulação da política nesse setor, em substituição à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), assume também o papel de agência financiadora de pesquisas. Desta forma, a CBIA, por intermédio do financiamento de estudos sobre a criança e o adolescente contribuiu decisivamente para a constituição de uma base institucional própria para o funcionamento de núcleos ou grupos de pesquisa nas diversas universidades do país. Alguns exemplos: 1) pesquisa visando o aprofundamento da proposta de investigação-ação voltada para a operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente na Baixada Santista, na região de Londrina e na Região Metropolitana de São Paulo sob a responsabilidade da prof. Myriam Veras Baptista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da prof. Odália Battini da Universidade Estadual de Londrina; 2) pesquisa sobre a exploração sexual de meninas/adolescentes — visibilidade do problema nas unidades federadas de âmbito nacional desenvolvida na PUC-MG pelas profs. Consuelo Quiroga e Maria Eulália Moreira; 3) diagnóstico da situação social da criança e do adolescente e a nova rede organizacional para a gestão social na política de direitos, realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a responsabilidade da prof. Marta Silva Campos; 4) pesquisa sobre o trabalho e o menor — contradições e perspectivas, realizada na Universidade Federal de Pernambuco pela prof. Maria José Galvão Gueiras.

Em 1991, o CNPq introduz na sua política de fomento à pesquisa o projeto integrado, sendo a temática “criança e adolescente” contemplada com financiamento para o projeto pioneiro na modalidade — “O sistema formal e informal de apoio à criança e ao adolescente em risco nos centros urbanos brasileiros”, coordenado pela prof. Myriam Veras Baptista da PUC-SP. Além desse projeto integrado, vários projetos individuais de pesquisa sobre o tema foram financiados pelo CNPq, nesse período. Os exemplos apresentados confirmam a visão de Kowarick, de que as fontes de financiamento se somam ao conjunto de fatores que interferem positivamente nas escolhas temáticas. Reconhecemos a importância dos financiamentos como um dos condicionantes da institucionalização da

pesquisa sobre a criança e o adolescente nas unidades de ensino de Serviço Social, mediante a consolidação de grupos de pesquisa que tiveram como desdobramento a constituição de núcleos, como: Núcleo de Estudos sobre a Criança e o Adolescente NCA/PUC, São Paulo; Centro de Referência, Estudos e Ação sobre a Criança e o Adolescente — CECRIA/UnB, Brasília; Setor de Estudos e Pesquisa sobre Crianças e Adolescentes — SEPAC/UFPB, João Pessoa, entre outros.

A criação dos núcleos de pesquisa se constitui em novos arranjos institucionais elaborados pelos pesquisadores para responder à demanda de investigação sobre a problemática, traduzindo, portanto, o reconhecimento social que a temática adquire com a nova visão do ECA. Por admitir que o desenvolvimento da pesquisa é condicionado tanto pela estrutura de apoio como pela articulação de pesquisadores, privilegiamos os encontros nacionais no resgate da trajetória do tema. Neste sentido, lembramos que esses eventos buscaram a formação de um quadro de pesquisadores em Serviço Social articulados por temáticas, tentando abrir caminho para um debate criativo e fazer avançar a produção de conhecimento.

Embora a questão da criança e do adolescente estivesse presente nas pesquisas desde o I ENPESS (1989),³ é a partir do III ENPESS que o tema ganha maior visibilidade.

O Quadro I registra a recorrência dos mesmos eixos temáticos durante o período, porém com incidências diferenciadas. O trabalho precoce, a violência e a política social para a criança e o adolescente aparecem como os recortes temáticos de maior peso nas pesquisas recentes. Permanecem os estudos voltados para meninos e meninas de rua e para a caracterização sócio-econômica da criança e do adolescente. Registra-se, de um lado, a redução de pesquisas sobre o menor institucionalizado e, de outro, a presença de pesquisas que articulam criança e família como eixo central de análise.

Ao buscarmos identificar a localização das pesquisas divulgadas nos encontros de pesquisadores constatamos uma maior concentração na PUC/SP, o que se justifica pelo seu pioneirismo na criação de um núcleo de pesquisa. O investimento das unidades de ensino nesse tema pode ser creditado à mudança de paradigma no trato com a infância e a juventude no Brasil e a demanda dos órgãos responsáveis por esta política

3. O catálogo das pesquisas em Serviço Social organizado pelo CEDEPSS, em 1989, registra um total de nove trabalhos inscritos no tema “criança e adolescente”, enquanto o relatório do II Encontro Nacional de Pesquisadores, realizado em 1990, inclui seis trabalhos de pesquisa apresentados.

Quadro I
Distribuição das pesquisas por eixos temáticos e ENPESS

Eixos temáticos	ENPESS					Total
	I	II	III	IV	V	
A — Caracterização sócio-econômica da criança e do adolescente	1	1	2	2	1	7
B — Menor institucionalizado	2	—	—	1	—	3
C — Trabalho Precoce	3	2	3	6	4	18
D — Criança e família	2	—	—	2	1	5
E — Política social para a criança e o adolescente	1	—	4	2	3	10
F — Violência contra a criança e o adolescente	—	2	2	3	4	11
G — Meninos e meninas de rua	—	1	2	1	3	7
Total	9	6	13	17	16	61

de investigações voltadas para sua operacionalização. O reconhecimento social que o tema adquiriu na sociedade explica a centralidade que a questão vem ganhando no âmbito do Serviço Social, revelada pelo crescente número de projetos financiados e de projetos constitutivos de dissertação de mestrado.

As pesquisas apresentadas nos encontros se distribuem entre 22 unidades de ensino, 17 das quais são instituições públicas, conforme se pode evidenciar no Quadro II.

Nos recentes encontros de pesquisadores (1994 e 1996) observa-se um avanço na qualidade dos trabalhos apresentados em relação aos anteriores. Essa melhor qualificação se expressou pela preocupação dos pesquisadores com as definições teórico-metodológicas.

Na constituição do tema, a principal dificuldade que se apresenta diz respeito à constatação de que a questão da criança e do adolescente não é um objeto analítico no sentido de que tenha um corpo teórico definido. No entanto, essa problemática vem sendo qualificada ao englobar em suas pesquisas uma gama variada de temas, cujas análises cada vez mais identificam intersecção com dinâmicas essenciais à sociedade. Isto ganha visibilidade no V ENPESS (1996) pelo reconhecimento da diluição, considerada positiva, de grande parte de questões que envolvem a problemática da criança e do adolescente que integraram outros grupos temáticos. Exemplos: a discussão dos conselhos municipais e tutelares ocorreu no grupo de "Poder Local", e de violência e juventude, no grupo de "Cultura e Identidade". É evidente o crescimento do interesse dos pesquisadores pelas questões gerais da implantação do ECA (municipa-

Quadro II
Distribuição das pesquisas apresentadas nos ENPESS por IES e eixos temáticos

IES / Temas	A	B	C	D	E	F	G	TOTAL
PUC-SP	3	2	3	2	—	—	1	11
PUC-RJ	—	—	1	—	—	3	—	4
PUC-RS	—	1	—	—	1	—	—	2
PUC-MG	—	—	2	—	1	1	—	4
UFRS	—	—	—	—	—	—	1	1
UFPA	—	—	—	—	—	1	—	1
UFRJ	—	—	—	—	—	1	—	1
UFPE	—	—	1	—	—	—	—	1
UnB	—	—	—	—	2	—	—	2
FUEL	—	—	1	—	—	—	—	1
UFSC	—	—	—	2	1	—	—	3
UFAL	3	—	—	—	—	—	—	3
UNESP	—	—	3	1	—	—	—	4
UFF	—	—	—	—	2	—	1	3
UFPB	—	—	4	—	1	—	3	8
UFPI	1	—	—	—	—	1	—	2
UFAM	—	—	—	—	—	2	1	3
UFRN	—	—	—	—	—	1	—	1
UFMT	—	—	2	—	—	—	1	3
UFES	—	—	—	—	1	—	—	1
UERJ	—	—	1	—	—	—	—	1
UNISINOS	—	—	—	—	—	1	—	1
TOTAL	7	3	18	5	10	11	7	61

Convenção (eixos temáticos): A — Caracterização sócio-econômica da criança e do adolescente; B — Menor institucionalizado; C — Trabalho precoce; D — Criança e família; E — Política para a criança e o adolescente; F — Violência contra a criança e o adolescente; G — Meninos e meninas de rua.

lização, participação popular, conselhos tutelares e de direitos) e com as inter-relações da questão da criança e do adolescente com outras dimensões da área da Seguridade Social.

Nos dois últimos encontros de pesquisadores, a discussão conceitual vem apontando para a necessidade de aprofundamento dos seguintes aspectos:

- *família*, enquanto instância do “vivido”, privilegiando suas formas de expressão no cotidiano das camadas populares. Isto supõe maior centralização nas metamorfoses da família e em suas representações;
- definição de *crianças e adolescentes de e na rua*, visando a superação de problemas gerados por esta imprecisão;
- Diferenciação por *gênero, idade, cor, trajetórias de vida* nas análises da presença de crianças e adolescentes na rua;
- *trabalho precoce* no mercado formal e informal, suas formas de expressão, novas demandas e relação com a pobreza.

Parte das pesquisas apresentadas se constituem metodologicamente em modalidades de pesquisa-ação, vinculadas às necessidades de intervenção, cujos resultados apresentam uma vinculação direta com a empiria. Por outro lado, um número significativo de trabalhos de pesquisa se referem a objetos relacionados à compreensão de processos sociais mais amplos, não circunscritos às demandas da prática direta e com propostas analíticas mais elaboradas.

O levantamento que se segue, feito pela ABESS/CEDEPSS em 1996, nas unidades de ensino, confirma a diversidade de recortes analíticos, pelos quais a questão da criança e do adolescente vem sendo abordada nas pesquisas de Serviço Social.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

- Assistência social para a criança e o adolescente.
- Tendências dos conselhos municipais de direitos e dos conselhos tutelares da criança e do adolescente.
- A política de desenvolvimento e proteção integral à criança e ao adolescente.
- A avaliação de programas referenciais de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco.
- Dando vida à Convenção Internacional dos Direitos da Criança.
- A política de proteção ao adolescente com prática infracional e sua operacionalização.
- Condições de vida de crianças e adolescentes moradores de cortiços da região do Pari.
- Conselhos tutelares: novo espaço público.

- Pela cidadania do adolescente com processo de prática infracional: investigação-ação desenvolvida em São José dos Campos/Franca.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA — FRANCA

- Estudo sobre a violência física e psicológica contra crianças em idade escolar.
- A fabricação do calçado e o processo de terceirização: a dupla exploração da criança e do adolescente no trabalho informal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

- A questão social da criança e do adolescente — Mediação no âmbito do trabalho.
- Vida e trabalho do menor na atividade canavieira.
- Trajetórias de vida das meninas de rua em João Pessoa.
- Programas de atendimento aos meninos e meninas “nas ruas” em João Pessoa: aproximações de uma realidade.
- O perfil do adolescente infrator no programa liberdade “assistida” em João Pessoa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

- Política de assistência à criança e ao adolescente em Pernambuco no Estado Novo.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- Família de menores de rua do DF: desvendando o processo. Descrição: estudo do perfil familiar de crianças e adolescentes em situação de rua no DF, objetivando avaliar sua estrutura e dinâmica sócio-econômica.
- Infância e processo político no Brasil.
- Criança e adolescente em situação de rua no DF.
- Visibilidade da exploração de meninas adolescentes.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

- Criança/adolescente e trabalho: A profissionalização mediatizada nas ONGs-RJ.
- Relação do *stress* com apoio social no rendimento acadêmico.

- Pobreza revisitada: as frentes do serviço social. Subprojeto: estudo sobre a violência física e psicológica contra crianças em idade escolar.
- Família substituta: alternativa contra a violência doméstica no município de Cabo Frio.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

- A ação profissional dos assistentes sociais junto aos menores infratores institucionalizados: a compreensão e a explicação do fazer e do pensar.
- Atributos constitutivos da práxis do assistente social na FEBEM/RS: gênese sócio-histórica.
- Participação do Serviço Social na formulação das políticas do menor — trajetória histórica.
- A construção de um projeto de vida de adolescentes institucionalizados.
- O processo de formação dos meninos e meninas de rua. Período: 1986 a 1994.
- Atendimento institucional à constituição da cidadania.
- Adolescentes em busca de uma identidade social: um processo de crise ou de libertação.
- Adolescentes abrigados em suas vivências e a compreensão de seus projetos de vida.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

- A modernização e a problemática social dos meninos e meninas de/na rua de Cuiabá: o uso de drogas.
- Crianças em situação de rua: trabalho e estratégias de sobrevivência.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

- A contextualização do público e do privado das famílias: um desafio ético das políticas da infância e da adolescência.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

- Violência na rua: o caso da criança e do adolescente na cidade de Mossoró.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

- Exploração sexual de meninas adolescentes: visibilidade do problema nas unidades federadas de Minas Gerais.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

- Conselho Municipal — Instrumento de construção da cidadania da criança e do adolescente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

- A participação da sociedade civil nos conselhos de Direitos Tutelares da criança e do adolescente no Maranhão.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

- Exploração sexual de meninas adolescentes: visibilidade do problema nas unidades federadas.
- Violência e juventude urbana pobre: ressocializações no trabalho e lazer.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- Violência e juventude urbana pobre: ressocializações no trabalho e lazer.
- Juventude urbana pobre e consumo: entre o Querer e o Ter.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

- O desvendar da violência infanto-juvenil na família: um desafio para a sociedade.

Parece ganhar vigor interpretativo as análises elaboradas com base em abordagens antropológicas, procurando resgatar a subjetividade a partir da ênfase nos processos socioculturais, mediante a focalização dos modos de vida, das estratégias de sobrevivência e de experiências de gestão popular.

Como desafio aos pesquisadores vinculados ao tema, coloca-se a necessidade de superação das abordagens focais por intermédio da busca de metodologias comparativas que redimensionem o alcance dos resultados das pesquisas, favorecendo a generalização na produção de conhecimento.

Para finalizar essas reflexões, gostaríamos de distinguir como dominâncias, na constituição do tema “criança e adolescente” no Serviço Social, duas tendências: 1) baseada na perspectiva histórica estrutural,

que busca a análise da política para a infância e a juventude demarcando no processo político brasileiro dimensões particulares para a abordagem do tema, tais como: relação Estado/sociedade, relação público/privado, consolidação democrática e cidadania, acirramento da pobreza, violência de jovens e adultos; 2) enfatizando o universo simbólico na configuração dos objetos de investigação no Serviço Social, destacando como dimensões privilegiadas na abordagem do tema: identidade individual e coletiva, trajetórias de vida e representações.

Esta retrospectiva deixa à mostra uma expressiva produção sobre o tema circunscrita aos fóruns aqui referidos, sem visibilidade no campo editorial, necessitando de divulgação como condição para o debate entre os pesquisadores e maior qualificação desse tema de pesquisa.

Nestas notas finais, reconhecendo o ECA como um dos fatores condicionantes do lançamento da questão da criança e do adolescente no Serviço Social nos anos 90, acreditamos que o desenvolvimento das pesquisas deve-se fundamentalmente ao enraizamento do tema na sociedade como uma das expressões da questão social na atualidade. Assim, abrem-se novas prioridades de estudos em consequência da presença de processos culturais, políticos e econômicos, cujas repercussões estão exigindo análises mais aprofundadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Anais do V Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social — ABESS/CEDEPSS.

Catálogo de Pesquisa em Serviço Social organizado pelo CEDEPSS, Vitória, agosto/1989.

Resumo de pesquisas sobre o tema “criança e adolescente” apresentadas nos encontros de pesquisadores promovidos pelo CEDEPSS.

Relatórios do grupo temático “Criança e Adolescente” do IV e do V ENPESS.

Bibliografia

ABREU, Marina M. & SIMIONATTO, I. “A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996. *Cadernos ABESS*. São Paulo, nº 7, 1997.

ALVIM, R. B. & VALLADARES, L. “Infância e sociedade no Brasil: Uma análise da literatura”. *BIB/ANPOCS*, nº 26, 1998.

BAPTISTA, Myrian V. “Enfrentando desafios: A operação de um Núcleo de Estudos sobre Criança e Adolescente — NCA”. *Cadernos do NCA*, nº 1, São Paulo, PUC, junho 1995.

BOTELHO, R. U. “Uma história da proteção à infância no Brasil — Da questão do menor aos direitos da criança e do adolescente (1920-1990)”. Brasília, UnB, 1993. Dissertação de Mestrado.

DEL PRIORE, M. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991.

FALEIROS, V. “Infância e processo político no Brasil”. In: PILLOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro, Universidade Santa Úrsula e AMAIS Editora, 1995.

KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem — A origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

_____. “Investigação urbana e sociedade”. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, M. Herminia Tavares & FRY, Peter (orgs.). *Pluralismo espaço social e pesquisa*. São Paulo, Hucitec/ANPOCS, 1995.

MACÊDO, M. de A. “A questão do trabalho infanto-juvenil no quadro da política de proteção à infância e à juventude no Brasil”. *Debates Sociais* nºs 54-55. DSS, PUC-RJ e CBCISS, 1995.

QUIROGA, C. “Trabalho e prostituição de crianças e adolescentes pobres: Reafirmação da exclusão social”. *Revista de Ciências Históricas*. Porto, Universidade Portucalense, vol. XI, 1996.

RIZZINI, I. *Assistência à infância no Brasil — Uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro, Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

Proposta curricular da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Equipe Responsável:

Profa. Isaura Isoldi de Mello C. e Oliveira

Profa. Maria Rosângela Batistoni

Profa. Mercedes Manchado Cywinski

Coordenadora: Profa. Dra. Regina Giffoni Marsiglia

Diretora: Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley

Apresentação

Na trajetória da Faculdade de Serviço Social destaca-se, a partir do final da década de 70, um trabalho sistemático e coletivo de construção permanente do projeto de formação profissional, com momentos variados, em intensidade e qualidade. A proposta curricular que se apresenta é parte e expressão do processo que se desenvolveu no decorrer dos anos de implantação do currículo de 1984¹, a partir do aprofundamento em torno das temáticas que gerou, do avanço da pesquisa e produção do corpo docente e da área de Serviço Social no país, da avaliação contínua instaurada nas instâncias acadêmicas da Faculdade. Considera, portanto, as referências analíticas gerais debatidas, seja quanto à direção social e teórica a ser imprimida ao curso, seja quanto ao perfil do profissional que se pretende formar, seja quanto aos conteúdos e à própria estrutura curricular. Articula-se a esta dinâmica, a inserção e protagonismo de professores desta unidade de ensino no debate, pesquisa e ações levadas pelas entidades da categoria profissional, especialmente ABESS/CEDEPSS.

Em 1989 formulou-se, no interior do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Serviço Social, um projeto de pesquisa, denominado "A Formação Profissional do Assistente Social: Desafios e Perspectiva para a consolidação de seu projeto educacional",² que definiu, com clareza, as dificuldades e divergências, e suas hipóteses explicativas,

1. Yazbek et al. Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço Social — PUC/SP. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 14, ano VI, 1984.

2. Este projeto de pesquisa, com financiamento interno da Universidade e da Fapesp, desenvolveu-se em três subprojetos: perfil do corpo docente; perfil sócio-econômico e cultural dos alunos do curso; quadro geral da situação dos estágios. Foi realizado pelas professoras Regina M. Giffoni (coord.), Luzia F. Baierl Lippi, Marília da Silva Pardini e Raquel Raichelis.

começando por elencar um conjunto de problemas relacionados à implementação do Projeto Curricular de 1984.

Propondo-se a entender algumas das dificuldades para implantação efetiva do currículo ou, pelo menos, para explicar parte delas para posterior encaminhamento de soluções, o Projeto de Pesquisa adiantava que:

"(...) o conjunto de obstáculos que se interpõem no processo de formação de profissionais não é explicado apenas através de uma leitura endógena das profissões; muitos dos desafios postos hoje no processo de formação acadêmica devem ser estudados face à conjuntura de crise por que passa a Instituição Universitária no país, e referida não apenas às precárias condições materiais oferecidas para o desenvolvimento do trabalho docente, nos planos do ensino, da pesquisa e da extensão, mas também no que se relaciona à chamada 'crise de identidade' que marca a Universidade, obrigando-a a redefinir seu perfil e papel face às novas demandas colocadas pela conjuntura de transição democrática que vive a sociedade brasileira nestes últimos anos, atravessada pela crise econômica que vem se agravando rapidamente. No entanto, o reconhecimento dos determinantes sociais mais gerais que incidem no perfil e nas perspectivas da Universidade, não exclui a necessidade de aprofundar a busca de explicações para as dificuldades identificadas no processo de formação profissional do assistente social, na articulação interna dos vários planos do projeto pedagógico (em nível teórico, técnico-operativo e político), bem como na relação do projeto pedagógico com a realidade do exercício profissional".

Pensada deste ângulo, a pesquisa estudou as dificuldades da formação profissional, cotejando: a proposta curricular com as características do corpo docente da Faculdade de Serviço Social, com o processo pedagógico levado a efeito na Faculdade, tendo em vista a realização do processo de formação profissional, principalmente ao nível do estágio prático e com o perfil do aluno que procurava o curso.

Os resultados analíticos apontados por essa pesquisa, cotejados com a fotografia geral do curso de Serviço Social elaborada pelo Grupo de Trabalho Revisão Curricular formado em 1993 — através da análise do conteúdo programático das disciplinas e da articulação horizontal e vertical entre as mesmas, além da avaliação geral do curso, realizada em 1994 —, tornaram possível observar a ausência de identidade do currículo real em face da proposta original de 1984, o que permitiu a elaboração de um diagnóstico,³ que apontava entre outras questões:

3. A avaliação geral do Curso encontra-se no documento "10 anos de Debate Curricular da Faculdade de Serviço Social — PUC-SP", junho/1994, elaborado por este GT.

1. o currículo em vigor aglutinou as disciplinas do curso por blocos, a partir de uma lógica dada pelos eixos orientadores do currículo de 1984. Constatase, hoje, que as disciplinas não se encontram mais assim articuladas, tendo perdido de vista os eixos que as norteavam. A articulação real, hoje, indica uma nova constelação de disciplinas, configurando outros blocos que deveriam ser avaliados em sua repercussão na formação profissional;

2. o curso reflete dificuldades na articulação formação teórica/formação para a prática. Considerando que se trata de um curso de formação de profissionais para intervenção, deve-se olhar para a dimensão do mercado de trabalho, o papel do Estado e da Sociedade Civil, construindo mediações pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades técnico-operativas dos alunos;

3. os professores são profissionais assistentes sociais, sem formação específica para a docência, o que traz, como consequência, sua não habilitação didático-pedagógica para o exercício do papel de educadores;

4. o perfil sócio-econômico-cultural do aluno do Serviço Social e sua condição de estudante trabalhador coloca, aos professores, desafios para a escolha de estratégias didático-pedagógicas.

Foi a partir dessas balizas que a construção deste projeto de revisão curricular considerou:

⇒ o momento peculiar da trajetória da PUC/SP, numa crise que afeta sua própria existência como Universidade vocacionada para articular ensino qualificado e democrático, pesquisa criadora e extensão voltada aos interesses sociais;

⇒ a incorporação da Universidade no Programa de Avaliação Institucional na Universidade Brasileira — PAIUB, desenvolvendo seu projeto específico — o PAIPUC, a partir de 1995;

⇒ o processo desenvolvido pela ABESS-CEDEPSS em sua gestão 93/94 com o objetivo prioritário de sistematizar o processo de formação profissional pós-curriculo mínimo aprovado em 1983, tendo como horizonte a sua revisão para 1997;

⇒ a diminuição do interesse dos jovens candidatos ao vestibular, nos grandes centros urbanos industriais, em relação ao curso de Serviço Social, que vem ocorrendo desde a segunda metade da década de 80;

⇒ a pesquisa de mercado, realizada em conjunto com o Conselho Regional de Serviço Social,⁴ no interior do projeto de revisão curricular, entendendo-se que a formação profissional e o mercado de trabalho devem manter uma articulação de sintonia crítica, sem subordinação, com atento acompanhamento, como condição de sobrevivência e preservação do Serviço Social como profissão.

A proposta de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP, recorreu ao debate interno com docentes e alunos, à interlocução com o mercado de trabalho e às avaliações, pressupostos, diretrizes e metas contidas na Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional — Documento ABESS/CEDEPSS (in *Serviço Social & Sociedade*, 1996). O debate sobre o projeto de formação profissional da Faculdade definiu como uma de suas diretrizes a estreita relação com o processo desencadeado nacionalmente, reafirmando, no entanto, a continuidade da trajetória curricular peculiar desta unidade de ensino.

Esta proposta curricular foi concluída em julho de 1996, quando foi aprovada pelo Conselho Departamental da Faculdade, com aprovação em todas as instâncias acadêmicas e administrativas da PUC-SP em setembro de 1996, para sua implantação progressiva a partir do ano letivo de 1997. Sua elaboração e aprovação se deu, portanto, simultânea ao processo geral direcionado nacionalmente pela ABESS/CEDEPSS, mas anterior às Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (in *Cadernos ABESS*, 1997), aprovadas em Assembléia geral extraordinária em novembro de 1996.

O resultado deste trabalho de análise está consubstanciado neste documento que apresenta o balizamento teórico-metodológico, ético-político e operativo, que vem orientando a formação profissional de assistentes sociais do curso de Serviço Social desde 1997.

A implantação da nova proposta curricular marca atualmente o cotidiano da Faculdade e constitui a principal meta do seu Plano Acadêmico Trienal, integrado ao Plano Geral da Universidade, envolvendo mudanças significativas do conjunto das disciplinas ministradas, determinando necessidade de preparo e flexibilidade do corpo docente. As atividades de acompanhamento e avaliação do curso, quanto aos conteúdos programáticos e seus resultados, serão um dos aspectos fundamentais do plano de

4. Refere-se à pesquisa "Tendências do Mercado Profissional do Assistente Social", realizada pelo prof. Ademir Alves da Silva, da Faculdade de Serviço Social — PUC-SP, mimeo., 1996.

trabalho, orientado pela comissão de implantação curricular formada com este objetivo, a partir de um sistema permanente de avaliação.

A organização de um curso por Áreas de Fundamentação, tal como indicado pelas diretrizes gerais curriculares de ABESS/CEDEPSS e incorporadas no projeto da Faculdade, constitui um grande desafio, porque pressupõe uma outra lógica na organização do ensino. Os desafios postos não dizem respeito apenas a questões de ordem operacional afetas às particularidades das unidades de ensino, mas à indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; à ruptura com parâmetros tradicionais e burocratizados na formulação e articulação dos conteúdos programáticos; à necessidade de atualização e capacitação continuada do corpo docente na direção apontada; à exigência de avançar nas pesquisas e estudos sobre as situações concretas do trabalho do assistente social, e dos fundamentos históricos teóricos e metodológicos do Serviço Social.

Vários aspectos quanto a premissas gerais, à estrutura curricular e seus componentes (matérias, disciplinas, núcleos e demais atividades), vêm exigindo da equipe de trabalho da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP um cotejamento de sua proposta com:

- Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social — ABESS/CEDEPSS;
- Diretrizes curriculares definidas pela Comissão de Ensino da PUC-SP;
- Parecer da Comissão de Especialistas da Área de Serviço Social;
- Definição das linhas de pesquisa e extensão da área de Serviço Social na articulação graduação e pós-graduação, e em consonância com as diretrizes e condições da pesquisa e extensão na própria universidade, no posicionamento em face das políticas para o ensino superior no país.

Premissas e objetivos da formação profissional

O marco da redefinição do projeto de formação profissional de Serviço Social desta unidade de ensino, a partir dos anos 80, inseriu-se em uma perspectiva de renovação da profissão, ampla e plural, expressa tanto nas instâncias de ensino e pesquisa, nas organizações corporativas da categoria, como nos espaços organizacionais do mercado profissional de trabalho.

O processo de renovação do Serviço Social foi tributário das novas condições econômico-políticas geradas no aprofundamento da expansão

monopolista, com alterações significativas na configuração do Estado e da sociedade brasileira, no contexto da ditadura militar e sua crise. Ou seja, a redefinição profissional, neste período, se fez capitalizando a luta pela democratização da sociedade e do Estado, aliada ao protagonismo dos sujeitos coletivos que movimentaram o cenário histórico brasileiro. Este processo teve irradiações na Universidade, como uma das instâncias de construção da hegemonia cultural da sociedade civil, naquele momento com exigências internas de autonomia, democratização, exercício da crítica, do debate, da produção de conhecimento, estreitando seus vínculos com a sociedade.

A renovação profissional imprimiu uma “feição essencialmente crítica ao Serviço Social” (Iamamoto, 1994:5), possibilitando-lhe efetivar uma ruptura teórico-prática com o tradicionalismo que o definia. Criou-se um novo perfil acadêmico profissional a partir de uma real inserção nos quadros universitários, respondendo às suas exigências de ensino, pesquisa e extensão com uma rica produção científica e a instauração de um mercado editorial específico avançando na interlocução com as ciências afins e conquistando a condição de um parceiro reconhecido no diálogo acadêmico.

A Revisão Curricular desta Faculdade, apresentada em 1984 como uma das expressões mais relevantes do referido processo de renovação no Brasil, vinculou-se

“a uma das vertentes presentes no debate profissional dos assistentes sociais, voltada para a efetivação de uma prática profissional que, respaldada teoricamente e atenta à dinâmica do momento histórico, seja capaz de responder e superar a mera demanda oficial vigente no mercado de trabalho.(...) Uma atuação que, reconhecendo as forças sociais hoje presentes no processo de reorganização da sociedade civil, se inscreva no horizonte social dos interesses das classes subalternas”. (Yazbek, et al., 1984:30).

Explicitou desse modo, o compromisso social e político da formação e do exercício profissional em determinada direção, adotando um explícito ponto de vista de classe, na análise da sociedade e do papel da profissão.

Este ângulo de visão, no entanto, não ocorreu apenas alimentado por uma vontade e prática político-moral, em si insuficientes para garantir validade teórica e técnica que embasassem o exercício profissional. Buscou-se uma rigorosa fundamentação teórica capaz de possibilitar a explicação da realidade social, natureza, estrutura e dinâmica de seus processos, desvelando as possibilidades de ação nela contidas e a apreensão do significado social da profissão.

Esta ligeira retomada destes elementos centrais da recente trajetória curricular da Faculdade aparece aqui não como mera introdução, mas tem suas raízes na explicitação das premissas deste projeto. A proposta de um novo currículo supõe a interlocução crítica com o projeto anterior em uma relação de continuidade e ruptura. Trata-se, pois, de preservar e reafirmar os avanços e acertos contidos naquele projeto, consolidados em sua implantação e no debate acumulado na década de 80, superando equívocos, lacunas, impasses e defasagens. Mas também de efetivar a sua ultrapassagem, redimensionando a formação do assistente social diante das novas exigências da contemporaneidade brasileira nos anos 90 (Iamamoto, 1994), de modo a garantir um salto de qualidade que contribua para assegurar a atualidade da profissão.

O projeto de revisão curricular de 1984 apreendeu e explicitou a profissão como um produto histórico que, como tal, adquire sentido e significado na trama das relações que explicam sua origem, desenvolvimento, limites e possibilidades. O Serviço Social se constitui historicamente como uma forma de especialização do trabalho coletivo, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Seu significado social e ideo-político se inscreve no âmbito das relações entre as classes sociais fundamentais, suas frações e das relações destas com o Estado brasileiro, em quadros conjunturais específicos, através de um conjunto de práticas acionadas no enfrentamento da questão social.

Esta perspectiva se assenta em uma premissa que é reafirmada neste projeto: a profissão não tem o poder de revelar-se a si mesma; só pode ser desvelada no rompimento com o profissionalismo estreito e endógeno, para o amplo horizonte do movimento da sociedade da qual é parte e expressão. Ora, isto implica compreender a profissão como um processo, ou seja, ela se transforma ao se transformarem as condições e relações nas quais se inscreve, o que aponta para a necessidade de contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, identificando as novas mediações históricas que operam alterações nos processos de reprodução da vida social, âmbito privilegiado do trabalho profissional, configurando um novo perfil de demandas postas à profissão e de respostas que ela constrói. (ABESS/CEDEPSS, 1996:153)

De acordo com esta apreensão teórico-metodológica, o fundamento da formação profissional é a realidade social, compreendida em seu movimento contraditório, considerando a realidade de mercado, as condições objetivas do exercício profissional e o jogo de forças presentes na sociedade. Assim, a apreensão da sociedade brasileira é tida como base para a definição das diretrizes fundamentais da formação na explicitação de sua direção social. Esta se define a partir das demandas postas

pelo movimento da sociedade, visando à articulação efetiva de um projeto social das classes subalternas em suas relações com as forças dominantes, o que implica a consolidação de uma legitimidade da profissão junto àquelas classes. A partir destas considerações, reafirmamos que a direção social implica o compromisso real e efetivo com os interesses coletivos e históricos da classe trabalhadora, na construção de uma nova hegemonia na relação entre as classes sociais.

Reafirmamos um projeto de formação profissional compromissado com valores e princípios colocados no horizonte do projeto de superação da ordem burguesa, já assumido por setores da categoria dos assistentes sociais consubstanciados no seu Código de Ética. Assim, a direção social implica a defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, hoje ultrajados pela política neoliberal; a defesa da equidade e justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos à reprodução social da vida; a defesa da qualidade e gestão democrática destes serviços; a defesa do trabalho; a luta contra a exclusão de amplas parcelas de trabalhadores do processo produtivo; a luta contra a exploração nas diversas formas de trabalho. A possibilidade desta direção social na formação profissional decorre, portanto, de um movimento que a ultrapassa e que se localiza na construção de uma vontade e de uma ação coletiva majoritária na sociedade civil, que tenha no horizonte, a autonomia, a emancipação, a ampliação da liberdade, a socialização da política, a apropriação coletiva da riqueza socialmente produzida, o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais.

A premissa desta definição está na explicitação do projeto de sociedade ao qual se adere e para o qual a profissão concorre e contribui, bem como no modo como se relaciona com seus principais protagonistas. No entanto, considerando a diversidade de alternativas, as lutas e embates entre projetos profissionais e sociais diversos, entendemos que a definição da direção social com este ponto de vista de classe se insere na perspectiva de construir uma hegemonia cultural e política. Direção social é, portanto, conquista ideo-política, construída na processualidade de um debate necessário entre projetos e vertentes. E só nesta dinâmica e através dela que a direção social poderá ser conferida à formação profissional. Ou seja, direção e hegemonia, na pluralidade, alimentando-se da diversidade, estabelecendo alianças claramente explicitadas, em torno de pilares básicos. Onde se conclui que o debate interno é exigência permanente, pois hegemonia não é dada para sempre; trata-se de consolidá-la, conquistando novos espaços, ampliando alianças, obtendo o consenso e, de fato, construindo um projeto coletivo de formação profissional.

A efetivação desta direção implica mediações políticas, teóricas, culturais e técnicas que articulem o projeto profissional à conjuntura nacional, e em especial a mediação necessária e constante com o mercado de trabalho onde se efetivam as reais condições do trabalho do assistente social.

A condução da prática profissional nesta direção pressupõe necessariamente outras dimensões, traços e competências que constituem o perfil do profissional que se pretende formar, ou seja, uma competência teórica, técnico-operativa e ético-política.

A habilitação técnico-operativa é imperativa na formação de assistentes sociais e não vem tendo o espaço e atenção necessários, o que se busca resgatar nesta proposta. É necessário atribuir maior importância às estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, em estreita articulação com os avanços obtidos no campo teórico-metodológico e da pesquisa, até porque as escolhas dos instrumentais de trabalho, das metas visadas, assim como o conteúdo por eles veiculados, tanto depende dos resultados da análise da realidade como da intencionalidade e direção social imprimidas pelos sujeitos profissionais.

O trabalho do Assistente Social pode produzir efeitos diretos nas condições de vida materiais e culturais — comportamentos, valores, representações — da população usuária, através dos serviços prestados pelos organismos empregadores, auxiliando diretamente no processo de reprodução social, ao mesmo tempo em que também contribui para a consecução de finalidades sociais dos organismos aos quais se encontra vinculado, sejam eles de caráter lucrativo ou voltados para a redistribuição de mais-valia, por meio de serviços públicos que universalizam o acesso a parcelas da riqueza socialmente produzida. (ABESS/CEDEPSS, 1996:152)

A condição para imprimir um novo tratamento a estas questões é admitir que, ao constituir-se como assistente social, o profissional é um sujeito social cuja condição é atravessada por componentes objetivos originados da sua situação de classe, pela sua subjetividade e, conseqüentemente, por todas as mudanças e processos que afetam o mundo do trabalho, onde ele está incluído.

É desta maneira que o resultado da ação profissional passa necessariamente pelo universo de valores incorporados na trajetória do seu processo de socialização, ou seja, na formação da sua subjetividade, o que exige a expressão, no currículo, da dimensão informativa e, muito explicitamente, da dimensão formativa. A formação profissional deve considerar questões como as relações de gênero, etnia, valores, aspirações

religiosas, expressões artísticas e culturais, além de componentes de ordem afetiva, emocional etc.

Lembre-se de que o mercado de trabalho é uma mediação do trabalho profissional, pois é através dele que se manifestam as diversas formas institucionais de enfrentamento da questão social e que também são objeto das requisições da profissão. É também no mercado de trabalho que o Assistente Social se defronta tanto com as tendências dominantes no atual estágio de desenvolvimento capitalista, quanto com as contradições através das quais estas tendências se realizam: as desigualdades que se recriam ampliadamente, as formas de resistência e defesa da vida, a criação e reinvenção de novas formas de sociabilidade na vida cotidiana. (Iamamoto: 1994:8)

A consideração do mercado de trabalho como uma mediação do exercício profissional deve se juntar à discussão sobre a direção social da prática. Se o mercado sinaliza tendências que indicam as respostas institucionais dadas à questão social, ele também expressa as tensões oriundas das exigências das classes. Nestes termos, no mercado de trabalho não se encerram as possibilidades de redirecionamento da ação profissional e da formação, pois que é necessário um distanciamento crítico desse mercado de trabalho para apreender o movimento mais amplo da sociedade, porque é o ritmo e a dinâmica do movimento das classes e a definição de propósitos profissionais que formam o conteúdo da direção social da profissão (ABESS/CEDEPSS, 1996:154).

Como já foi posto, o debate acumulado, em dimensão nacional e internamente em torno do projeto de formação, e o balanço crítico da proposta curricular de 84 possibilitaram a compreensão das balizas, diretrizes e eixo central do currículo, definindo os elementos que expressam a relação entre a profissão e o movimento da realidade social.

“O eixo da formação profissional é entendido, portanto, a partir dos elementos que dão concretude ao Serviço Social, o que pressupõe a apreensão da vinculação entre a profissão e as novas configurações da questão social, apreendida no interior do processo de produção e reprodução da relação entre capital e trabalho.” (ABESS/CEDEPSS, 1996:154)

Nestes termos, a formação profissional tem na questão social sua base de fundamentação sócio-histórica, o que lhe confere um estatuto de elemento central e constitutivo da relação entre profissão e realidade social.

Tomar a questão social como eixo central é assumir um caminho teórico metodológico que permite apreender as particularidades das demandas e respostas profissionais na dinâmica da realidade. O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas e dramáticas manifestações da questão social, matéria-prima do seu trabalho. Trata-se, portanto, de apreender as novas configurações da questão social, desvendando a lógica de suas determinações, no contexto das profundas transformações que vêm sendo operadas no mundo do trabalho, com amplas repercussões na esfera do Estado, nas novas conformações assumidas pela sociedade civil, assim como nas mudanças no campo da cultura e da subjetividade. Estes processos históricos reais se expressam em situações concretas que mobilizam a ação profissional e, ao mesmo tempo, indicam as possibilidades reais de recriação do seu exercício.

A objetivação deste eixo conduz:

- ao desenvolvimento de pesquisas acerca dos processos sociais que tecem o cenário da sociedade brasileira, articulando tanto suas determinações gerais como suas expressões particulares e singulares;
- ao avanço nas pesquisas sobre as situações concretas com as quais trabalha o Serviço Social, tanto para compreendê-las como para formular respostas e alternativas profissionais enraizadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades nela contidas;
- à capacitação teórico-metodológica e histórica que permita uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento real em suas manifestações universais, particulares e singulares, em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas e culturais, fundamentado em categorias emanadas da adoção de uma teoria social crítica (ABESS/CEDEPSS, 1996:152).
- ao aprofundamento da compreensão da profissão de Serviço Social, em sua existência e pensamento, nos quadros do capitalismo brasileiro, de modo a empreender o avanço na sistematização teórica e prática.

Trata-se de avançar na pesquisa das formulações originais do acervo profissional, decifrando: as fontes teóricas das idéias incorporadas; a forma como foram incorporadas e registradas na literatura profissional; condicionantes que viabilizaram o privilégio de determinadas tendências do pensamento social na profissão; a interferência destas incorporações teóricas no trabalho profissional, na priorização de conteúdos a ela

atinentes e nas formas de condução técnico-operativa delas (ABESS/CE-DEPSS, 1996:154).

Este é o conteúdo da unidade entre História, Teoria e Método no Serviço Social.

- ao aprofundamento do Processo de Trabalho do assistente social (e deste como trabalhador), nas esferas estatal e privada — empresarial ou não — como eixo da compreensão das demandas postas à profissão e as respostas construídas ou a serem recriadas.

Considerar a questão social como o foco central da formação profissional, significa que ela deve aparecer na sua estruturação e organização. Esta definição remete ao conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em *Áreas de Fundamentação*, articuladoras dos conteúdos programáticos, concretizados nas disciplinas que compõem o currículo mínimo e pleno.

ESTRUTURA CURRICULAR

Área Um — Fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Área Dois — Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Área Três — Fundamentação do trabalho profissional

A articulação dessas áreas objetiva:

- a tradução teórico-metodológica, histórica, técnico-operativa e ético-política da direção social e do eixo curricular assumidos;
- o estabelecimento das bases cognitivas e valorativas da formação, ou seja, de suas dimensões formativa e informativa;
- a garantia do caráter teórico, investigativo e prático da qualificação do assistente social.

Sua efetividade se articula ao projeto pedagógico, redefinindo os papéis dos agentes envolvidos — corpo docente, discente e supervisores — bem como à definição de linhas de pesquisa e extensão do Serviço Social na PUC.

A partir das três áreas expostas, a estrutura curricular se organiza em Disciplinas e Oficinas, além dos Núcleos Temáticos, que são instâncias de intercessão entre as três áreas de fundamentação e articuladoras das dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Área Um — Fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Objetivo

Compreensão do ser social e do processo de desenvolvimento do conhecimento, situados historicamente no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade, com ênfase no modo de produção capitalista.

Disciplinas:

“Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social”

“Teoria Política”

“Economia Política”

“Teoria Sociológica”

“Antropologia”

“Psicologia Social”

“Introdução ao Pensamento Teológico”

Conteúdos

- apreensão do ser social enquanto totalidade de dimensões: universal/particular/singular; subjetiva/objetiva;
- o trabalho como eixo central do processo de (re)produção das capacidades essenciais do ser social;
- a sociabilidade enquanto mediação entre o homem e a natureza e a forma humana de (re)produzir a vida social;
- a consciência enquanto necessidade de conhecer a realidade e nela intervir, projetando finalidades;
- a liberdade enquanto capacidade de (re)criar valores, alternativas e escolhas conscientes;
- a cultura como espaço de constituição das manifestações éticas, artísticas, filosóficas, científicas e religiosas;
- a vida cotidiana como espaço de (re)produção da relação entre o indivíduo e a sociedade;
- o processo de desenvolvimento do conhecimento teórico em suas configurações na filosofia e nas ciências modernas;
- o pensamento filosófico como forma de conhecimento voltado à totalidade, à essência, aos fundamentos históricos da vida social e ao significado das ações humanas;

- as ciências sociais em suas configurações na sociedade moderna;
- a teoria social de Marx.

Área Dois — Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Objetivo

Conhecimento das particularidades da formação social brasileira, inserida na divisão internacional do trabalho, a ser analisada em seu movimento estrutural e conjuntural, na totalidade das esferas econômica, político-ideológica e sócio-cultural, orientada pela ótica que articula as faces agrária e urbana da sociedade brasileira.

Esta área organiza seu conteúdo programático em três vetores — Estrutura da Economia Capitalista Brasileira; Estado, Poder e Políticas Sociais; Movimento e Ação das Classes Sociais.

Disciplinas:

“Economia Brasileira”

“Política Social no Brasil”

“Trabalho e Questão Social”

“Classes e Movimentos Sociais”

“A Questão Social em São Paulo”

“Direito e Legislação Social”

Conteúdos

- padrão de desenvolvimento do capitalismo no país, em particular os movimentos que consolidaram a expansão monopolista, articulados com os padrões produtivos, tecnológicos e organizacionais que configuram as diversas formas de realização econômica e articulação destas com as crises e transformações ocorridas na ordem capitalista mundial;
- a intervenção do Estado na agricultura, no contexto da ditadura militar e da redemocratização;

- o mundo do trabalho agrário, industrial e de serviços, tratados nas suas peculiaridades setoriais e regionais, no jogo contraditório da relação capital/trabalho;
- fenômenos urbano/industriais que configuram a região metropolitana da grande São Paulo como espaço de reprodução do capital e da força de trabalho, da produção cultural, científica e informacional;
- constituição do Estado brasileiro: trajetória, caráter e configurações que assume nas diferentes conjunturas, em especial no período de emergência do monopolismo no país. Relações Estado e sociedade: seus vínculos com as classes e setores de classe em confronto;
- reforma do Estado: neoliberalismo, Estado e regulação social no Brasil;
- formulação e implementação das políticas sociais no Brasil, desvelando seu caráter contraditório e significado para as classes sociais; a constituição do fundo público e sua destinação; universalização de direitos sociais x exclusão e seletividade; reivindicação, participação e controle social da população usuária; Constituição de 88;
- legislação social brasileira referente aos campos de atuação do serviço social e o direito a ela subjacente;
- poder, correlação de forças, democracia representativa, partidos e participação política;
- projetos políticos em confronto na sociedade brasileira hoje: fundamentos, princípios, estratégias e programáticas;
- classes subalternas, composição e posição no processo produtivo, heterogeneidade; condições de vida e de trabalho; formas de manifestação social, cultural, religiosa, ética e política; aspirações, representações e consciência, formas de luta e organização, práticas de resistência, contestação ou subalternização, modo de viver e de pensar;
- movimentos sociais em seus cortes de classe, movimentos de gênero, etnia, raça, de minorias; grupos de pressão, ação das igrejas na conformação da cultura e ideologia. Corporativismo societal, ONGs.

Área Três — Fundamentação do trabalho profissional

Objetivo

Capacitar o aluno para o trabalho profissional competente, fundamentado no conhecimento crítico do modo de ser e de pensar do serviço social, no processo de sua constituição histórica.

Disciplinas:

- “Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social”
- “Oficinas da Formação Profissional”
- “Gestão Social”
- “Ética Profissional”

Conteúdos

- constituição e desenvolvimento da profissão nos quadros da expansão monopolista no cenário mundial, na Europa e Estados Unidos e nas áreas a eles periféricas;
- emergência e desenvolvimento da profissão na sociedade brasileira, a partir do fio articulador das relações entre as classes e destas com o Estado e o conjunto da sociedade civil, em face das seqüelas da questão social;
- constituição do Serviço Social como profissão, como uma especialização do trabalho social, com determinantes objetivos em sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, surgindo com fins de uma prática no âmbito da reprodução social;
- acervo ideo-cultural do qual a profissão é tributária, que vem respaldando historicamente sua prática, sua sistematização e os seus saberes. Interlocução do Serviço Social com esta herança intelectual, em suas bases filosóficas, ideológicas e suas expressões no campo das ciências humanas e sociais e da teoria social crítica;
- produção acumulada pelo Serviço Social sobre o seu próprio fazer: a sistematização teórica e prática;
- dimensão ética da realidade social, a natureza da ética como reflexão filosófica e seu objeto de reflexão. Caráter sócio-histórico da ética e da moral. A dimensão ética na profissão. A formalização

do dever ser profissional; formalização dos Códigos de Ética na trajetória profissional;

- demandas postas ao Serviço Social na diversidade dos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas estatal, pública e privada, identificando a dimensão contraditória dessas demandas — entendidas como expressões singulares do âmbito da produção/reprodução das relações sociais; as demandas tradicionais, submetidas a um processo de atualização, e as demandas emergentes que incorporam novas necessidades sociais. Respostas profissionais a essas demandas traduzidas em estratégias, procedimentos, práticas específicas;
- a prática do Assistente Social como trabalho e deste profissional como trabalhador assalariado especializado, o que implica, de um lado, o conhecimento dos elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social com objeto, objetivos, funções, instrumentos e técnicas; dimensões técnico-políticas e teórico-metodológicas;
- habilidades operacionais, aqui entendidas como o manejo dos instrumentais profissionais;
- a gestão de serviços na área social, nas esferas estatal, pública, privada, não-governamental, pela articulação das áreas de administração, planejamento e pesquisa em serviços;
- organização, funcionamento, mecanismos administrativos e burocráticos das organizações. Implementação, controle e avaliação de programas e serviços;
- gestão participativa; conselhos e mecanismos de controle social; poder local, descentralização, municipalização.

Núcleos Temáticos, o eixo articulador do projeto curricular

Os núcleos temáticos são instâncias pedagógicas que articulam as três áreas de formação profissional, como espaços privilegiados de integração entre o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e os Estágios.

Os núcleos visam à investigação de situações concretas, sistematização e produção de conhecimentos teórico-metodológicos e instrumentais, no âmbito de suas áreas de estudo, permitindo a construção de respostas profissionais às questões que se apresentam.

Os elementos centrais que determinam a abertura e funcionamento dos Núcleos Temáticos são:

- direção social do Curso;
- realidade e demandas sociais postas à profissão;
- política e linhas de pesquisa da Faculdade.

Os Núcleos Temáticos serão criados, re-criados e transformados de acordo com sua capacidade de funcionar como “antenas-radares” das demandas da realidade social e da exigência de competência profissional teórico-crítica-operativa para articular respostas, adiantando-se às demandas sociais.

O funcionamento dos Núcleos Temáticos como mecanismos de inserção na realidade permitirão a re-alimentação e renovação constantes dos conteúdos programáticos das disciplinas do Curso, viabilizando um currículo em movimento.

É, pois, no interior dos Núcleos Temáticos que se aglutinarão as pesquisas em desenvolvimento na Faculdade, os Projetos de Iniciação Científica e os Trabalhos de Conclusão de Curso, assim como os Serviços, voltados para o atendimento de demandas sociais, na relação Universidade/Sociedade.

Os Núcleos Temáticos são integrados por:

- professores da Faculdade, através de suas pesquisas, serviços ou experiência profissional;
- alunos da Faculdade, de acordo com os objetivos pedagógicos de seu período de formação;
- supervisores de campo;
- supervisores acadêmicos;
- professores pesquisadores de outras Unidades de Ensino e de fora da Universidade;
- representantes de organizações e movimentos sociais.

Cada Núcleo Temático terá, no máximo, 25 alunos, que deverão participar do Núcleo pelo menos durante um semestre letivo, devendo o aluno frequentar, no mínimo, dois Núcleos Temáticos durante o Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso é o trabalho no qual o aluno produz sistematização de seu conhecimento, como resultado de um

processo investigativo a partir de uma indagação teórica gerada pela prática de estágio e construída no interior do Núcleo.

A construção se inicia quando da inserção do aluno no primeiro Núcleo Temático e se desenvolve através desta e de posteriores participações em outros Núcleos Temáticos, através da investigação/debate/produção teórico-metodológica que os Núcleos possibilitem.

Os TCC's poderão ser individuais ou em grupos de no máximo 03 (três) alunos.

A orientação do TCC será feita por um professor, de acordo com sua área de conhecimento e experiência profissional.

O estágio curricular

O estágio é uma atividade curricular obrigatória, desenvolvida do 3º ao 8º período, com características diferenciadas ao longo do curso. O 3º e o 4º períodos se caracterizam como Estágio de Observação, e do 5º ao 8º período se configuram a inserção do aluno no espaço do exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.

A supervisão é entendida como processo de ensino-aprendizagem, a partir da prática cotidiana desenvolvida nas organizações públicas, privadas, governamentais e não-governamentais e movimentos sociais, que se constituem ou podem vir a se constituir como campos de estágio. A supervisão se fará em dois espaços: no próprio estágio e na Universidade; à primeira, desenvolvida pelo profissional supervisor, se atribuem a reflexão, acompanhamento e sistematização das atividades desenvolvidas pelo aluno, com base em Plano de Estágio, elaborado em conjunto com a Unidade de Ensino. À segunda, desenvolvida pelo supervisor acadêmico (professor do curso acadêmico), se atribui a reflexão teórico-metodológica das questões que se colocam no cotidiano da prática.

O professor supervisor orientará de 5 (cinco) a 10 (dez) alunos, aglutinados por temáticas comuns, nos Núcleos Temáticos. A carga horária de supervisão acadêmica será de 2 horas semanais.

Ao supervisor acadêmico compete também a abertura e acompanhamento dos campos de estágio, interpretando o significado do estágio no processo de formação profissional e solidificando as relações de parceria entre os agentes envolvidos no processo de supervisão (alunos, supervisores profissionais e supervisores professores), contando para o desenvolvimento dessa atividade com carga horária de 1 hora semanal.

O aluno, ao se inserir no campo de estágio, deverá se vincular a um Núcleo Temático, permanecendo, no mínimo, um ano em cada Núcleo. Os supervisores de campo e os representantes dos movimentos sociais da área serão parte integrante das plenárias dos Núcleos Temáticos.

A sistematização dos estágios por áreas temáticas deverá confluir para um Banco de Dados, a ser administrado pela Coordenação de Estágios da Faculdade, onde será alocado um professor com 10 h/semanais (acadêmico-administrativos).

A Política de Estágio estabelece claramente a diferenciação entre atividades de estágio e de trabalho, quando ocorre a concomitância de emprego e estágio do aluno na mesma organização de trabalho. Neste sentido, cabe a qualificação das atividades de estágio junto ao profissional supervisor e ao aluno estagiário.

A carga horária prevista para o estágio obrigatório do 5º ao 8º período será de 150 (cento e cinquenta) horas semestrais, aí incluídas as horas destinadas à supervisão acadêmica.

A propósito do pedagógico

O projeto curricular que ora se apresenta pressupõe condições básicas para a dinâmica articulada que o configura. Uma das mediações essenciais está no projeto pedagógico de formação e informação que supõe:

- entender que o conhecimento se alicerça no confronto e no debate que permita ao aluno apropriar-se do saber historicamente acumulado, ultrapassando o papel de receptor e repetidor de informações. Trata-se de criar condições para que o aluno incorpore a teoria como instrumento de explicação e efetivação da prática social, habilitando-se para o exercício profissional;
- reconhecer que o processo de assimilação do conhecimento e o exercício da prática profissional passam pelas condições materiais e culturais da vida do aluno: a situação de classe, o processo de socialização, a bagagem de conhecimento acumulada no período prévio ao ingresso na Universidade, seus preconceitos, valores, enfim, pelas condições de sua vida em sociedade;
- conhecer o perfil social do aluno de Serviço Social e os motivos que o levam à busca da profissão, condicionados necessariamente por sua imagem social na sociedade;

- dar especial atenção às expressões ideológicas derivadas da experiência social do aluno e expressas nas representações que faz da vida da sociedade, na sua prática social e profissional. Essas representações devem ser trabalhadas na relação pedagógica, de modo a permitir ao aluno um autoconhecimento quanto a seus preconceitos de classe e a maneira de lidar com eles em sua prática social e profissional. A abordagem dessa questão deve se dar na perspectiva teórica e política, não se constituindo numa relação nem de caráter terapêutico nem de controle ideológico do aluno;
- trabalhar o exercício do debate democrático e da vivência coletiva, tendo em vista superar seja o individualismo, seja o democratismo irresponsável.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

A questão social em São Paulo

Configuração da região metropolitana de São Paulo. Fenômenos urbanos e industriais. Densidade e heterogeneidade econômica, sócio-política e cultural, particularizando a questão social na cidade. Gestão político-administrativa. Dinâmica das forças sociais.

Antropologia

Análise das expressões culturais que permitam apreender o universo urbano, na sociedade brasileira, a partir da prática social e das referências teóricas do homem contemporâneo.

Classes e movimentos sociais

Perspectivas teóricas sobre as classes sociais e suas configurações na sociedade brasileira contemporânea, enfatizando as condições de trabalho e vida, as manifestações ideológicas e sócio-culturais, formas de luta e organização das classes subalternas; os movimentos sociais em seus cortes de classe, gênero, raça, etnia e minorias em suas relações com as diferentes forças sociais e políticas.

Grade Curricular

Per.	Disciplina	Créd.	H	Per.	Disciplina	Créd.	H
1º	Fund. Filosóficos p/o Serv.Soc. 1	4	60	5º	Fund. Teórico-Metodológicos 5	4	60
	Fund. Teórico-Metodológicos	4	60		Gestão Social 1	4	60
	Economia Política	4	60		Política Social 1	4	60
	Teoria Política	4	60		Oficina 5	4	60
	Oficina 1	4	60		Núcleo	3	45
	Introd. ao Pens. Teológico 1	3	45		Supervisão 1 (*)	3	45
	Subtotal	23	345		Subtotal	22	330
2º	Fund. Filosóficos p/o Serv.Soc. 2	4	60	6º	Fund. Teórico-Metodológicos 6	4	60
	Fund. Teórico-Metodológicos 2	4	60		Gestão Social 2	4	60
	Economia Brasileira Contemp.	3	45		Política Social 2	4	60
	Teoria Sociológica 1	4	60		Oficina 6	4	60
	Questão Social em São Paulo	4	60		Núcleo	3	45
	Oficina 2	4	60		Supervisão 2	3	45
	IPT 2	3	45		Subtotal	22	330
	Subtotal	26	390				
3º	Fund. Teórico-Metodológicos 3	7	105	7º	Fund. Teórico-Metodológicos 7	4	60
	Teoria Sociológica 2	4	60		Gestão Social 3	4	60
	Oficina 3	4	60		Trabalho e Questão Social	4	60
	Psicologia Social 1	4	6		Oficina 7	4	60
	Antropologia 1	3	45		Núcleo	3	45
	Núcleo	4	60		Supervisão 3	3	45
	Subtotal	26	390		TCC	1	
					Subtotal	23	330
4º	Fund. Teórico-Metodológicos 4	4	60	8º	Fund. Teórico-Metodológicos 8	4	60
	Classes e Movimentos Sociais	4	60		Gestão Social 4	4	60
	Oficina 4	4	60		Direito e Legislação Social	4	60
	Psicologia Social 2	4	60		Oficina 8	4	60
	Antropologia 2	3	45		Núcleo	3	45
	Ética Profissional	3	45		Supervisão 4	3	45
	Núcleo	4	60		TCC	1	
	Subtotal	26	390		Subtotal	23	330
					TOTAL	191	2835
					Educação Física	4	60
					Estágio		420
					TCC		30
					TOTAL GERAL	195	3345

(*) Para fins de cobrança de mensalidade, os 3 (três) créditos acadêmicos de Supervisão se transformarão em 6 (seis) créditos administrativos.

Direito e legislação social

Análise das legislações e o direito a elas subjacente, bem como dos mecanismos jurídico-institucionais que normatizam as relações entre as organizações públicas e privadas e a população usuária; análise da legislação que regulamenta o exercício profissional do assistente social e sua organização.

Economia brasileira contemporânea

Caráter do desenvolvimento capitalista nacional: periodização do processo de industrialização brasileira e trajetória cíclica da Economia, crise dos anos 70. Perspectivas da política econômica atual.

Economia política

Desenvolvimento da produção capitalista a partir da obra dos clássicos — Keynes, Smith, Ricardo e Marx —, através da análise de valor, dinheiro, capital, processo de trabalho e processo de valorização, gênese das forças produtivas capitalistas, reprodução e acumulação capitalistas.

Ética profissional

Fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seu reatamento na ética profissional. O processo de constituição de um *ethos* profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho.

Fundamentos filosóficos para o Serviço Social

Filosofia e práxis. A reflexão filosófica como possibilidade de apreensão radical da totalidade social: sua trajetória no processo de desenvolvimento do ser social e sua relação com a ciência moderna.

Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social

Fundamentos histórico-filosófico-teórico-práticos da profissão na sociedade brasileira, tendo como eixo central o processo de trabalho do assistente social como atividade inscrita nas relações sociais, no âmbito da reprodução da vida social. Construção e reconstrução das múltiplas

respostas profissionais às demandas sócio-históricas dirigidas à profissão, na diversidade de seus espaços ocupacionais.

Gestão social

Fundamentos teórico-metodológicos da gestão social a partir dos conhecimentos da administração, do planejamento e da pesquisa, privilegiando o enfoque participativo.

Introdução ao pensamento teológico

Construção do fenômeno humano a partir da contribuição da Teologia e das Ciências da Religião, refletindo sobre as questões fundamentais que se colocam ao Homem no mundo contemporâneo.

Oficinas de formação profissional

Desenvolvimento e treinamento de habilidades teórico-técnico-operativas para a intervenção profissional, nas dimensões formativa e informativa do processo de aprendizagem.

Tomando a problematização teórico-metodológica-política do cotidiano como categoria básica de trabalho, as Oficinas são pensadas como momentos específicos de aprendizado, treino, exercício e desenvolvimento de habilidades instrumentais e técnicas, que permitem ao profissional operar o Serviço Social.

Política social

Estado e regulação social no marco da sociedade burguesa. Perspectivas contemporâneas das políticas sociais no desenvolvimento capitalista. Formulação e implementação das políticas sociais no Brasil nas diferentes conjunturas. Políticas setoriais — caráter, abrangência, significado para o trabalho profissional do assistente social.

Psicologia social

Relação indivíduo-sociedade na perspectiva da psicologia social. Grupos e instituições como instâncias mediadoras das relações indivíduo-sociedade. Práticas interdisciplinares em diferentes áreas e organizações.

Teoria política

Instituições e pensamento político na modernidade. Início da reflexão política moderna a partir do Renascimento, até a análise do debate em torno do Poder, Sociedade Civil e Estado. Ênfase nos temas atuais da política contemporânea: soberania, autocracia, democracia, socialismo, cidadania.

Teoria sociológica

O discurso científico e o conhecimento sociológico: Comte, Max Weber, Parsons, Merton. Análise das principais abordagens contemporâneas em torno das quais ocorre o debate das Ciências Sociais hoje.

Trabalho e questão social

Do fordismo à acumulação flexível: gestão e organização dos processos de trabalho nos setores agrário, industrial e de serviços, tratados na sua unidade e peculiaridades no capitalismo monopolista, no Brasil. Decorrências das transformações do mundo do trabalho, na materialidade e subjetividade do trabalho: configuração da questão social na atualidade. Respostas/enfrentamentos: resistência, organização, sindicalismo.

Referências bibliográficas

- ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, 1996.
- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. *Cadernos ABESS*. São Paulo, Cortez, n. 7, nov. 1997.
- IAMAMOTO, Marilda V. *A Formação Profissional na Contemporaneidade: dilemas e perspectivas*. Rio de Janeiro, mai, 1994, mimeo.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 1998.
- MARSIGLIA, Regina G. et al. *A Formação Profissional do Assistente Social: desafios e perspectivas para a consolidação de seu projeto educacional*. Projetos e Relatórios de Pesquisa, Faculdade de Serviço Social, PUC-SP, 1989/1992.

MARSIGLIA, Regina G. et al. *10 Anos de Debate Curricular da Faculdade de Serviço Social PUC-SP*, junho, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita et al. Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço da PUC-SP. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 14, ano VI, 1984.

SILVA, Ademir Alves. *Tendências Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais*. Faculdade de Serviço Social, PUC-SP, 1997. (Mimeo.)

CORPO DOCENTE

- Ademir Alves da Silva
- Carlos Jorge M. Simões
- Cristina Maria Brites
- Elizabeth Melo Rico
- Graziela Acquaviva Pavez
- Isaura Isoldi de M. C. e Oliveira
- Laisa Regina Di Maio C. Toledo
- Luzia Fatima Baierl Lippi
- Maria Beatriz Costa Abramides
- Maria do Socorro Reis Cabral
- Maria Lucia Barroco
- Maria Rosângela Batistoni
- Mariângela Belfiore Wanderley
- Marília da Silva Pardini
- Maristela Teixeira Gasbarro
- Marli Pitarello
- Marta Alice Feiten Buriolla
- Marta Silva Campos
- Mercedes Manchado Cywinski
- Olda Andreazza Morbin
- Raquel Raichelis Degenszajn
- Regina Maria Giffoni Marsiglia
- Rosalina Santa Cruz Leite
- Sueli Gião Pacheco do Amaral
- Yara Spadini Vicini

Este número versa sobre duas grandes temáticas muito atuais para a área de Serviço Social: *Diretrizes Curriculares e Pesquisa* e apresenta, dentro delas, os seguintes textos:

- Formação Profissional no Contexto da Reforma do Sistema Educacional

Mariângela Belfiore Wanderley

- Das Diretrizes Curriculares à Construção dos Projetos Pedagógicos em cada Instituição

Ana Célia Bahia Silva

- A Pesquisa na Formação Profissional do Assistente Social: Algumas Exigências e Desafios

Franci Gomes Cardoso

- A Trajetória da Produção de Conhecimentos em Serviço Social: Avanços e Tendências (1975-1997)

Nobuco Kameyama

- Tema Criança e Adolescente nas Pesquisas em Serviço Social

Myrtes Macêdo

Introduz ainda a seção EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS, com experiências de implantação das novas Diretrizes Curriculares nos cursos de Serviço Social, que é inaugurada com o texto:

- Proposta Curricular da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Regina Giffoni Marsiglia (Coord.)

Isaura Isoldi de Mello C. E. Oliveira

Maria Rosângela Batistoni

Mercedes Manchado Cywinski

ISSN 0103-5142



CORTEZ
EDITORA